



Revista **GTLeX**

Número Atemático

Volume 3, número 2
Janeiro/Junho 2018

GTLex | Uberlândia | v.3 n.2 | jan./jun. 2018 | p. 191-353 | ISSN 2447-9551

Expediente

Universidade Federal de Uberlândia

Reitor

Prof. Valder Steffen Jr.

Vice-Reitor

Prof. Orlando Cesar Mantese

Diretor da EDUFU

Prof. Guilherme Fromm

Diretor do Instituto de Letras e Linguística

Prof. Ariel Novodvorski

EDUFU – Editora e Livraria da Universidade Federal de Uberlândia
Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 1S - Térreo - *Campus* Santa Mônica - CEP:
38.408-144 - Uberlândia - MG
www.edufu.ufu.br

Editoração: Guilherme Fromm

Diagramação: Guilherme Fromm

Revisão: Guilherme Fromm

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

Revista GTLex. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Letras e Linguística, 2015- V. 1 - Semestral. Modo de acesso: http://www.seer.ufu.br/index.php/GTLex ISSN: 2447-9551 1. Linguística - Periódicos. 2. Linguística aplicada - Periódicos. 3. Lexicologia - Periódicos. 4. Terminologia - Periódicos. 5. Onomástica-Periódicos. I. Fromm, Guilherme. II. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Letras e Linguística. CDU: 801(05)
--

Todos os artigos desta revista são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo à Revista, ao Instituto de Letras e Linguística, ao Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia (ANPOLL) ou à Edufu.

Diretor

Guilherme Fromm (UFU)

Conselho Editorial

André Crim Valente (UERJ)

Elizabeth Aparecida Marques (UFMS)

Giselle Olivia Mantovani Dal Corno (UCS)

Maria da Graça Krieger (UNISINOS)

Maria José Bocorny Finatto (UFRGS)

Márcio Sales Santiago (UFC)

Comissão Científica

Adriana Zavaglia (USP), Adriane Orenha-Ottaiano (UNESP), Angela Maria Tenório Zucchi (USP), Anna Maria Becker Maciel (UFRGS), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), Carmen Maria Faggion (UCS), Celina Márcia de Souza Abbade, (UNEB), Cleci Regina Bevilacqua (UFRGS), Claudia Zavaglia (UNESP/SJ Rio Preto), Claudio Cezar Henriques (UERJ), Eduardo Tadeu Roque Amaral (UFMG), Enilde Leite Faulstich (UnB), Ieda Maria Alves (USP), Karylleila Santos Andrade (UFT), Lêda Pires Corrêa (UFS), Lidia Almeida Barros (UNESP/ SJ Rio Preto), Marcia Sipavicius Seide (UNIOESTE), Maria Cândida Trindade Costa Seabra (UFMG), Maria Cristina Parreira da Silva (UNESP), Nelly Medeiros de Carvalho (PUC/PE), Maria Helena de Paula (UFG), Mariângela de Araújo (USP), Paola Giustina Baccin (USP), Patrícia Chittoni Ramos Reuillard (UFRGS), Rosemary Castañeda Zanette (UNIOESTE), Sabrina Pereira de Abreu (UFRGS), Vitalina Maria Frosi (UCS), Vitória Regina Spanghero (UFMS), Waldenor Barros Moraes Filho (UFU).

Participaram dessa edição como pareceristas *ad hoc*

Heberth Paulo Souza (UNIPTAN)

José Carlos Oliveira (UFU)

Maria Virgínia Dias da Ávila (UFU)

Sumário

Expediente	193
Sumário	196
Acessibilidade textual e terminológica: conquistas recentes, pesquisas em andamento e novas perspectivas - Lucas Meireles Tcacenco (UFRGS), Bruna Rodrigues da Silva (UFRGS), Maria José Bocorny Finatto (Ufrgs)	197
Trabalho e fé na Idade Média: reflexões lexicais e cognitivas - Eliane Santos Leite da Silva (IFBaiano-GM).....	225
Simplificação, acessibilidade textual e tradução em ambientes multilíngues - Liana Braga Paraguassu (UFRGS), Maria José Bocorny Finatto (UFRGS).....	251
Onomástica literária: os nomes dos personagens do romance <i>Lucíola</i> de José de Alencar - Júlia Sonaglio Pedrassani (IFRS), Kleber Eckert (IFRS), Maiquel Röhrig (IFRS)	294
Periodización y taxonomía de la lexicografía diferencial paraguaya - Estela Mary Peralta de Aguayo (UNED)	313

Acessibilidade textual e terminológica: conquistas recentes, pesquisas em andamento e novas perspectivas

Textual and terminological accessibility: recent advances, ongoing research projects and new perspectives

*Lucas Meireles TCACENCO**

*Bruna RODRIGUES DA SILVA***

*Maria José Bocorny FINATTO****

RESUMO: Em meio ao conjunto de pesquisas do nosso grupo de pesquisa sobre Acessibilidade Textual e Terminológica (ATT), do curso de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), este artigo relata duas investigações em andamento, as quais são inter-relacionadas. Ambas pesquisas tratam do perfil lexical dos materiais textuais que examinam. A primeira, em nível de doutorado, descreve e analisa textos de museus de ciências e tecnologia dirigidos para público infanto-juvenil. A segunda é uma pesquisa de mestrado que lida com textos escritos por crianças e jovens do Ensino Fundamental de escolas públicas, contrastando o léxico da produção escrita com o dos livros didáticos que utilizam. Além de apresentar e discutir as duas pesquisas, trazendo seus resultados iniciais, busca-se

ABSTRACT: This article presents two mutually related research projects that are being developed under the research group in Textual and Terminological Accessibility (ATT) of the Modern Languages program of the Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Both of them look at the lexical profiles of the texts that are under investigation. The first study, at the doctoral level, describes and analyzes texts presented in science and technology museums designed for a younger audience. The second study, a Master's-level investigation, examines the texts written by Elementary school students enrolled in public schools. This study contrasts the lexicon in students' written production with the lexicon that appears in the course books they use. In addition to presenting and discussing both projects, including their preliminary findings, this article aims to assess to what

* Mestre na área dos Estudos da Linguagem pela University of Mississippi. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5041-9956>. lucasmtcacenco@msn.com

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS e bolsista Capes. Professora da rede pública de educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0597-3624>. thu_du@hotmail.com

*** Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS. Doutora na área dos Estudos da Linguagem pela UFRGS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6022-8408>. mariafinatto@gmail.com

ponderar como as duas propostas conectam-se com o tema da ATT.

extent these two investigations connect with ATT.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade textual e terminológica. Vocabulário. Leitura. Estudos do Léxico.

KEYWORDS: Textual and Terminological Accessibility. Vocabulary. Reading. Lexical Studies

1 Introdução

De acordo com o Inaf – Indicador de Analfabetismo Funcional, pesquisa produzida pelo Ibope/Instituto Paulo Montenegro, conforme dados de 2018 (INAF, 2018), apenas 12 em cada 100 cidadãos brasileiros conseguem, de fato, compreender um texto escrito em sua plenitude. Este é o grupo de pessoas que, em um universo de 2.200 pessoas entrevistadas, melhor daria conta de ler e entender um texto relativamente complexo.

Na pesquisa anterior, dados de 2015, o número do grupo dos mais proficientes era pior: apenas 8 entre cada 100 pessoas foram consideradas plenamente letradas (mais detalhes em <https://ipm.org.br/relatorios>). Por outro lado, no ponto oposto, o do grupo das pessoas de menor capacidade, tivemos o seguinte dado:

Os Analfabetos Funcionais – equivalentes, em 2018, **a cerca de 3 em cada 10 brasileiros** – têm muita dificuldade para fazer uso da leitura e da escrita e das operações matemáticas em situações da vida cotidiana, como reconhecer informações em um cartaz ou folheto ou ainda fazer operações aritméticas simples com valores de grandeza superior às centenas. (INAF, 2018, p. 8, grifo nosso)

Se considerarmos apenas a pequena dimensão do grupo das pessoas que se mostraram as mais proficientes em leitura (12 sobre 100), podemos supor uma série de razões para tal situação (INAF, 2018). Fatores como a precarização da educação pública brasileira, a falta de incentivo à leitura, entre outros inúmeros problemas podem ter contribuído para que, proporcionalmente, 88 entre cada 100 pessoas relativamente escolarizadas tenham bastante dificuldade para entender um texto.

Em meio a esse quadro, cabe um exemplo ilustrativo. Imaginemos uma pessoa adulta com escolaridade limitada ao Ensino Fundamental completo, associada, na pesquisa INAF, à categoria de funcionalmente alfabetizado¹. Colocada no segmento “elementar”, que fica dois níveis abaixo do “proficiente”, corresponde a um universo de 34 entre cada 100 pessoas. Essa pessoa, mesmo que tenha acesso a informações via materiais escritos sobre temas de prevenção em Saúde, tais como folders explicativos sobre certas doenças, como Diabetes, Sífilis, Aids, Hepatite C, entre outras, muito provavelmente não consegue apropriar-se do conhecimento apresentado. Sua dificuldade, possivelmente, entre diversos elementos, poderá estar relacionada à estranheza do vocabulário e ao tipo de apresentação desse gênero de texto, em meio a todo um cenário de informações mais ou menos complexas. Como consequência, pode-se supor também mais um fator para vulnerabilidade a doenças: o desconhecimento – ou conhecimento insuficiente/equivocado – via não compreensão da informação oferecida ao cidadão.

Conforme o trabalho de Motta (2018), que investiga sentenças exaradas por juizados cíveis de primeira instância, nos chamados “tribunais de pequenas causas”, o fenômeno da apresentação de uma linguagem complexa para o leitor leigo, em termos de vocabulário e/ou de sintaxe, parece atingir várias esferas da comunicação de órgãos públicos. Muitas vezes, o cidadão “comum”, supondo-se, novamente, uma pessoa adulta com escolaridade limitada ao Ensino Fundamental completo e com pouca experiência de leitura, precisará de auxílio para “decifrar” a informação escrita que recebe nesses tribunais.

¹ A escala Inaf, ao analisar o nível de proficiência/letramento do cidadão brasileiro, estabeleceu duas categorias de pessoas: “analfabetos funcionais” e “funcionalmente alfabetizados”. O grupo de analfabetos funcionais se divide em duas categorias: analfabeto e rudimentar. Já o segmento dos “funcionalmente alfabetizados” subdivide-se em três categorias: elementar, médio e proficiente. Os números de 12 e 88 pessoas em cada 100 referem-se a essa última categoria.

No caso jurídico e no das informações sobre temas de Saúde, poder-se-ia imaginar a necessidade da intervenção da figura de um “tradutor”. Essa pessoa traduziria a informação do “português complicado” para o “português que se compreende”. Esse tipo de mediação, no âmbito dos Estudos da Linguagem e de Tradução, já foi identificado como uma “tradução intralinguística” (JAKOBSON, 1959; ZETHSEN, 2009; ECO, 2007).

Buscando compreender e fazer frente a tal quadro de dificuldades, que parece ser mais ou menos acentuado em diferentes cenários comunicativos, alguns esforços têm sido empreendidos por parte de atores sociais e também por parte de grupos de pesquisa universitária do Brasil. Assim, estudos sobre simplificação e complexidade de textos, considerando-se diferentes públicos leitores, têm sido empreendidos em diferentes âmbitos de pesquisa. Há, no Brasil e no mundo, especialmente na área do Processamento da Linguagem Natural (PLN), um ramo da Ciência da Computação, uma série de iniciativas que já visaram descrever a provável complexidade de um texto e propor ferramentas ou recursos e estratégias para a sua reescrita graduada conforme perfis de escolaridade de leitores (cf. ALUÍSIO; GASPERIN, 2010).

Do mesmo modo, no âmbito da formação escolar, e também no da formação de professores, em que os sujeitos envolvidos são crianças e jovens, também se discute no Brasil, há muito tempo, a necessidade de os materiais didáticos e escolares, em geral, serem graduados aos perfis etários, socioeconômicos e de escolaridade (cf. FULGÊNCIO; LIBERATO, 1998). Entretanto, não há muitas pesquisas que tenham procurado relacionar a graduação de materiais de temática técnica-científica, dirigidas para esse público fora da sala de aula.

Recentemente, temos testemunhado a intensificação da produção de pesquisas que, na linha de investigação de materiais escritos de temática técnica-científica, têm tentado equacionar padrões de linguagem em uso e perfis de conhecimento de diferentes tipos de audiências. Nessa direção, vemos trabalhos sobre a Divulgação

Científica (MOTTA-ROTH; SCHERER, 2016) feitos por jornalistas para público leigo, como também pesquisas sobre acessibilidade textual e terminológica em Terminologia (SILVA, 2018) e em estudos do Texto e do Discurso (CARPIO, 2017).

Felizmente, os desafios e os entraves para a promoção dessa acessibilidade têm sido foco de estudos e ganhado espaço em meio aos Estudos da Linguagem no nosso país. Uma tal ampliação de esforços de pesquisa, por parte de diferentes investigadores, já pode ser qualificada como conquista. Nesse sentido, Finatto, Ponomarenko e Berwanger (2019), por exemplo, em uma publicação que visa justamente popularizar pesquisas linguísticas para “o grande público”, resumem: “não basta ler, tem que entender”. Ao passo em que buscam explicar, para um “leitor leigo”, os passos de um estudo linguístico, textual e terminológico, baseado em *corpora*, que visa colher subsídios para a simplificação de textos de Saúde Pública dirigidos para leitores de pouco letramento, os autores sublinham a necessidade da cooperação científica em torno desse tema.

Assim, em meio a um cenário de problema social e de esforços que somam para o seu enfretamento, na próxima seção, relatamos pontos de duas pesquisas em andamento sobre perfis de vocabulário, complexidade e simplificação textual, no âmbito de estudos de Lexicologia e de Terminologia. Ambas tratam da configuração lexical de materiais textuais escritos. A primeira, em nível de doutorado, descreve e analisa textos de museus de ciências e tecnologia dirigidos para público infanto-juvenil considerando sua acessibilidade em termos de compreensão de leitura. A segunda é uma pesquisa de mestrado que lida com textos escritos por crianças e jovens do Ensino Fundamental de escolas públicas, contrastando o léxico da produção escrita desses estudantes com o dos livros didáticos que utilizam.

Após apresentar os pontos principais de cada uma das investigações, com seus primeiros resultados, consubstanciados em estudos-piloto, são feitas algumas considerações sobre seus encaminhamentos e correlações. Além de apresentar e

discutir as duas pesquisas, trazendo seus resultados iniciais, busca-se ponderar como as duas propostas conectam-se com o tema da Acessibilidade Textual e Terminológica (ATT).

2 Duas pesquisas em andamento

2.1 Acessibilidade Textual e Terminológica em textos de museus de ciências e tecnologia

A primeira investigação, em nível de doutorado, iniciada em agosto de 2018, toma como objeto de estudo textos de museus de ciências e tecnologia, destacando os materiais escritos do Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (doravante MCT-PUCRS). O público preferencial desse museu é composto por estudantes de escolas públicas e particulares, com idades concentradas entre 7 e 18 anos (MORAES, 2013).

A aposta principal dessa pesquisa, que toma como referência a compreensão dos textos do museu por parte de um jovem aluno de Escola Pública, é que o vocabulário peculiar dos textos que acompanham experimentos, ao ser distante do repertório dos estudantes, tende a prejudicar a sua compreensão. Ao investigar em que medida o emprego de terminologias poderia condicionar a acessibilidade do material, o estudo aproveita algumas indicações de Finatto, Stefani, Evers e Pasqualini (2016) sobre a ATT.

Nessa direção, o trabalho lança mão, como base teórica, das contribuições das perspectivas textuais dos estudos de Terminologia, fortemente influenciadas pela Linguística Textual (LT) e pelos Estudos do Texto e do Discurso, assim como da Estatística Lexical para a análise da textualidade dos materiais. Assim, a feição da textualidade, conforme a LT, além dos elementos lexicais, entra em jogo no exame dos textos para que se possa descrever e analisar o encontro entre o material oferecido pelo museu e a leitura dos estudantes.

De acordo com autores basilares da LT, como Beaugrande e Dressler (1981), para um texto apresentar textualidade, isto é, para poder funcionar como unidade comunicativa, ele deve preencher alguns requisitos. Entre esses requisitos, são destacadas as propriedades ou fatores que perfazem o texto como um todo e que o distinguem de um mero amontoado de frases: a) coesão, b) coerência, c) intencionalidade, d) aceitabilidade, e) informatividade, f) situacionalidade e g) intertextualidade. No texto do MCT-PUCRS, como em qualquer texto funcional, esses fatores de textualidade devem estar presentes.

As perspectivas textuais dos estudos de Terminologia têm na figura do emérito professor alemão Lothar Hoffmann (2015) uma de suas figuras centrais. Seu trabalho trata de linguagens especializadas, das práticas textuais técnico-científicas e, em meio a elas, do papel das terminologias em meio à textualidade. Na visão de Hoffmann (2015, p. 40-41), a linguagem especializada é “o conjunto de todos os recursos linguísticos que são utilizados em um âmbito comunicativo, delimitado por uma especialidade, para garantir a compreensão entre as pessoas que nele atuam.” Esses recursos linguísticos incluem, entre outras coisas, o vocabulário especializado, as terminologias, além de determinadas categorias gramaticais, estruturas sintáticas, semânticas e textuais.

Aproveitando essas duas referências teóricas, o trabalho de doutorado parte do princípio de que o texto apresentado como acompanhamento de exposições em museus são textos especializados. Neles há – ou deve haver – uma espécie de mediação para que a audiência possa ter uma experiência museológica satisfatória.

Nessa linha, Pearson (1998) estabelece um parâmetro situacional para caracterizar e descrever a presença de terminologias em vista das partes envolvidas em uma atividade comunicativa que envolve textos de temática técnico-científica. As situações apresentadas pela autora, qualificadas em termos dos tipos de participantes da comunicação, são as seguintes: a) especialista com especialista; b) especialista com

iniciados; c) especialista mediano com leigo; e d) professor com aluno. Considerando o contexto comunicativo de um MCT, cujo público consiste, em sua maioria, de jovens em idade escolar, a investigação toma, como referência inicial, para um estudo-piloto, a terceira categoria de “situacionalidade”: especialista mediano com leigo. Essa escolha, naturalmente, poderia ser criticada, sobretudo se imaginarmos que o texto do MCT pode ser associado à figura enunciativa de um “professor de Ciências”. Entretanto, nossa opção, conforme seu rendimento para descrição e análise iniciais, pareceu adequada, justamente pelo fato de que os textos do MCT-PUCRS são produzidos por especialistas de determinadas áreas inseridos em um contexto de pedagogia museal e comunicação museológica.

2.1.1 Estudos-piloto e resultados iniciais

Para um primeiro estudo, foi examinado o texto intitulado *Evidências da Evolução*. Esse texto integra, como suporte, a exposição *Marcas da Evolução*, uma mostra de grande relevância para o MCT-PUCRS, e que foi intercambiada com instituições internacionais, tais como a University of Newcastle Upon Tyne, no Reino Unido.

Na abordagem inicial, com apenas esse texto, constatou-se o uso de paráfrases explanatórias para definir alguns termos e o uso de imagens e infografos como suporte ao texto escrito. Entretanto, percebeu-se que muitas terminologias empregadas não recebem qualquer tipo de tratamento didático. O texto do museu foi comparado com textos de livros didáticos de ciências utilizados ao final do Ensino Fundamental em escolas públicas. Reproduzimos, a seguir, um pequeno trecho do texto *Evidências da Evolução*, em língua portuguesa.

Quadro 1 – Trecho do texto *Evidências da Evolução*.

Homologia molecular refere-se à semelhança no material genético dos seres vivos. Em todas as espécies o material genético é formado pelas mesmas unidades químicas, as bases

nitrogenadas. Estas se organizam em genes, que são os responsáveis pelas informações hereditárias.

Uma variação na organização das bases nitrogenadas é que determina a variabilidade entre as espécies. Por outro lado, quanto mais semelhantes forem as sequências de genes, mais próxima é a história evolutiva dos grupos.

Fonte: MCT PUCRS (2016).

Depois, em um segundo estudo-piloto, foi examinado o potencial nível de complexidade vocabular de outro texto intitulado *A Viagem de Beagle*, integrado à mesma exposição. Visando testar as ferramentas de observação do vocabulário, foi utilizado o software Coh-Metrix Dementia (CUNHA, 2015), o qual gera uma série de estatísticas lexicais e gramaticais a partir de um texto-fonte a ele submetido. Na ocasião, constatou-se que o segundo texto tenderia a ser relativamente complexo para estudantes do Ensino Fundamental, sendo mais apropriado para universitários. Essa aferição baseou-se em diferentes métricas do sistema Coh-Metrix Dementia, conforme estudadas e exploradas no trabalho de Silva (2018), autor que tratou da potencial complexidade de textos de Medicina para leigos. Conforme fez Silva, enfatizou-se também o desempenho do texto quanto ao Índice Flesch.

Esse índice é uma medida superficial – com escores de 0 a 100 – relacionada à contagem de palavras por sentença ao número de sílabas por palavra. Quanto maior o valor, mais fácil seria a compreensão do texto. Essa medida, adaptada do inglês para o português do Brasil por Martins, Ghiraldelo, Nunes e Oliveira Jr. (1996), pondera tamanhos de palavras e de frases, correlacionando-os em uma escala de complexidade vinculada a níveis de escolaridade. O Quadro 2 a seguir sintetiza as métricas do Índice Flesch para que se entenda melhor a sua escala:

Quadro 2 – Escalas do Índice Flesch.

Índice entre 75 – 100	Muito fáceis: textos adequados para leitores com nível de escolaridade até o quinto ano do Ensino Fundamental
-----------------------	---

Índice entre 50 – 75	Fáceis: textos adequados a alunos com escolaridade até o nono ano do Ensino Fundamental
Índice entre 25 – 50	Difíceis: textos adequados para alunos cursando o Ensino Médio ou universitário
Índice entre 0 – 25	Muito difíceis: textos adequados apenas para áreas acadêmicas específicas

Fonte: os autores (2019).

A partir disso, a investigação buscou testar também algumas estratégias de simplificação que pudessem reduzir o nível de complexidade estimado para os textos do museu, conforme as medidas estatísticas lexicais apontadas pela ferramenta Coh-Metrix Dementia.

As estratégias de reescrita desse texto do MCT-PUCRS incluíram: simplificação lexical, simplificação por ampliação da informação, simplificação por redução da informação, simplificação por quebras de frases, eliminação da voz passiva, simplificação por edição de adjetivos, simplificação por edição de advérbios e simplificação por edição de pronomes.

Considerando essa testagem, o Quadro 3 ilustra o trecho inicial do texto examinado, *A Viagem de Beagle*. Nele vê-se a versão original e uma versão simplificada, a título de sugestão.

Quadro 3 – Trechos dos textos da exposição Evidências da Evolução.

Versão original Trecho	Versão simplificada Trecho
<p>Rio de Janeiro – abril de 1832 <i>Darwin explorou a floresta ao longo da costa até Cabo Frio e rio Macaé. Coletou muitos espécimes de plantas, insetos e outros animais. Retornou no dia 23 de abril, instalou-se próximo ao Corcovado e ocupou-se de escrever cartas, tomar notas, coletar mais espécimes e ouvir o canto dos grilos, cigarras e rãs.</i></p>	<p>Rio de Janeiro – abril de 1832 <i>Darwin explorou a floresta ao longo da costa até Cabo Frio e rio Macaé. Coletou muitas amostras de plantas, insetos e outros animais. Retornou no dia 23 de abril. Viveu em uma casa próxima ao Corcovado e lá escreveu cartas, tomou notas, coletou mais amostras enquanto ouvia o canto dos grilos, cigarras e rãs.</i></p>

Fonte: os autores (2019)

A título de exemplo, o trecho original antes reproduzido exibiu um Índice Flesch de 49.219, enquanto a sua versão simplificada correspondeu a um Índice Flesch

de 56.036. Embora a intervenção simplificadora no todo do texto examinado tenda a não gerar diferenças muito significativas nessa medida, outros ajustes mostraram-se úteis para a diminuição da complexidade estimada para alunos das etapas finais Ensino Fundamental.

Em breve, será realizado um terceiro estudo-piloto. Ele envolverá uma atividade de leitura e interpretação de outro texto do MCT-PUCRS, que também acompanha a mesma exposição. O estudo será desenvolvido com alunos do Ensino Fundamental de escolas públicas, que serão expostos a uma versão original e outra simplificada do texto. A ideia é verificar a amplitude e qualidade da sua compreensão sobre o vocabulário e o sentido global do texto.

Os resultados desse terceiro ensaio deverão abastecer o desenho metodológico final da pesquisa de doutorado com textos de museus, a qual lidará com um universo de mais de 150 textos do MCT-PUCRS. Na sequência deste artigo, apresentamos a pesquisa de mestrado, que, em seus achados, subsidia o estudo de doutorado.

2.2 Vocabulário escrito de estudantes e de materiais didáticos do Ensino Fundamental

Voltada para o tema do léxico e do vocabulário na sala de aula da Educação Básica, a dissertação em andamento, iniciada também em agosto de 2018, preocupa-se com a descrição dos padrões do vocabulário escrito por alunos do Ensino Fundamental. São crianças e adolescentes de duas escolas das redes públicas municipal e estadual do Rio Grande do Sul.

Além da produção escrita desses estudantes, são examinados, a título de contraste, os textos dos materiais didáticos a que eles são expostos antes de realizarem suas produções, assim como também os textos constantes nos materiais de apoio às propostas de redação por eles enfrentadas. Assim, a pesquisa, no seu todo, visa identificar perfis do vocabulário empregado pelos estudantes frente ao vocabulário a que são expostos. Para tanto, apoia-se em um enfoque léxico-estatístico (BIDERMAN,

1998). A autora é uma das primeiras a chamar atenção para a face quantitativa da linguagem, afirmando que a estatística linguística constata a estabilidade dos símbolos linguísticos e torna possível sua previsibilidade (BIDERMAN, 1998).

Uma hipótese do trabalho é que uma diferença de desempenho em leitura e compreensão entre os alunos dos dois grupos escolares pode estar associada a diferentes repertórios de vocabulário escrito desses estudantes.

Ao iniciar o trabalho na rede pública de ensino, há seis anos, a investigadora responsável pelo estudo, sendo professora dos dois grupos, percebeu que havia grande diferença de desempenho entre os estudantes da escola municipal e os da escola estadual. Apesar dos diversos recursos, da maior estrutura e de mais profissionais comprometidos com o cenário de ensino-aprendizagem, os alunos da Rede Municipal aparentavam ter mais dificuldades de aprendizagem. Também apresentavam mais dificuldades de interpretação e de compreensão de textos e de questões, além de falhas de ortografia, de formação de palavras e de frases, de concordância e de conjugação de verbos, entre outros.

Por outro lado, na escola da Rede Estadual, apesar de menor oferta de recursos, estrutura física e administrativa mais precárias, menos profissionais envolvidos no cenário de ensino-aprendizagem, os alunos demonstravam, conforme a percepção da professora, mais facilidade na aprendizagem.

As questões que a pesquisa pretende responder relacionam-se, assim, a um equacionamento da situação de dificuldade verificada, sintetizado pela identificação do perfil de vocabulário empregado pelos estudantes. A aposta da investigação é de que as produções escritas dos alunos, a partir do vocabulário empregado, são capazes de subsidiar uma melhor compreensão sobre o que gera diferenças de desempenhos e de aproveitamentos entre os dois públicos estudantis.

A descrição e os estudos dessa pesquisa são feitos à luz de referenciais teórico-metodológicos da Linguística Aplicada, adaptados e contextualizados para o ensino

de Língua Portuguesa na Educação Básica (CARILLHO, 2015; BISOGNIN, 2009). Também é uma referência importante para o trabalho a Linguística de *Corpus* (BERBER SARDINHA, 2004), que é o estudo do uso da língua em grandes conjuntos de textos autênticos, com apoio de ferramentas informatizadas.

Como principal *corpus* de pesquisa, está sendo examinado um conjunto de aproximadamente 200 textos que compõem um acervo pessoal da professora-investigadora, reunido ao longo de pelo menos seis anos de magistério em escolas públicas. Esse acervo, transformado em objeto de estudo, atualmente é um conjunto desidentificado de textos ao qual estão relacionados os seguintes elementos: a) textos de apoio para produção escrita, quando houver, e/ou registro da motivação da produção; b) registro dos textos de livros didáticos que foram trabalhados com os estudantes antes de realizarem as suas redações; c) avaliação e/ou comentários que os textos receberam da professora.

Como o foco da pesquisa incide sobre o componente lexical, e não sobre a estrutura dos textos, as atenções voltam-se para o âmbito da palavra escrita. Considerando as diferentes concepções sobre a noção de palavra, a melhor opção encontrada pela pesquisadora foi acompanhar Bisognin (2009), para quem palavra é “(...) toda unidade linguística mínima que pode constituir significado, delimitada na escrita por dois espaços em branco e/ou sinal de pontuação” (BISOGNIN, 2009, p. 25).

Além disso, acompanhando Basilio (2004), a pesquisa considera que o vocabulário pode ser entendido como uma espécie de banco de dados da língua, como um “depósito” de elementos de designação, que fornece unidades básicas, mas que é capaz de se expandir, ampliar-se, a partir da incorporação de novas unidades e de novos sentidos.

Nessa pesquisa, um primeiro estudo-piloto também já foi realizado. Tendo examinado uma amostra de redações frente a materiais de contraste, como texto de apoio à proposta da redação e os textos dos livros didáticos trabalhados pelos

estudantes antes da sua escrita, o estudo visou avaliar as melhores opções para o tratamento dos dados em larga escala.

Assim, foi organizada uma pequena amostra de textos escritos por alunos do 8ºano/C20 das duas escolas, estadual e municipal. O tema proposto para o texto a ser produzido foi “Como seria o filme da minha vida?”. A partir de um conjunto de 18 textos de cada escola, foram examinados 4 de cada grupo. Para tanto, as redações foram digitadas, mantendo suas características, isto é, preservando-se eventuais erros. O Quadro 4 ilustra uma amostra com trechos de cada grupo de textos:

Quadro 4 – Trechos de redações.

GRUPO A (escola municipal)	GRUPO B (escola estadual)
Primeiro: Eu ia ser uma das dançarinas mais famosas do mundo. Meus amigos famosos iam ser: Gigi Haddid, Tais Araujo, os meninos do NCT, e mais um moonte de dançarinos(as), atrizes e cantoras(os).	No final do filme, meus melhores amigos iriam me visitar no Canadá e assistir ao meu 1º show com a minha banda. Depois de um tempo, eu e meu namorado estaríamos muito bem juntos e eu partiria em uma turne pela Europa.
Bom na minha historia aconteceria ir para escola e sair com meus amigos dar uma festa tipo aquelas que vamos ate uma parte da madrugada depois dormir na casa de uma amiga depois desse fim de semana voltar para a aula.	No meu filme eu riria eliminar o Gabriel, professoras, Grazielle, Júlia e Alexandre
Acho que os momentos que eu destacaria seriam os momentos felizes e alguns momentos importantes para mim e tambem momentos que ficessem as pessoas refletirem sobre suas ações.	O filme da minha vida seria proternizado por uma atris chamada Sheron Meneses, Mulher guerreira batalhadora uma mulher incrível. Minha Mãe seria a Taís Araujo e Meu pai Lasaro Ramos.
Se a minha vida pudese ser um filme de cinema, Eu mudaria muita coisa comesando pelos meus problemas, eles não existiriam, minha vida seria perfeita, teria só alegria, amor, paz, e comprienção e muita saude e não vai ter morte as pessoas mais amadas vão viver eternamente.	No meu filme eu seria a Erika Januza, para ser minha mãe seria a Debora seco, e para ser meu pai Thiaguinho e minha irmã seria a Juliana Paeva.

Fonte: acervo pessoal da professora-pesquisadora (2018).

As redações para compor essa pequena amostra foram escolhidas, primeiramente, por atenderem satisfatoriamente à proposta da produção, e, depois, por serem semelhantes em quantidade na representação de cada escola e com avaliações similares. A amostra também buscou homogeneidade no que diz respeito ao número de linhas de cada texto, de modo que, mesmo variado, correspondesse a

um todo mais ou menos equivalente entre as duas escolas. Isso é o que buscam sintetizar os Quadros 5 e 6, a seguir:

Quadro 5 – Composição geral do corpus do estudo-piloto.

	Número de textos	Texto de apoio (409 <i>tokens</i> - <i>palavras</i>)	Textos – livros didáticos
Grupo A (escola municipal)	4 textos (média de linhas: 29,7)	A vida como filme, de Moacyr Scliar	A cara da vida moderna, de Walcyr Carrasco (547 <i>tokens</i> - <i>palavras</i>)
Grupo B (escola estadual)	4 textos (média de linhas: 29)	A vida como filme, de Moacyr Scliar	Um bom sujeito (fragmento), de Antônio Carlos Olivieri (699 <i>tokens</i> - <i>palavras</i>)

Fonte: os autores (2019).

Nesse estudo inicial, conforme já citado, também foram observados o respectivo texto de apoio para a produção da redação e um texto de cada um dos livros didáticos de Português utilizados nessas duas escolas pelos alunos antes da sua escrita. Foram utilizados excertos da coleção *Tecendo Linguagens*, de Oliveira, Silva, Silva e Araújo (2015) e da coleção *Português: Linguagens*, de Cereja e Magalhães (2014), com os quais os alunos tiveram contato antes de produzirem essas redações.

Quadro 6 – Características específicas – amostra de redações do estudo-piloto.

Textos: Grupo A (escola municipal)	Linhas (mínimo: 25)	Avaliação (valor: A)	Textos: Grupo B (escola estadual)	Linhas (mínimo: 25)	Avaliação (valor: 3,0)
1	31	A	1	27	3,0
2	38	AP	2	36	2,5
3	25	AP	3	27	2,0
4	25	AM	4	26	1,6

Fonte: os autores (2019).

No Quadro 6, vemos um detalhamento quanto ao número de linhas de cada redação e quanto à avaliação que cada texto recebeu por parte da professora. Vale explicar que o sistema de avaliação é diferente em cada um dos ambientes de ensino. Nas escolas da rede municipal, a escala de avaliação vai de A (atingiu plenamente todos os objetivos) até NA (não atingiu os objetivos). Na amostra, vemos um texto

qualificado como A, dois textos que receberam AP (atingiu parcialmente) e um texto que obteve AM (atingiu minimamente). Para essa amostra, tentou-se um pareamento em relação aos graus de avaliação dos dois grupos. Na escola estadual, como a avaliação é numérica, a atividade de produção textual receberia o valor máximo de 3,0 pontos, entre outras atividades avaliadas no trimestre. Assim, a nota 3,0 corresponde a 100% de aproveitamento e a nota 1,6 equivale a cerca de 50%.

Desse material, em uma primeira abordagem, foram verificados:

- a) o número total de palavras (*tokens*) de cada grupo de textos;
- b) o número de palavras diferentes que são repetidas em cada grupo de textos (*types*);
- c) a frequência delas;
- d) as diferenças entre as ocorrências de:
 - i) palavras lexicais, que têm um sentido associado a fatos, fenômenos, processos, propriedades, modalidades, com conteúdo nocional mais específico; e,
 - ii) palavras gramaticais, com sentido dependente da combinação em que se encontram;
- e) a riqueza lexical, relação entre *tokens* e *types*, útil para representar a variedade do vocabulário.
- f) as palavras de frequência única, que só se repetem uma vez no *corpus* (*hapax legomena*).

Os dados obtidos a partir da amostra de textos das duas escolas foram contrastados entre si. O texto de apoio, que é a proposta de tema da produção textual, e os textos dos livros didáticos a que os estudantes foram expostos também foram examinados. Isso foi feito para que fosse possível verificar em que medida os alunos, ao escreverem seus textos, ativariam as suas memórias longas (acionadas pelos textos dos livros didáticos) e as suas memórias curtas (associadas ao texto de apoio).

Como resultados preliminares, a pesquisa revelou que a quantidade total de palavras (*tokens*) das 4 redações da escola da prefeitura (GRUPO A) é levemente maior

que nas 4 redações da escola estadual (GRUPO B): 836 frente a 729, respectivamente. Por outro lado, o percentual de riqueza lexical manteve-se em cerca de 42% nas duas escolas. Isso é o que busca sintetizar o Quadro 7:

Quadro 7 – Síntese dos dados a mostra de textos sob exame.

	Redações do Grupo A (escola municipal)	Redações do Grupo B (escola estadual)	Texto de Apoio (Proposta do tema)	Texto do livro A Oliveira	Texto do Livro B Cereja e Magalhães
<i>Tokens</i>	836	729	409	547	699
<i>Types</i>	350	306	214	334	346
Média de palavras por texto	209	182,2	409	547	699
Palavras mais frequentes	Lexicais: <i>não, filme, mais, vida, pessoas, seria.</i> Gramaticais: <i>e, que, a, de, uma, as, eu, minha, um, o, os, para, com, da.</i>	Lexicais: <i>filme, seria, muito, pessoas.</i> Gramaticais: <i>e, eu, meu, a, minha, que, no, o, eles, para, uma, me, se, com, de, um.</i>	Lexicais: <i>filme, não, vida, história.</i> Gramaticais: <i>que, um, de, o, e, uma, nosso, a, ao, do, para, em, os, se, com, na.</i>	Lexicais: <i>é, não, mais, agora, amigo.</i> Gramaticais: <i>de, um, e, em, o, a, se, com, mas, meu, os, para, que, uma, no.</i>	Lexicais: <i>Reinaldo, sujeito, é, não, professor, Eduardo, Márcia, núcleo, oração.</i> Gramaticais: <i>a, o, de, que, para, do, se, um, da, e, no.</i>
Riqueza Lexical	41,8%	41,9%	52,3%	61%	49,4%

Fonte: os autores (2019).

No que diz respeito à variedade do vocabulário observada nas redações escolares, para que se possa ter algum parâmetro de comparação, é possível considerar que um artigo científico de Biologia tende a exibir aproximadamente 29% de diversidade vocabular (FINATTO; CREMONESE; AZEREDO, 2008). Esse tipo de texto pode ser tomado como uma referência para repetitividade, visto que um artigo

científico precisa reiterar terminologias e outros elementos lexicais, buscando garantir reprodutibilidade de processos e de elementos descritos.

Como parâmetro de vocabulário variado, na via inversa de um artigo científico, pode-se tomar o texto jornalístico. Nesse tipo de texto, normalmente, quanto mais variado o vocabulário, por imposição de uma cultura de boa redação, melhor o texto é considerado. Nessa categoria, pode-se citar um artigo jornalístico premiado na temática de meio ambiente, que exhibe 40% de variedade de vocabulário (BISOGNIN, 2009).

Com tais referências, pode-se imaginar que os textos escolares sob exame se aproximam do texto jornalístico no quesito variedade vocabular. Por outro lado, como os textos dos livros didáticos parecem distanciar-se de quaisquer desses padrões, fica o indicativo da necessidade de observação e de ponderação mais minuciosas.

Conforme ilustra o Quadro 7, em relação às vinte primeiras palavras mais frequentes em todos os textos, também foi possível perceber que não houve variação entre os textos de uma escola para outra, já que em ambos os acervos, as unidades que mais apareceram foram as palavras gramaticais, por exemplo: conjunções (*e, se*), preposições (*de, da, para, com, no*), pronomes (*ele, eles, eu, me, que, minha, meu*) e artigos (*a, as, um, uma, o, os*). Essa coincidência do repertório vocabular associado às unidades de valor gramatical é esperável, visto que tais unidades representam a gramática da língua portuguesa como um todo.

Por outro lado, no que diz respeito ao repertório de palavras lexicais, ambos os grupos trazem como primeira palavra lexical mais frequente "*filme*", que corresponde a um dos tópicos principais do tema da redação. O mesmo ocorre com o texto de apoio. Com relação aos livros didáticos, fazendo-se uma correlação entre os itens mais frequentes e os temas dos textos, provavelmente os tópicos são, no livro A, "*agora*" e "*amigo*" e, no livro B, "*Reinaldo*" e "*sujeito*".

Ampliando-se essa observação inicial, para que se possa analisar mais a fundo a variedade do vocabulário dos textos escolares, será importante considerar o universo de palavras de frequência 1 (chamadas, em Lexicoestatística, de *hapax legomena*) em cada grupo. Nesse segmento, pode-se, inclusive, destacar o universo de palavras em comum, como também o universo de palavras específicas de cada grupo. Nessa amostra, foi verificado o seguinte padrão, sintetizado no Quadro 8, a seguir:

Quadro 8 – Amostra de *hapax legomena* dos dois grupos de redações escolares.

	GRUPO A (escola municipal)	GRUPO B (escola estadual)
1.	<i>Acabar</i>	<i>Aconteceria</i>
2.	<i>Acontece</i>	<i>Acontecido</i>
3.	<i>Aconteceria</i>	<i>Admiro</i>
4.	<i>Aconteceu</i>	<i>Adolescente</i>
5.	<i>Adolescência</i>	<i>Adulta</i>
6.	<i>Agora</i>	<i>Agente</i>
7.	<i>Ajeita</i>	<i>Agora</i>

8.	<i>Algo</i>	<i>Agradecer</i>
9.	<i>Algum</i>	<i>Agradeço</i>
10.	<i>Algumas</i>	<i>Ajudou</i>
11.	<i>Alguns</i>	<i>Alexandre</i>
12.	<i>Almoço</i>	<i>Algumas</i>
13.	<i>Amadas</i>	<i>Almocei</i>
14.	<i>Amo</i>	<i>Alta</i>
15.	<i>Ano</i>	<i>Amiga</i>
16.	<i>Ao</i>	<i>Amigas</i>
17.	<i>Apesar</i>	<i>Amor</i>
18.	<i>Aquelas</i>	<i>Anos</i>
19.	<i>Assim</i>	<i>Ao</i>
20.	<i>Até</i>	<i>Apaixonada</i>
21.	<i>Ator</i>	<i>Apaixonaria</i>
22.	<i>Atuar</i>	<i>Araujo</i>
23.	<i>Aturar</i>	<i>Assistir</i>
24.	<i>Aula</i>	<i>Atris</i>
25.	<i>Avó</i>	<i>Avós</i>
26.	<i>Azar</i>	
27.	<i>Ações</i>	

Legenda: itens em **negrito** são semelhanças entre os dois grupos.

Fonte: os autores (2019).

Conforme o Quadro 8, o universo vocabular representado pelo recorte das palavras que iniciam com A e que são empregadas apenas uma vez nas redações é bastante aproximado entre os dois grupos de estudantes. Nessa pequena amostra, o percentual de coincidência, considerando a base semântica das palavras, alcança em torno de 52% das palavras.

A partir da análise da amostra, é possível verificar, preliminarmente, que:

- a) os textos escolares, assim como os demais textos sob exame, seguem um padrão de “normalidade” quanto à distribuição e frequência de palavras gramaticais;
- b) a primeira palavra lexical mais frequente nas redações e no texto da proposta também está no padrão de “normalidade”, dado que “filme” corresponde ao tópico dos textos e ao da proposta de produção;

- c) a variedade de vocabulário no segmento *hapax legomena* revela uma coincidência de itens entre os dois grupos de 52%;
- d) ao escreverem seus textos, aparentemente, os estudantes ativaram, sobretudo, suas memórias curtas, já que o tema principal do texto de apoio e da proposta de produção textual (“filme”) e as palavras que o rodeiam (“vida”, “seria”, “não”) coincidem;
- e) não há coincidência entre o repertório de palavras da categoria *hapax legomena* entre as redações e os textos dos livros didáticos a que os estudantes foram expostos antes de realizarem as suas produções.

Como o estudo inicial está em microescala, coloca-se toda uma série de aspectos a serem considerados para o tratamento de um universo de cerca de 200 redações. Entre esses aspectos, podem-se ressaltar os seguintes, como necessidades ou como tarefas de pesquisa a cumprir:

- ponderar o melhor percentual de amostra para estudo em grande escala, considerando que o acervo de estudo está majoritariamente composto por textos de estudantes do 8ºano. Essa é a homogeneidade mais expressiva. O acervo é bastante irregular no que se refere ao tema desenvolvido em cada grupo de redações. Há coincidência em apenas 18 textos, produzidos acerca da mesma proposta temática. Por outro lado, resta a opção de ampliar o *corpus* de estudo, incluindo um universo de cerca de 60 textos, todos da mesma proposta temática, mas cujos autores são todos estudantes do 6ºano;
- administrar a heterogeneidade de dados que compõem o todo do *corpus* de estudo: 200 redações, respectivas propostas de tema e textos de livros didáticos a que os estudantes foram expostos antes da sua escrita. Esse é um desafio nesta pesquisa;
- tentar traçar um perfil do vocabulário manifestado nas redações escolares implica realizar uma série de comparações. Será preciso comparar: o universo

vocabular das redações em diferentes camadas lexicais de acordo com diferentes padrões de frequência; o universo vocabular das redações e o universo vocabular das propostas que geraram cada grupo de textos; o repertório de vocabulário das produções escritas e o repertório verificado nos textos dos livros didáticos a que os estudantes foram expostos antes de realizarem as suas produções. A camada de *hapax legomena* parece ser a mais promissora em termos de comparações, visto que ela tende a espelhar as escolhas particulares e a variedade do vocabulário dos textos;

- mensurar o papel do texto do livro didático em relação à repercussão sobre o vocabulário manifestado na produção escrita dos estudantes. Ao que parece, o texto do livro didático pouco tende a repercutir sobre o vocabulário das redações.

Espera-se, por fim e a partir da pesquisa como um todo, responder as seguintes perguntas:

- a) Os alunos dessas duas redes de ensino público apresentam padrões de vocabulário escrito diferentes?
- b) Por que esses alunos apresentam (ou não) diferentes perfis de vocabulário escrito?
- c) Quais outros recursos léxico-estatísticos poderiam ser aproveitados para melhor identificação de diferenças (ou semelhanças) entre o repertório vocabular dos dois grupos?

Pretende-se, a partir desta pesquisa em andamento, produzir conhecimentos úteis sobre perfis de vocabulário escrito, os quais poderão subsidiar: descrição do vocabulário mais empregado e/ou reconhecido pelos estudantes nessa faixa etária e alternativas para o ensino de vocabulário no cenário do ensino de Língua Portuguesa da Educação Básica em Escolas Públicas. Afinal, segundo Serra, “Parte-se do

pressuposto que o ensino do vocabulário deve ter como base o texto, a língua em funcionamento, as situações em que o vocabulário possa ser visto em sua função em *in vivo*, situações em que ele é, realmente, um vocabulário.” (SERRA, 2016, p. 3). Além disso, imagina-se poder também propor um material “guia” para uso dos professores envolvidos, com sugestões e atividades capazes de influenciar positivamente a capacidade de produção escrita e de leitura dos alunos.

2.3 Diálogo entre as duas pesquisas

Conforme é possível perceber na apresentação das duas propostas, o perfil do léxico escrito é uma questão central nos dois estudos: o universo vocabular dos textos do MCT-PUCRS e o universo vocabular dos jovens alunos das escolas públicas que frequentam o período final do Ensino Fundamental. O público estudantil, que une os dois trabalhos, é composto por alunos em idade escolar, sobretudo pelos que frequentam do 6º ao 9º ano.

Abstraindo-se as especificidades de cada uma das pesquisas, pode-se afirmar que o ponto de encontro mais evidente entre ambas reside no léxico manifestado em diferentes universos de produção escrita. No primeiro grupo, há um conjunto de textos especializados, produzidos por autores que são profissionais de Química, Física, Biologia e Comunicação Social e, no segundo grupo, redações escolares produzidas por jovens entre 12 e 15 anos. Esses dois universos de pessoas e de vocabulários precisam, de alguma maneira, se encontrar. O ponto de encontro favorecido pelo diálogo de pesquisa dá-se em torno do texto do museu, que é apresentado e vivenciado pelos estudantes de perfil semelhante ao dos produtores das redações sob exame.

A pesquisa de doutorado analisa, entre outras coisas, a recepção de textos de divulgação científica, que contêm terminologias e que se alicerçam em vários elementos semióticos (experimentos, infográficos, entre outros). Por sua vez, a pesquisa de mestrado descreve e analisa a produção textual de alunos, contrastando o

espectro de vocabulário de textos de apoio e dos materiais didáticos utilizados pelos jovens de duas escolas públicas.

Ao trabalhar diretamente com o texto do museu, a pesquisa de doutorado evidencia, inicialmente, que os materiais que acompanham os experimentos do MCT-PUCRS tendem a se distanciarem do seu principal público. A linguagem desses materiais parece, muitas vezes, carregada de terminologias, o que pode tornar difícil a compreensão.

No cenário da pesquisa de mestrado, fica evidente, como um conjunto de experiências da professora-investigadora, que a dificuldade de leitura, de compreensão e de interpretação dos alunos tende a ultrapassar a disciplina de Língua Portuguesa. Dificuldades, de diferentes tipos, são também percebidas por professores de outras áreas, tais como Ciências, Biologia, Geografia e História. Ao levarem os seus alunos para diferentes “saídas de campo”, entre elas as exposições e museus, chama a atenção desses professores que os estudantes muitas vezes precisam de auxílio para compreender legendas e explicações do acervo visitado.

A pesquisa de doutorado, iniciativa de um profissional de redação e de tradução especializadas, trata, justamente, sobre como se poderia ampliar a acessibilidade dos materiais que acompanham os experimentos de museus de ciências para os estudantes do Ensino Fundamental.

Acredita-se que a base para se entender as dificuldades levantadas em cada cenário dessas duas pesquisas pode estar associada à configuração do léxico dos textos que examinam. As duas pesquisas, uma de doutorado e outra de mestrado, têm um potencial sinérgico importante. A de mestrado, lidando com conceitos como leitura, léxico e vocabulário, palavra escrita, *corpus/corpora*, fornece importantes *insights* para a pesquisa de doutorado, tais como o perfil de letramento dos estudantes, suas experiências, seus gostos e suas preferências. Por sua vez, a pesquisa de doutorado pode contribuir para a de mestrado quando propõe o contato dos estudantes com

outros tipos de textos além dos constantes nos livros didáticos, como os textos de museus.

3 Considerações finais

A cooperação é um elemento fundamental, tanto para o fortalecimento dos grupos locais de pesquisa, quanto para a ampliação e qualificação de núcleos nacionais e internacionais de investigação acadêmica. Trocar experiências e, acima de tudo, compartilhar recursos, muitas vezes duramente obtidos, torna-se uma estratégia fundamental para o progresso das investigações no cenário nacional. Isso também pode ser contextualizado no microcenário das duas pesquisas aqui relatadas.

A identificação dos perfis de vocabulário de jovens e adolescentes pode subsidiar diferentes aplicações: do Ensino à produção textual graduada conforme suas necessidades de informação e vivências. A pesquisa de mestrado, aqui parcialmente relatada, tenta reconhecer qual seria um repertório vocabular em uso e relativamente familiar aos jovens. Por sua vez, o trabalho de doutorado visa conectar o perfil do vocabulário empregado pelos estudantes com o perfil dos materiais escritos que acompanham experimentos em um museu de ciências.

As investigações sobre Acessibilidade Textual e Terminológica (ATT), empreendidas na nossa universidade em diferentes subtemas, podem ensejar uma série de novas cooperações e compartilhamentos. Assim, convidamos investigadores acadêmicos que tenham interesse em desenvolver estudos relacionadas à área da ATT a se aproximarem do nosso grupo. Esperamos, por meio do estudo da linguagem e do léxico, contribuir para a promoção da cidadania via ampliação do acesso à compreensão da informação oferecida sob a forma de textos escritos. Sejam esses textos sobre temas de Saúde, Legislação, Educação ou Lazer, não basta conseguir ler, é preciso entendê-los.

Referências

ALUÍSIO, S. M.; GASPERIN, C. Fostering digital inclusion and accessibility: the Porsimples project for simplification of Portuguese texts. *In: Proceedings of the NAACL HLT 2010 young investigators workshop on computational approaches to languages of the Americas*. New York: ACL, 2010. v. 1, p. 46-53.

BASILIO, M. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. **Introduction to text linguistics**. London: Longman, 1981.

BERBER SARDINHA, T. **Linguística de corpus**. Barueri: Manole, 2004.

BIDERMAN, M. T. A face quantitativa da linguagem: um dicionário de frequências do português. *Alfa*, São Paulo, v. 42, número especial, p. 161-181, 1998.

BISOGNIN, T. R. **Sem medo do internetês**. Porto Alegre: AGE, 2009.

CARPIO, P. M. S. **Abaixando o cocho**: adaptação de textos sobre doenças causadas pela inalação de amianto destinados para o público leigo. 2017. 106 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CARRILHO, A. R. S. A. **Aprendizagem estratégica de vocabulário em português língua segunda e português língua estrangeira**. 2015. 313 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2015.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Português: Linguagens**, 8º ano do Ensino Fundamental. 8. ed. São Paulo: Atual, 2014.

CUNHA, A. L. V. da. **Coh-Matrix-Dementia**: análise automática de distúrbios de linguagem nas demências utilizando processamento de línguas naturais. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciências – Ciências de Computação e Matemática Computacional) – Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, USP, São Carlos, 2015.

ECO, U. **Quase a mesma coisa**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FINATTO, M. B. F.; CREMONESE, L. E.; AZEREDO, S. O vocabulário na redação de vestibular: do enfoque estatístico às especificidades da enunciação. *In*: ABREU, S. (org.). **A redação no vestibular: do leitor ao produtor de texto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 95-108. ISBN 978-85-386-0026-8

FINATTO, M. J. B.; PONOMARENKO, G. L.; BERWANGER, L. P. Não basta ler, tem que entender: simplificando textos. **Revista Roseta – ABRALIN**, Campinas, v. 2, p. 1-10. Acesso em: 7 abr. 2019.

FINATTO, M. B. F.; STEFANI, M.; EVERS, A.; PASQUALINI, B. Vocabulário, complexidade textual e compreensão de leitura em ambientes digitais de ensino: uma investigação inicial com alunos do ensino médio. **Texto livre**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 64-76, 2016. DOI <https://doi.org/10.17851/1983-3652.9.2.64-76>.

FULGÊNCIO, L.; LIBERATO, Y. **Como facilitar a leitura**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

HOFFMANN, L. Conceitos básicos da linguística de linguagens especializadas. *In*: FINATTO, M. J. B.; ZILIO, L. (org.). **Textos e termos por Lothar Hoffmann: um convite para o estudo das linguagens técnico-científicas**. Porto Alegre: Palotti, 2015.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **INAF BRASIL 2018: Resultados preliminares**. 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ez-6jrlrRRUm9JJ3MkwxEUffltjCTEI6/view>. Acesso em: 23 jul. 2019.

JAKOBSON, R. **On linguistic aspects of translation**. Massachusetts: Harvard University Press, 1959.

MARTINS, T. B. F.; GHIRALDELO, C. M.; NUNES, M. G. V.; OLIVEIRA JR., O. N. de. Readability formulas applied to textbooks in Brazilian Portuguese. **Notas do ICMSC**, São Paulo, n. 28, p. 1-11, 1996.

MORAES, R. Uma oportunidade agradável de aprender: museu de ciências e tecnologia da PUCRS. *In*: BORGES, R. M. R. (org.). **Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS coletânea de textos publicados**. Porto Alegre: Edipucrs, 2013.

MOTTA, E. Índices de complexidade textual em sentenças dos juizados especiais cíveis do poder judiciário do estado do Rio Grande do Sul. **Inventário**, Salvador, v. 1, n. 21, p. 35-50, 2018.

MOTTA-ROTH, D.; SCHERER, A. S. Popularização da ciência: a interdiscursividade entre ciência, pedagogia e jornalismo. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. Port. 164-189 / Eng. 171-194, mar. 2016. ISSN 2176-4573. DOI <https://doi.org/10.1590/2176-457323671>. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/23671>. Acesso em: 27 jul. 2018.

OLIVEIRA, T. A.; SILVA, E. G. O.; SILVA, C. O.; ARAÚJO, L. A. M. **Tecendo linguagens**: Língua Portuguesa, 8º ano. 4. ed. São Paulo: IBEP, 2015.

PEARSON, J. **Terms in context**. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 1998. (Studies in Corpus Linguistics, 1). DOI <https://doi.org/10.1075/scl.1>.

SERRA, L. H. O ensino de vocabulário na sala de aula: reflexões e práticas para a produção de textos na educação básica. **Afluente: Revista de Letras e Linguística**, São Luís, v. 1, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/afluente/article/view/4749>. Acesso em: 11 abr. 2018.

SILVA, A. D. C. **Textos de divulgação para leigos sobre o transtorno do estresse pós-traumático em português**: alternativas para a acessibilidade textual e terminológica. 2018. 427 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2018.

ZETHSEN, K. K. Intralingual translation: an attempt at description. **Meta**, Montreal, v. 54, n. 4, p. 795-812, 2009. DOI <https://doi.org/10.7202/038904ar>.

Artigo recebido em: 25.07.2019

Artigo aprovado em: 11.11.2019

Trabalho e fé na Idade Média: reflexões lexicais e cognitivas

Work and faith in the Middle Age: lexical and cognitive reflections

*Eliane Santos Leite da SILVA**

RESUMO: Objetivamos, com o presente artigo, socializar reflexões sobre possíveis relações estabelecidas pelo homem medieval, religioso, católico, entre sua vida de fé e o seu trabalho, seja negando-o ou supervalorizando-o em sua prática religiosa. Assim o trabalho não será entendido apenas como parte da vida e da rotina, mas como construtor de uma ideologia a ser seguida, que mescla a vivência religiosa à social. Ancoramos teoricamente nosso estudo na Semântica Cognitiva, no que tange à Teoria da Metáfora Conceptual (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], 1999; LAKOFF, 1987) em seus desdobramentos mais recentes. A coleta de dados seguiu a busca lexical e interpretativa, de cunho semântico-cognitivista, em textos científicos, de cunho historiográfico e teológico, sobre as conceptualizações do trabalho na Idade Média; desse modo, observamos como a construção do discurso sobre esse tema pode nos oferecer pistas lexicais e semânticas sobre as principais formas e entendimento do que significava, para esse sujeito, o trabalho, em seu contexto. Outros estudiosos aqui considerados foram: Le Goff (2013), Houtart (1982), De Masi (2001), Dreher (2013), Aquino (2014), dentre outros. Alguns resultados

ABSTRACT: The aim of this article is to socialize reflections on possible relationships established by medieval, religious and Catholic man, between his life of faith and his work, either denying it or overestimating it in his religious practice. Thus, work will not only be understood as part of life and routine, but as a builder of an ideology to be followed, which blends religious and social experience. We theoretically anchor our study on Cognitive Semantics with respect to the Theory of Conceptual Metaphor (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]; 1999; LAKOFF, 1987) in its most recent developments. The data collection followed the lexical and interpretative search, semantic-cognitivist, in scientific texts, historiographic and theological, on the conceptualizations of work in the Middle Ages; Thus, we observe how the construction of discourse on this theme can offer us lexical and semantic clues about the main forms and understanding of what work meant for this subject in its context. Other scholars considered here were: Le Goff (2013), Houtart (1982), De Masi (2001), Dreher (2013), Aquino (2014), among others. Some results point to the following metaphorical conceptualizations of work: RELIGIOUS WORK IS SOCIAL PRIVILEGE, WORK IS

*Doutora em Letras (Língua e Cultura) – UFBA. Docente IFBaiano-GM. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6758-1776>. elianesleite1@hotmail.com

apontaram para as seguintes conceptualizações metafóricas do trabalho: TRABALHO RELIGIOSO É PRIVILÉGIO SOCIAL, TRABALHO É RELAÇÃO DE TROCA, TRABALHO É PAGAMENTO. O presente estudo possibilitou a percepção de que como se deram alguns processos de conceptualização através dos mapeamentos entre domínios de conhecimentos diversos, sejam eles históricos, sociais ou religiosos.

EXCHANGE RELATIONSHIP, WORK IS PAYMENT. The present study allowed the perception that how some conceptualization processes occurred, through the mapping between different domains of knowledge, be they historical, social or religious.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico. Conceptualização. Idade Média. Trabalho. Fé.

KEYWORDS: Lexicon. Conceptualization. Middle Ages. Job. Faith.

1 Considerações iniciais

É preocupação comum entre as ciências semânticas e lexicais o estudo das formas de compreensão das formas de significação pelo ser humano, a respeito de fenômenos diversos. A partir da década de 80, o foco teórico-metodológico das referidas ciências tem sido redirecionado para questões de ordem contextual e que considerem a inteireza das relações sociais do homem em seu entorno: uma perspectiva que ultrapassa o plano linguístico. Assim, ao debruçarmo-nos sobre um fenômeno linguageiro, convém, a partir da presente preocupação semântica, partir de preocupações também experienciais, corporais e filosóficas sobre o homem relacionado ao fenômeno em estudo, conforme propõem Lakoff e Johnson (2002 [1980]) em seus estudos sobre a ubiquidade da metáfora nas nossas formas usuais de conceptualização do mundo.

Ao apresentar uma reflexão a respeito dos fenômenos conceptualizadores do trabalho, na Idade Média, o presente estudo levou em conta elementos oferecidos por documentos da investigação científica histórica e teológica sobre os séculos XII e XIII. A preocupação central do presente escrito foi perceber como o homem medieval religioso se relacionava com o trabalho em suas expressões de fé, ora negando-o, ao

aderir a alvos de ordens mendicantes por exemplo, ora extrapolando em sua práxis da vida laboral, realçando-lhe um aspecto sagrado. O material sobre o qual nos debruçamos compôs-se por textos dispostos por estudiosos em suas contribuições historiográficas e teológicas que entendemos ser documentos passíveis de análise por responderem a uma construção ideológica e discursiva específica.

Com esse fim, optamos pelo caminho interdisciplinar para a identificação dos sentidos de modo a romper com o binômio “conhecimentos linguísticos” *versus* “conhecimentos enciclopédicos”, recorrendo, nesse sentido, a leituras de áreas afins que se debruçam sobre o referido período da era medieval a fim de entender as relações homem – trabalho como um fenômeno complexo. Desse modo, consideramos estudiosos da História, da Teologia e da Linguística. Mais especificamente, os primeiros, nas vozes dos estudiosos Le Goff (2013), Houtart (1982) e De Masi (2001); os teólogos considerados foram Dreher (2013) e Aquino (2014).

Para alcançarmos os fins aqui sumariamente delineados, organizamos o presente texto nos seguintes pontos: o segundo subtópico, intitulado *A conceptualização metafórica em Semântica Cognitiva*, em que apresentamos o aparato teórico-metodológico do qual lançamos mão no referido estudo, mais especificamente a perspectiva de conceptualização no âmbito da Semântica Cognitiva e, em especial, da Teoria da Metáfora Conceptual, proposta por Lakoff e Johnson (2002 [1980]). No terceiro subtópico – *Influências mitológicas sobre o trabalho na Idade Média* – traçamos uma breve retrospectiva da percepção do trabalho, a partir de narrativas mitológicas fundantes (mais especificamente do Gênesis bíblico e do mito grego de *Prometeu*) e como tais concepções teológico-filosóficas perduraram até a Idade Média; no quarto e último subtópico – *Relação trabalho e fé: o homem medieval e sua vivência religiosa* – situamos alguns aspectos metodológicos e, em seguida, analisamos as formas de conceptualização do trabalho identificadas nos textos que apontam para a relação entre a vida laboral e religiosa do homem medieval católico ao partirmos das

ocorrências identificadas nos textos dos historiadores e teólogos consultados. Após seguirem-se as *Considerações finais*, e, finalmente, listam-se as *Referências* consultadas.

2 A conceptualização¹ metafórica em Semântica Cognitiva

Tradicionalmente, a metáfora é tratada enquanto uma estratégia retórica, limitada ao contexto literário em que se associa à chamada “linguagem figurada” ao gerar uma significação nova fundamentando-se em um conceito já familiar ao falante. Por conta disso, a metáfora era compreendida como um adorno para o texto cumprindo sua funcionalidade enquanto figura de linguagem.

Na contemporaneidade, os estudos semântico-cognitivos privilegiam a análise das projeções conceptuais que ocorrem entre os domínios do conhecimento, no processo de significação. Nesse aspecto, em 1980, com a publicação de *Metaphors We Live By*², por George Lakoff e Mark Johnson, veio a público a sistematização da *Teoria da Metáfora Conceptual* (doravante TMC) que nos serviu de lastro teórico para este estudo.

A referida teoria postula que as conceptualizações ocorrem, aprioristicamente, por meio de metáforas e metonímias e que esta não é uma opção consciente dos falantes (como se fosse uma escolha entre linguagem figurada ou literal), mas, sim, a base cognitiva de suas formas de conceptualizar o mundo, de sorte que a linguagem – as chamadas “expressões linguísticas” – espelha a complexa rede de formas de compreensão do mundo. Assim faz-se necessário acessar esta complexidade cognitiva por meio das estruturas linguísticas à disposição do estudioso, no caso em questão, as formas lexicais que estruturam o pensamento. Tal perspectiva pode ser ilustrada, quando Lakoff e Johnson (2002 [1980]) analisam a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA.

¹ A opção pela escrita seguindo a variante do Português Europeu (“conceptualização”, ao invés de “conceitualização”) é uso corrente nos escritos em Semântica Cognitiva no Brasil e decidimos segui-la. O mesmo vale para suas palavras derivadas.

² Traduzida, em 2002, para o português, sob o título *Metáforas da vida cotidiana*.

Os autores não só apontam expressões linguísticas que lhe dizem respeito, mas também os comportamentos sociais que trazem à tona essa mesma metáfora, mesclando o aspecto linguístico ao experiencial, como citamos:

É importante perceber que não somente falamos sobre discussão em termos de guerra. Podemos realmente ganhar ou perder uma discussão. Vemos as pessoas com que discutimos como um adversário. Atacamos suas posições e defendemos as nossas. Ganhamos e perdemos terreno. Planejamos e usamos estratégias [...]. Muitas das coisas que fazemos numa discussão são parcialmente estruturadas pelo conceito de guerra. É nesse sentido que DISCUSSÃO É GUERRA é uma metáfora que vivemos na nossa cultura; ela estrutura as ações que realizamos numa discussão. (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 47. Grifos dos autores).

Assim sendo, Lakoff e Johnson (2002 [1980]) destacam que as conceptualizações têm, notadamente, motivações culturais de modo que, em uma comunidade na qual as discussões não são compreendidas com associação conceptual à guerra, essa construção metafórica terá outros mapeamentos. Uma ilustração para essa perspectiva pode ser apontada em determinadas tribos indígenas nas quais certas disputas são resolvidas através de rituais que envolvem lutas corporais: ao invés de buscar vencer o oponente com uma argumentação verbal, a estratégia usada naquela determinada cultura será uma disputa físico-corporal, sendo, então, vencedor quem primeiro subjugar fisicamente seu oponente. Essa forma de conceptualizar a disputa, ainda assim, evocaria a mesma metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, mas o faria, através de outros domínios da experiência, como o domínio corporal, excluindo as elucubrações verbais ou escritas. Sobre esse aspecto, Ibarretxe-Antuñano (2010, p. 54) defende a metáfora como o lugar “onde confluem a linguística, a ciência e a cultura”³. Assim, “a essência da metáfora é compreender e experienciar uma coisa em termos de outra”

³ Tradução nossa do original: “donde confluyen la lingüística, la ciencia y la cultura”.

(LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 48)⁴, o que sugere não haver, como se defendia na tradição semântica clássica, a necessidade de haver semelhanças apriorísticas entre os conceitos a serem projetados uns nos outros.

Por exemplo, entre “discussão” e “guerra”, tal semelhança é criada conceptualmente pelo sujeito, em determinada cultura, sendo que o conceito de *guerra* vai estruturar parcialmente o conceito de *discussão*, de onde se tomam as noções de *domínio fonte* e *domínio alvo*, que são, respectivamente, o domínio mais familiar e o domínio desconhecido do falante, em que as estruturas conceptuais do primeiro são projetadas no segundo, constituindo os chamados *mapeamentos* (ou *projeções*) *entre domínios* (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]).

O que ocorre é uma estruturação, de modo sistemático, na medida em que há uma espécie de pré-seleção de determinadas expressões linguísticas através das quais se pode estabelecer o processo de conceptualização ao apontar para decisões do falante/escrivente quando este destaca determinados elementos de um conceito a serem projetados em outro. “Uma parcela da rede conceptual de guerra caracteriza parcialmente o conceito de discussão, e a língua segue essa caracterização” (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 50). Desse modo, ao tratar da discussão com referências lexicais da guerra, não são todos os aspectos da guerra que são tomados pelo falante para explicar (ou estar envolvido em) uma discussão, mas alguns deles, por exemplo, as estratégias de ataque, o posicionamento dos oponentes ou os resultados dos conflitos. Dificilmente, por outro lado, haverá a projeção entre os domínios fonte e alvo de questões que digam respeito às vestimentas dos oponentes, à alimentação no campo de batalha, dentre outros exemplos. Essa característica aponta para a sistematicidade do funcionamento da metáfora que, mesmo sendo um fenômeno inconsciente, pode

⁴ Os autores pontuam ainda que as projeções são parciais, pois, se fossem totais, “um conceito seria, de fato, o outro” (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 57), o que seria tautológico, portanto, antieconômico linguisticamente.

ser acessado pela linguagem, conforme citamos a ilustração proposta por Lakoff (1990):

A metáfora pode ser explicada como um mapeamento (no sentido matemático) de um domínio-fonte (neste caso, viagens) para um domínio-alvo (neste caso, o amor). O mapeamento é solidamente estruturado. Existem correspondências ontológicas que determinam quais elementos do domínio do amor (por exemplo, o casal, seus objetivos comuns, suas dificuldades, o relacionamento em si etc.) se correlacionam, de modo sistemático, com quais elementos no domínio da viagem (os viajantes, o veículo, os destinos etc.) [...]. O mapeamento possui ainda correspondências epistêmicas, nas quais o conhecimento sobre viagens é mapeado para o conhecimento sobre o amor. Tais correspondências nos permitem pensar sobre o amor da mesma maneira que pensamos sobre uma viagem [...]. As correlações ontológicas mapeiam esse cenário de viagem (às vezes, chamado de “estrutura do conhecimento” pelas ciências cognitivas) para um cenário correspondente de amor, em que se encontram alternativas correspondentes para as ações. Cria-se, então, o cenário correspondente de amor, fruto da aplicação das correlações ontológicas a essa estrutura de conhecimento.

Em 1987, com a publicação da obra *Women, fire, and dangerous things*, George Lakoff amplia as discussões propostas inicialmente pela TMC, a respeito do caráter interdisciplinar das análises em Semântica Cognitiva, sobre o desenvolvimento da razão como sendo corporificada e extremamente relacionada às experiências vivenciadas no mundo. De acordo com a TMC, os estudos linguageiros não devem ser abordados de forma componencial, mas, sim, holística, visto que a corporeidade humana é evidenciada em quaisquer movimentos interpretativos que realize.

Nesse sentido, Lakoff e Johnson (2002 [1980], 1999) defendem que a metáfora não se constitui um “fim” em si mesmo, mas um meio de acesso às formas conceptualizadoras subjacentes: “a linguagem metafórica seria uma consequência, um reflexo, da capacidade de pensar metaforicamente que é nossa maneira mais comum

de pensar”⁵ (NUBIOLA, 2000, p. 83). No processo analítico é possível observarmos que “as metáforas conceptuais são esquemas abstratos, que servem para agrupar expressões metafóricas. Uma expressão metafórica, ao contrário, é um caso individual de uma metáfora conceptual” (CUENCA; HILFERTY, 2007 [1999], p. 100)⁶. A partir desta perspectiva, Lakoff (1987) advoga que a metáfora não está limitada a formas linguísticas (estas são as *expressões linguísticas* das diversas *metáforas conceptuais* as quais se acesse).

É nesse aspecto que o presente estudo sobre as formas de conceptualização do trabalho, na Idade Média, apresenta preocupações linguístico-conceptuais, abordando para além das formas lexicais as elaborações conceptualizadoras inferíveis por nosso olhar interpretativo a respeito das metáforas ou metonímias então subjacentes nos textos acessados.

3 Influências mitológicas sobre a conceptualização do *trabalho* na Idade média

Passemos, através deste subtópico, a um brevíssimo levantamento de algumas concepções sobre a categoria *trabalho*, em uma perspectiva histórica e cultural, concentrando-nos nos aspectos teológicos e filosóficos que acreditamos ter influenciado a forma de pensar do homem medieval, sobre a referida categoria.

Ao longo da história, observa-se um movimento cíclico de valorização, desvalorização e revalorização do trabalho tanto de um grupo dominante quanto da chamada classe-que-vive-do-trabalho. A esse respeito, Antunes (1995) considera que as mais profundas crises enfrentadas no mundo do trabalho afetam as subjetividades e as consciências dos trabalhadores além de suas formas de representação. Vê-se o

⁵Tradução nossa do original: “El lenguaje metafórico sería entonces una consecuencia, un reflejo, de la capacidad de pensar metafóricamente, que es nuestra manera más común de pensar”.

⁶Tradução nossa do original: “Las metáforas conceptuales son esquemas abstractos, que sirven para agrupar expresiones metafóricas. Una expresión metafórica, en cambio, es un caso individual de una metáfora conceptual”.

traçado da história contemplando as marcas deixadas pelo sujeito envolvido com o trabalho e que revela muito também de seu tempo, de sua história e de seu mundo, possibilitando ao pesquisador entender, inclusive, outros aspectos da própria história do trabalho por meio de um vislumbre de como as conceptualizações podem ser ora reflexos de uma época, ora agentes transformadoras de outra época. Dessa forma, a fim de compreender as formas de conceptualização do *trabalho* no período medieval, em uma perspectiva histórica, optou-se por uma breve digressão sobre textos que, de certa forma, acreditamos ter influenciado seu modo de pensar.

Partimos das narrativas da criação, considerando a relação das civilizações judaica e grega com o mundo do trabalho, para então, retomar algumas informações sobre o mundo medieval, abordando discussões referentes às representações do trabalho em uma vivência de fé conforme propostas por diferentes estudiosos. O trabalho será pensado com foco na ação humana e não como uma categoria de análise estanque. Passemos, então, a discutir tal construção.

A partir do olhar judaico-cristão, a narrativa bíblica da Criação aponta para o estabelecimento do homem (Adão) como o cuidador do Jardim do Éden (portanto como *trabalhador*). O relato bíblico aborda a já existência do trabalho como missão para Adão, não perspectivando ainda o trabalho de forma negativa, como se depreende do seguinte texto: “O Eterno levou o Homem para o jardim do Éden, para que cultivasse o solo e mantivesse tudo em ordem” (PETERSON, 2011, GÊNESIS, cap. 2, ver. 15)⁷. Assim, o sustento do homem adviria do próprio jardim, desde que fosse cultivado. Porém, a narrativa aponta que, através da desobediência a uma ordem divina, o trabalho é reconfigurado no Éden e assume um caráter punitivo, sacrificial e passa a ser meio de sustento para o ser humano: “[...] maldita é a terra por causa de ti; com dor comerás dela todos os dias da tua vida. Espinhos e cardos também ti produzirá; e

⁷ Em outra versão, o texto assim expressa: “E tomou, o SENHOR Deus o homem e o pôs no jardim do Éden para o lavrar e o guardar” (ALMEIDA, 1995, GÊNESIS, cap. 2, ver. 15).

comerás a erva do campo. No suor do teu rosto, comerás o teu pão [...]” (ALMEIDA, 1995, GÊNESIS, cap. 3, ver. 17-19).

Le Goff (1989) comenta esta passagem bíblica:

A interpretação da condenação ao trabalho, do Gênesis, domina a antropologia da Idade Média. É a luta entre duas concepções do trabalho/canseira e do homem no trabalho. De um lado, insiste-se no carácter de maldição e de penitência do trabalho, do outro, insiste-se nas suas potencialidades como instrumento de resgate e de salvação.

A narrativa bíblica sugere uma quebra das relações outrora harmoniosas entre Deus e os humanos e, conseqüentemente, apresenta as limitações que passariam a enfrentar, a exemplo do sofrimento em sua lida com o trabalho, especialmente àquele relacionado à produção na terra. Nesse sentido, Laner (2005, p. 39) aponta que a “expulsão do Paraíso teve como consequência dramática a erupção do tempo na consciência do homem, sendo o trabalho a figura material da temporalidade humana. Deste modo, o trabalho se opõe ao repouso”⁸.

Ainda no âmbito das narrativas criacionais, tomamos, da mitologia grega, o *Mito de Prometeu*, narrado por Hesíodo⁹. Em sua primeira narrativa, a *Teogonia*, Hesíodo apresenta a origem dos deuses, a criação do homem e o enfrentamento de Zeus e Prometeu quando o último oferece a Zeus um sacrifício ilegítimo, o que atrai a punição de Zeus à humanidade, tirando-lhes o fogo. Como retaliação, Prometeu rouba o fogo de Zeus e o presenteia novamente à humanidade no ato de sua criação. Zeus, ao criar a mulher, *Pandora* (outra forma de punição à humanidade) através da qual a humanidade conhecerá todos os males em sua existência, após a abertura da chamada “caixa de Pandora”. Com o roubo do fogo divino, a relação que se estabelece com as

⁸ A relação trabalho *versus* tempo também é discutida por Le Goff, nos ensaios *Na Idade Média: tempo da Igreja e tempo do mercador* (LE GOFF, 2013, p. 58-82) e *O tempo do trabalho na crise do século XIV: do tempo medieval ao tempo moderno* (LE GOFF, 2013, p. 83-101).

⁹ Também citado por Platão (*Protágoras*) e Ésquilo (*Prometeu*).

reflexões sobre trabalho passa pelo que Lafer (1991, p. 63-64) salienta: “[...] Prometeu oferece aos homens o fogo ‘técnico’; passa-se assim do fogo ‘natural’ ao fogo ‘cultural’ [já que] tendo escondido o fogo, o homem, desfalcado, precisa trabalhar para subsistir”.

Após a criação da mulher e da quebra da relação mais intrínseca entre deuses e homens, destacam-se três elementos que distinguem a natureza humana da divina: “o sacrifício, a agricultura-alimento e a sexualidade-casamento” (LAFER, 1991, p. 62). Desse modo, o trabalho, novamente, é percebido como revelador da precariedade da condição humana, mais do que meramente como atividade que visa ao seu sustento. Além disso, percebemos a noção de trabalho como atividade geradora de criação e alimento para o homem.

Arendt (2007), em sua obra, *A condição humana*, relaciona, por meio dessa narrativa de Hesíodo, as categorias *ação*, *labor* e *work*, como sendo aspectos diferentes do trabalho. Sua discussão gira em torno da ideia do “trabalho como um processo de libertação da condição humana” (ARENDR, 2007, p. 12). Citamos, ainda, a autora, ao afirmar que:

a principal diferença entre o emprego aristotélico e o posterior emprego medieval da expressão [*vita activa*] é que o *bios politikos* denotava explicitamente somente a esfera dos assuntos humanos, com ênfase na ação, *práxis*, necessária para estabelecê-la e mantê-la. Nem o labor nem o trabalho eram tidos como suficientemente dignos para constituir um *bios*, um modo de vida autônomo e autenticamente humano; uma vez que serviam e produziam o que era necessário e útil, não podiam ser livres e independentes das necessidades e privações humanas. (ARENDR, 2007, p. 21).

Nesse caso, entendia-se que somente o modo contemplativo de vida oferecia verdadeira liberdade aos homens.

Em seu outro poema épico, *Os trabalhos e os dias*, datado provavelmente do final do século VIII a.C., Hesíodo dirige seu poema a seu irmão Perses, devido a uma

disputa por herança. Pode-se traçar paralelos entre o trabalho e o desgaste físico. Como ressalta Moura (2012), os trabalhadores são “homens que precisam do trabalho diário para viver. Eles vivem da terra (secundariamente, da navegação comercial) e dependem do esforço dos próprios braços para que a terra produza”.

Destaca-se que a noção de trabalho na obra de Hesíodo, no entanto, não deve ser confundida com a noção atual generalizante enquanto atividade humana que visa ao lucro, mas se relaciona com a atividade específica do agricultor, de modo que, em Hesíodo, o trabalho não é honrado, antes, é uma imposição:

Os deuses colocaram-no no caminho da prosperidade; ele é o resultado da separação entre deuses e homens narrada no mito de Prometeu e Pandora, e por isso se reveste em parte de uma aura de punição. Trabalhar não é, contudo, vergonhoso [...]. A possível alegria do trabalho é a da percepção de que se está realizando com eficácia a atividade de que depende a nossa sobrevivência. (MOURA, 2012, p. 26).

Nessas duas obras hesiodianas, percebem-se ênfases distintas do autor: em *Teogonia*, ocorre a exploração das ações dos deuses, visto ocorrer em um mundo paralelo à realidade humana, buscando a explicação mítica para a tal realidade; já em *Os trabalhos e os dias*, Hesíodo aborda o mundo dos homens, dependentes do trabalho para sua sobrevivência, em suas lutas e suas limitações reveladoras da sua condição mortal, que os difere dos deuses e dos animais, como aponta Lafer (1991).

Reconhecemos algumas semelhanças entre as referidas perspectivas de *trabalho* e aquelas identificadas no contexto medieval da Europa ocidental, aproximadamente nos séculos XII e XIII d.C. Nesse aspecto, é interessante pensarmos, a partir deste ponto da discussão, na estrutura social de então, permeada por valores morais e religiosos do Catolicismo romano, a partir das leituras de outros estudiosos, a fim de pinçarmos informações que apontarão para a(s) forma(s) como o trabalho era conceptualizado, a partir de vivências de fé.

4 Relação trabalho e fé: o homem medieval e sua vivência laboral-religiosa

A nossa proposta, com o presente estudo, foi realizar um exercício hermenêutico a fim de apreender as relações entre trabalho e fé na Idade Média, a partir da construção discursiva e das escolhas lexicais e conceptuais que historiadores e teólogos nos disponibilizaram através de suas escritas. Dessa forma, tomamos o próprio discurso sobre a história medieval como o foco de análise por entendermos como sendo um conveniente *corpus* de pesquisa.

Nesse sentido, a proposta analítica que seguimos, leva em conta os conhecimentos enciclopédicos sobre a conjuntura social medieval, portanto, os *modelos cognitivos culturais*, por entendermos ser, assim, possível, acionar um aparato interpretativo consistente. Cabe ressaltarmos que esta análise baseou-se em informações colhidas a partir de informações histórico-sócio-culturais a respeito do trabalho em sua relação com a fé na Idade Média, já que as formas de conceptualização não estão isoladas das formas de os seres humanos colocarem-se no mundo. Não significa, em nenhuma hipótese, pensarmos ser esta uma apresentação definitiva a respeito do tema, mas apenas um recorte dentre a gama de investigações já publicadas a respeito da Idade Média, as quais seria humanamente impossível termos abraçado, dados nossos limites de tempo, espaço e experiência leitora para a composição do presente artigo.

Os procedimentos metodológicos adotados envolveram os seguintes passos: a leitura de alguns capítulos de obras de cunho historiográfico e teológico sobre os temas *trabalho na Idade Média*, *fé na Idade Média*, *ordens religiosas da Idade Média*, *história da Igreja na Idade Média*, dentre outros; em seguida, selecionamos trechos em que percebemos a conceptualização de *trabalho*, predominantemente por metáforas conceptuais. Cabe ressaltar que o critério para a identificação das ocorrências referentes ao *trabalho* não foi exclusivamente lexical, mas, sim, contextual. O que implica em dizer que não buscamos apenas a *palavra* “trabalho” para identificar a *conceptualização de trabalho*.

Ainda que na maioria das vezes ela apareça, o *contexto* da ocorrência também aponta para o entendimento sobre a categoria em análise.

Por fim, na medida em que tentamos traçar um apanhado histórico sobre o período medieval, no lastro temporal dos séculos XII e XIII, optamos por, concomitantemente, proceder às análises das ocorrências que apontam para trabalho e fé. Por uma questão de sistematização, numeramos entre parênteses os trechos que consideramos como ocorrências para análises.

A seguir, passemos às ocorrências que apontam para a conceptualização do *trabalho* nos trechos em destaque, seguidas das suas respectivas análises semânticas e lexicais.

Um dos medievalistas a cuja obra tivemos acesso foi Jacques Le Goff. O autor defende que a estrutura religiosa medieval entre os séc. XII e XIII, predominantemente católica, era fortemente influenciada pelo trabalho em suas diversas nuances. Não é gratuitamente que o autor apresenta sua defesa por uma *teologia do trabalho* estabelecida pela Igreja cujas bases envolvem textos sagrados paulinos como 2Ts 3.10: “Quem não quer trabalhar, não come”. Assim, o trabalho foi um dos alicerces sob o qual a Igreja pode estabelecer suas bases de fé, visando a sua expansão. Assim, o autor apresenta a estrutura social medieval como *tripartite*, composta (de uma forma geral) por religiosos, soldados e trabalhadores:

(1) Se a ordem dos *oratores* – os clérigos – acabou admitindo ao seu lado, em um lugar eminente, a ordem dos *bellatores* – os senhores – entendeu-se com estes para considerar com o maior desprezo a ordem inferior dos trabalhadores – os *laboratores*. Assim, o trabalho é *desconsiderado, compromissado com a indignidade da classe à qual está reservado* (LE GOFF, 2013, p. 211. Grifos nossos).

E ainda, em texto anterior, assim se coloca:

[...] o mundo do trabalho, representado essencialmente pelos camponeses, cujas condições jurídico-sociais tendem a unificar-se e

que, com o produto do seu trabalho, possibilitam a vida das outras duas classes. Sociedade aparentemente harmónica, complementar, onde os trabalhadores gozam de uma promoção, se não social, pelo menos ideológica. (LE GOFF, 1989, p. 14).

Ratificando essa perspectiva mutante de como se encarava o trabalho, surgem novas configurações nas quais o trabalho deixa de obedecer, progressivamente, a um esquema mais engessado e passa a transitar por outras formas de compreensão do homem e seu lugar na sociedade. A este respeito, Almeida (2007, p. 10) pontua que “O esquema tripartido, em face da variação dos quadros sociais e sob o efeito da crescente divisão do trabalho, transformou-se em esquemas mais complexos, ajustados às diferenças relativas às estruturas sócio-econômicas”.

Pensando especificamente sobre o trabalho dos religiosos, percebemos que não deixam de gozar de prestígio e de respeito social. De modo que, como aponta Franco Júnior (2001, p. 99): “os trabalhos litúrgicos absorviam a quase totalidade do tempo dos monges. O trabalho manual foi abandonado aos camponeses [...]. O trabalho intelectual foi relegado a segundo plano”. E tal era a relevância do referido ofício, que “pode-se concluir que o homem inserido nessa esfera [religiosa] exercia seu papel de trabalhador e seu esforço era dispensado, a fim de promover essa intermediação entre o plano sagrado e o profano” (ALMEIDA, 2007, p. 42). Nesse caso, o trabalho a ser dispensado seria aquele de caráter físico; visto que as atividades litúrgicas eram consideradas com mais prestígio em comparação com os demais tipos de trabalho. Como aponta Migeotte (2005): “[Santo Agostinho] em um de seus sermões sobre os salmos, caracteriza como um esforço penoso (*labor*) sua própria tarefa de predicador”, e assim cita Agostinho: “É um labor tanto anunciar quanto escutar a palavra de verdade. Esse labor, irmãos, nós o suportamos com um espírito apaziguado [...]”. (MIGEOTTE, 2005, p. 40).

A partir dessa perspectiva, observamos algumas formas de conceptualização de *trabalho*, considerando o olhar medieval sobre o mesmo, ao identificar, na ocorrência

em (1), uma construção metafórica geral que permeia esta cosmovisão, a saber, ATIVIDADE RELIGIOSA É TRABALHO¹⁰, que sugere outros desdobramentos, como: RELIGIOSO É TRABALHADOR, TRABALHO RELIGIOSO É SUPERIOR, TRABALHO RELIGIOSO É PRIVILÉGIO SOCIAL, dentre outros.

Ainda sobre a referida estrutura social, Le Goff, em um ensaio intitulado *Nota sobre sociedade tripartida: ideologia monárquica e renovação econômica na Cristandade do século IX ao século XII*, destaca o seguinte:

(2) Essa imagem conceitual da sociedade estava em conexão com novas estruturas sociais e políticas. Mas, como todo instrumento conceitual, esse esquema não tinha somente como objetivo definir, descrever, explicar uma situação nova. *Era também um instrumento de propaganda.* [...]

A ordem clerical é caracterizada pela oração, o que indica talvez uma certa primazia atribuída ao poder monástico, mas que se refere sobretudo à natureza essencial do poder clerical, que vem de sua *capacidade especializada de obter, pelo exercício profissional da oração, o auxílio divino*. Rei dos oradores, o monarca participa de certa maneira da natureza e dos *privilégios eclesiásticos e religiosos*, e por outro lado, mantém com a ordem clerical relações ambivalentes de protetor e protegido da Igreja. (LE GOFF, 2013, p. 103, 107, 108. Grifos nossos).

Em (2), observamos que a organização social não é fortuita. Antes, atende aos interesses dos poderes dominantes; no caso em questão, da Igreja. Assim, quando Le Goff (2013) entende a estrutura tripartite como uma forma de propaganda, refere-se justamente à luta pelo poder, tanto de cunho ideológico, quanto social. Assim, notamos a metáfora conceptual geral ESTRUTURA SOCIAL É PROPAGANDA. Em relação à ordem clerical, que ocupava o topo da pirâmide social, percebemos que

¹⁰ Em Semântica Cognitiva, é convencional o uso de maiúsculas para apontar as metáforas conceptuais deduzidas do texto e itálico para destacar as expressões linguísticas que se remetem às respectivas metáforas. Por exemplo, a metáfora TEMPO É DINHEIRO pode ser observada a partir de expressões linguísticas como “Não tenho tempo *sobrando*”, “Preciso *negociar* o meu tempo”, “Vamos *ganhar* tempo”, dentre outras.

TRABALHO RELIGIOSO É MEIO PARA ALCANÇAR PODER, o que implica em desdobramentos como ORAÇÃO É INSTRUMENTO, CLÉRIGO É CANAL, TRABALHADORES RELIGIOSOS SÃO PRIVILEGIADOS. Aqui, observamos que ocorrem projeções de sentidos de um domínio do conhecimento para outro (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]). Porém, ao invés da ocorrência de um domínio mais conhecido ou familiar (concreto) para outro menos familiar (abstrato), percebemos uma projeção inversa: o autor parte de um domínio mais abstrato da experiência – a fé – para elucidar questões referentes à estrutura social que analisa com foco no trabalho (domínio mais concreto). Assim, o domínio fonte é a fé e o domínio alvo é o trabalho.

Ratificando a ideia da legitimação do poder através de agentes religiosos, ainda citamos Houtart (1982), quando comenta a formação de estruturas de poder, via religião, em sociedades pré-capitalistas:

(3) A presença de agentes religiosos nas engrenagens do poder, tanto político quanto econômico, fortalece as conotações religiosas da ética e os laços entre esta e as crenças religiosas. É o caso das castas ou ainda do sistema sócio-político dos judeus na época de Jesus. [...] Esse recurso à religião na representação da relação social está intrinsecamente ligado ao fato de que se trata de uma relação de troca fundada na apropriação de um bem comum natural por um grupo, apropriação impossível de determinar por argumentos objetivos. [...] Pode-se notar a função central desempenhada pelas organizações religiosas, cujos agentes constituem os mediadores necessários para a manutenção da posição hegemônica da classe no poder. (HOUTART, 1982, p. 245).

Percebemos em (3), a metáfora conceptual RELIGIÃO É MEIO PARA ALCANÇAR O PODER, evidenciada por expressões linguísticas como: *recurso à religião na representação da relação social* (ou seja, buscar-se-á na religião esse agente), *a função central desempenhada pelas organizações religiosas, cujos agentes constituem os mediadores necessários para a manutenção da posição hegemônica*. A expressão *uma relação de troca fundada na apropriação de um bem comum natural por um grupo* evidencia o caráter de negociação que tramita nas relações de poder: de um lado, ganha-se prestígio e

obediência dos fiéis; de outro, as benesses de quem mantinha-se no poder por conta de tal influência. Percebemos a construção metafórica RELIGIÃO É MOEDA DE TROCA. Ou seja, as práticas laborais que envolvessem esse modo de produção estaria subserviente ao mesmo sistema gerando uma sub-metáfora: TRABALHO É RELAÇÃO DE TROCA, como o autor sugere, em outro ponto, ao discutir sobre o modo de produção feudal:

(4) No modo de produção feudal, é na medida em que controla o acesso aos meios de produção que o poder político se arroga o direito de dispor do excedente produzido por uma classe camponesa vinculada à terra. Essa relação de dependência total não pode se apresentar como natural, pois implica num direito de dispor dos indivíduos e da natureza. Entretanto, é importante que ela pareça natural, a fim de poder suscitar o consenso da classe dominada. Isso implica em recorrer a uma terceira força, ao mesmo tempo exterior e superior às forças em presença, suscetível de poder legitimar o direito da classe no poder e possibilitar a aceitação da outra classe. O discurso religioso expressa sempre um mesmo tema: a atribuição da posse da terra a um ser divino (deus abstrato ou personagem real divinizada), que depois a concede por delegação aos agentes de uma classe senhorial ou sacerdotal. O camponês produtor tem a impressão de que esses intermediários são indispensáveis para assegurar sua sobrevivência. E a classe no poder considera natural beneficiar-se, como recompensa à função que cumpre. (HOUTART, 1982, p. 246).

A ocorrência em (4) resume bem, ao nosso ver, a relação trabalho-fé no modo de produção feudal, predominante, nos séc. XII e XIII, no Ocidente católico. O autor destaca que a tentativa de estabelecer uma teocracia não tinha motivações inocentes, antes, respondia aos interesses de poder da classe clerical, em querer continuar exercendo seu poder sobre o povo. Temos que as formulações religiosas (litúrgicas e filosóficas, no caso dos “discursos”) como um canal, através do qual se atinge um fim: inicialmente, a cessão da posse da terra à Igreja, e depois o estabelecimento de poderes locais, a uma elite predeterminada.

Desse modo, repete-se a metáfora conceptual RELIGIÃO É MEIO PARA ALCANÇAR O PODER, mas especifica-se que LITURGIA É INSTRUMENTO DE MANIPULAÇÃO. O resultado será uma mão de obra barata, subserviente a interesses da elite: “O camponês produtor tem a impressão de que esses intermediários são indispensáveis para assegurar sua sobrevivência.”. Ao enfatizar que é o “camponês produtor”, entendemos que se trata do *trabalhador*, portanto, tem-se em troca, o trabalho como pagamento por um serviço que lhe estaria sendo prestada pelo clero. Ao mesmo tempo, o autor aponta que o trabalhador *tem a impressão* da importância de tal intermediação do clero. Estaria ele sugerindo que o trabalhador não seria tão “inocente” quanto se pinta no senso comum? Seria este um “explorado consciente”, e mesmo assim, pela ausência de forças ou articulação, deixar-se-ia explorar pelo clero? São conjecturas que o texto nos provocam. Temos um imiscuir metafórico muito complexo com algumas implicações, seguindo possíveis mapeamentos:

CLERO É DIVINO (superior, inquestionável, senhor)

CAMPONÊS / TRABALHADOR É SERVO (obediente, subserviente, pagante)

TRABALHO É PAGAMENTO (diante dos serviços “prestados” pelo clero)

CLERO É EXPLORADOR – TRABALHADOR É EXPLORADO –

TRABALHO É ILUSÃO (trabalha-se por impossibilidade de reação contrária, trabalhar é um fardo).

De Masi (2001), a respeito dessa relação de privilégios dos tipos diferentes de trabalho, na Idade Média, associada com a vida religiosa intensa, pontua que alguns inventos estiveram estritamente relacionados com objetivos pragmáticos, motivados pelo trabalho e a prática litúrgica, como citamos:

(5) Devia caber mesmo à Idade Média – que ficou marcada na história corrente pela centralização na vida religiosa e mística – a tarefa de interromper o sono multissecular do progresso técnico com algumas invenções fundamentais para o avanço da humanidade. A invenção do

relógio, a difusão da bússola, do moinho d'água, dos modernos arreios de cavalo, a pólvora, a vela moderna permitiram a substituição de muita mão-de-obra e determinaram a grande onda de desocupação tecnológica que se traduziu na libertação dos escravos e sua transformação em servos da gleba. *No mesmo período, a invenção do purgatório lançou uma ponte entre o céu e a terra, contribuindo, através do comércio de indulgências, para um acúmulo de capital que favoreceria o nascimento da primeira burguesia na Europa cristã.* (DE MASI, 2001, p. 57. Grifo nosso).

Observamos como o autor entrelaça questões teológicas às vivências comerciais que culminaram com outros elementos em desenvolvimento social. Percebemos em (5) a metáfora TRABALHO É MEIO DE LUCRO. De modo que ao considerarmos, por esta ocorrência, a atividade discursiva do clero como um tipo de trabalho, entendemos, por inferência, que ATIVIDADE RELIGIOSA É MEIO DE LUCRO como uma abordagem metafórica plausível, nesse sentido.

Ao falar em noções como de “purgatório”, difundidas na Idade Média e combatida grandemente pela Reforma Protestante, os teólogos Grün (2014) assim se expressa:

(6) A Igreja adere à maximização dos lucros com o comércio de indulgências e de relíquias. A crítica de Lutero à Igreja se inflama por causa do negócio com o perdão dos pecados, marcado pelos versos do pregador de indulgências João Tetzel: ‘Assim que o dinheiro retine na caixa, a alma salta fora do purgatório’. A Igreja [...] instituiu o purgatório a fim de criar uma base, fundamentada em termos religiosos para o comércio de indulgências. Dessa maneira, lucros e riqueza não levam mais à danação eterna, mas se tornam uma falta reparável, um pecado que é perdoado por meio de pagamentos à Igreja. O lucro do comerciante é, por um lado, de maneira inerente ao sistema, o objetivo do negócio, a finalidade última do seu trabalho. (p. 36).

Na ocorrência supracitada, observamos que, mesmo que o lucro (ou a avareza) fosse considerado moralmente como pecado mortal, a prática do lucro, quando devidamente “associada” à Igreja, era passível de perdão. Observamos como o autor

apresenta o conceito de purgatório associando-o diretamente com os rituais religiosos, quando aponta que a Igreja tem no purgatório a “base para o comércio de indulgências”. Assim sendo, tem-se um ciclo vicioso, começando pelo comerciante que deseja lucro (fruto de seu trabalho), cometendo o pecado da avareza e buscando perdão por este pecado, junto à Igreja (que exige pagamentos por isso), ou seja, o trabalho se converte em uma moeda de troca, atendendo a, no mínimo, dois objetivos básicos: lucrar e, em seguida, comprar o perdão pelo pecado de ter lucrado. Assim, em (6), observamos a metáfora conceptual TRABALHO É MOEDA DE TROCA, em que temos o domínio fonte *atividade comercial*, projetando-se, com novos significados, em outro domínio, o da *atividade religiosa*, a fim de que se construa o domínio alvo *trabalho*.

Após esse apanhado mais generalizante sobre aspectos sobre os modos de produção medievais, e as relações de exploração hierarquicamente estabelecidas, aproximemo-nos de autores que discutem como as ordens religiosas se enquadravam nesse sistema, e como o trabalho era, nesse outro contexto, também, associado diretamente à vida de fé.

Ao observarmos o que diz Dreher (2013), a respeito da dicotomia entre aspectos da “pobreza apostólica” e do “poderio eclesiástico”, entendemos que determinados grupos de religiosos passaram a se opor a determinadas práticas opulentas correntes no clero, como a exploração dos pobres e o acúmulo de bens materiais, via manipulação das massas. Tais movimentos contradizentes geraram novas ordens ou subdivisões no seio da Igreja, e geraram movimentos independentes, que seguiam outros vieses em sua prática religiosa, liderados, geralmente, por bispos ou monges, que realizaram releituras do texto sagrado e decidiram romper, seja de forma brusca, ou mais branda, com as posturas clericais, especialmente, no que tange às riquezas, sendo, em sua maioria, considerados hereges, e sofrendo a retaliação da Igreja, via Inquisição.

Aquino (2014), ao traçar um breve perfil sobre a história da Igreja, focalizando os movimentos religiosos e seus desdobramentos teológicos, especifica que pelo menos dois grupos se insurgiram: os considerados hereges ou “desviados” (aqueles que romperam bruscamente com os propósitos de enriquecimento da Igreja) e os chamados “ortodoxos”, que, embora não partilhassem com as práticas de enriquecimento e exploração, não romperam definitivamente com o clero. Entre os que compunham o segundo grupo é que se situa o movimento iniciado por Francisco de Assis, a respeito do qual veremos algumas ponderações de estudiosos, a fim de finalizarmos nossa empreitada analítica.

Apresentando um breve perfil biográfico de Francisco de Assis, Aquino (2014) assim expõe:

São Francisco, “um dos Santos que abalaram o mundo”, nasceu em Assis (1181). Até os 23 anos de idade levou vida leviana, à procura da glória do mundo; queria ser cavaleiro, como era frequente na Idade Média. Todavia um período de cativeiro e uma doença grave contribuíram para que se convertesse totalmente para Deus. Passou a ser o cavaleiro da pobreza, que amava as aventuras heroicas. A partir de 1204, pôs-se a levar vida de penitência e oração, tratando de pobres e doentes e reerguendo capelas caídas na região de Assis. Juntaram-se-lhe doze companheiros, com os quais foi a Roma pedir ao Papa Inocêncio III licença de pregar – o que lhe foi concedido, contanto que se limitasse a pregação de penitência. (p. 5).

Também sobre sua vida, Dreher (2013) destaca que após a sua conversão, Francisco assume um novo estilo de vida: abandona as benesses familiares, os estudos, e passa a se identificar com os pobres e doentes da terra. Nesse ínterim, os textos evangélicos aos quais teve acesso tiveram um relevante papel como influenciadores sobre sua nova proposta de vida religiosa: optou por estar onde o povo estivesse, identificando-se com ele em suas misérias e atrocidades, escolhendo para si palavras-

chave como *humildade, renúncia à propriedade, luta contra o dinheiro, pregação, trabalho e mendicância*. A respeito das duas últimas, citamos o autor:

(7) A vida dos frades deveria ser possibilitada com *trabalho e mendicância*. Originalmente, inclusive, o trabalho é a regra, e a mendicância, a exceção. A sequência, porém, alterou-se paulatinamente. Francisco nada via de reprovável na mendicância. Para ele, o pobre não é o preguiçoso, aquele que foge do trabalho, mas a pessoa que a si mesmo se humilha e na qual o próprio Cristo pode estar oculto, assim como no leproso. Com essa postura, Francisco transformou-se no pai do movimento das ordens mendicantes. [...] Enquanto os movimentos medievais atacavam a igreja rica, as ordens mendicantes atacavam o novo sistema econômico, baseado no dinheiro. (DREHER, 2013, p. 200).

Na presente ocorrência vemos uma reconceptualização do trabalho, de certa forma atribuindo-lhe e depois negando-lhe valor de honra. Primeiramente, observamos que a ordem franciscana sobrevivia *pelo trabalho*. Assim, metaforicamente temos que TRABALHO É MEIO DE SOBREVIVÊNCIA. As atividades laborais eram, literalmente, um meio para que não viessem a morrer de fome. Porém, com o passar do tempo, o meio para a sobrevivência passa a ser a prática da mendicância. Dessa forma, o trabalho perde o seu status naquela comunidade; passa-se a entender que pedir, também é um tipo de trabalho, donde observamos a conceptualização: MENDICÂNCIA É TRABALHO. Assim, se aglomeraram a Francisco pessoas com objetivos semelhantes, a tal ponto de comporem uma *ordem religiosa*.

O próprio abandono do trabalho, por Francisco e seus seguidores (DREHER, 2013) nos dá pistas para percebermos que houve uma ruptura com o ideal anterior de trabalho como honra, ou como mercadoria de troca, para então ser meramente o meio de subsistência, e que, se necessário e mais plausível fosse, seria substituído por outra estratégia (e como de fato o foi, em relação à mendicância). Assim, em (7), temos o domínio fonte *relações de fé* projetando-se no domínio alvo *trabalho*, em mais uma

situação na qual domínios da experiência altamente abstratos são projetados metaforicamente, a fim de criar novas formas de conceptualização.

5 Considerações finais

A análise aqui realizada apontou para formas de conceptualização predominantemente metafóricas, em que foi possível observarmos as relações estabelecidas entre trabalho, fé e estrutura social. As escritas sobre a história (ou diríamos ainda, quaisquer escritas) são ricas em subjetividades e intencionalidades e é esta característica que abre um mundo de possibilidades ao estudioso do léxico.

Ter observado textos de divulgação científica, nas áreas de história e teologia, a respeito da Idade Média, nos permitiu constatar o quanto o pensamento metafórico está ubicado nas formas lexicais e como as formas conceptualizadoras estão fortemente motivadas ideológica e culturalmente que nem sempre são evidentes em uma leitura de caráter apenas linguística dos textos.

Referências

ALMEIDA, A. A. D. **Contribuição para o estudo do campo semântico “trabalhador” no português arcaico**. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ALMEIDA, J. F. de. **Bíblia sagrada**. Edição Revista e Corrigida. Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

ANTUNES, R. **As metamorfoses no mundo do trabalho**. Trabalho apresentado no XIX International Congress of Latin American Studies Association (LASA), Washington, USA, 30/09/1995.

AQUINO, F. **História da igreja: os movimentos em prol da pobreza**. 2014. Disponível em: <http://cleofas.com.br/historia-da-igreja-os-movimentos-em-prol-da-pobreza/>. Acesso em 24 maio 2016.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CUENCA, M. J.; HILFERTY, J. **Introducción a la lingüística cognitiva**. Barcelona: Editorial Ariel AS, 2007 [1999].

DE MASI, D. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Tradução de Yadyr A. Figueiredo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

DREHER, M. N. **História do povo de Jesus: uma leitura latino-americana**. São Leopoldo: Sinodal, 2013.

FRANCO JÚNIOR, H. **A idade média: nascimento do ocidente**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GRÜN, A. **Trabalho e espiritualidade**. Tradução de Vilmar Schneider. Petrópolis: Vozes, 2014.

HOUTART, F. **Religião e modos de produção pré-capitalistas**. Tradução de Álvaro Cunha. São Paulo: Ed. Paulinas, 1982.

IBARRETXE-ANTUÑANO, I. Humanismo, ciencia y lingüística (cognitiva): ¿incompatibles o complementarios? *In*: QUEROL, M. (ed.) **El futuro de las humanidades**. II volumen de artículos en homenaje al profesor D. Ángel López García. Valencia: Servei de Publicacions de la Universitat de València, 2010. p. 49-70. Disponível em: www.angellopezgarcia.es/homenajealopez.pdf. Acesso em: 14 maio 2015.

LAFER, M. de C. N. **Hesíodo, os trabalhos e os dias** (primeira parte). São Paulo: Iluminuras, 1991.

LAKOFF, G. A hipótese da invariância: o pensamento abstrato está baseado em esquemas de imagem? *In*: SIQUEIRA, M.; OLIVEIRA, A. F. S. de (org.). **Cadernos de Tradução – Linguística Cognitiva**. Tradução de Larissa Brangel; Dalby Dienstbach. Porto Alegre, n. 31, jul-dez, 2012, p. 7-46.

LAKOFF, G. **Women, fire, and dangerous things**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. DOI <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226471013.001.0001>.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 1980. Tradução brasileira: *Metáforas da vida cotidiana*. ZANOTTO, M. S. (coord. de tradução- Grupo GEIM). São Paulo: EDUC/ Mercado de Letras, 2002.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh**. Chicago: The University Chicago Press, 1999.

LANER, A. dos S. **Psicologia e trabalho na história**: da apropriação do tempo à busca da felicidade. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

LE GOFF, J. (org.). **O homem medieval**. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

LE GOFF, J. (org.). **Para uma outra idade média**: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Tradução de Thiago de Abreu e Lima Florêncio e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis: Vozes, 2013.

MIGEOTTE, L. Os filósofos gregos e o trabalho na antiguidade. *In*: MERCURE, D.; SPURK, J. (org.) **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Tradução de Patrícia Reuillard e Sônia Taborda. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 17-62.

MOURA, A. R. de. **Hesíodo, os trabalhos e os dias** (Primeira parte). Curitiba: Segesta, 2012.

NUBIOLA, J. El valor cognitivo de las metáforas. *In*: PÉREZ-ILZARBE, P., LÁZARO-CANTERO, R. (ed.) *Verdad, bien y belleza: cuando los filósofos hablan de los valores*. **Cuadernos de Anuario Filosófico**. n. 103, Pamplona, 2000. p. 73-84. Disponível em: <http://www.unav.es/users/ValorCognitivoMetaforas.html>. Acesso em: 09 jan. 2015.

PETERSON, E. **A mensagem**: Bíblia em linguagem contemporânea. São Paulo: Vida, 2011.

Artigo recebido em: 06.08.2019

Artigo aprovado em: 06.12.2019

Simplificação, acessibilidade textual e tradução em ambientes multilíngues

Text simplification, accessibility, and translation in multilingual classrooms

*Liana Braga PARAGUASSU**

*Maria José Bocorny FINATTO***

RESUMO: Este artigo sintetiza resultados de duas pesquisas sobre recursos de Educação a Distância (EaD) voltados para a formação de tradutores, realizadas com o apoio da Secretaria de Educação a Distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) via Editais SEAD 24 e 25. Com a participação de alunos e de professores de disciplinas regulares de Tradução e Terminologia do curso de Letras-Bacharelado da UFRGS, as pesquisas trataram de: a) apresentar aos estudantes e professores os temas da complexidade textual, da simplificação e da acessibilidade terminológica em meio ao cenário atual da formação para a tradução profissional; b) demonstrar como esses temas podem ser explorados em contrastes multilíngues considerando a tradução, revisão e adaptação de textos de temática técnica-científica; c) propor e validar, via testagens, alternativas de atividades didáticas para apoiar a modalidade EaD em meio às atividades presenciais das disciplinas envolvidas. Os

ABSTRACT: This paper reports the results of two researches on E-learning resources focused on the training of translators and conducted with the support of UFRGS Distance Learning Department. With the participation of students and professors of regular Translation and Terminology courses taught at Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), the research aimed at: a) presenting to students and professors topics such as text and terminological complexity, simplification and accessibility in the current scenario of professional translation training; b) demonstrating how these topics can be explored in multilingual classrooms considering the translation, proofreading and adaptation of technical texts; c) proposing and validating e-learning activities tested during regular and face-to-face classes. The data collected indicated the best profiles for e-learning activities associated with the topics in focus, in terms of distance learning

* Doutoranda do PPG-Letras-UFRGS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4043-1836>. liana@linguatuaducoes.com

** Docente do PPG-LETRAS-UFRGS, pesquisadora PQ-CNPq. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6022-8408>. mariafinatto@gmail.com

dados colhidos indicam os melhores perfis para atividades didáticas associadas aos temas em foco, em termos de recursos de EaD, assim como identificam eventuais problemas para o fluxo pedagógico, distinguindo pontos de maior ou de menor engajamento dos estudantes em torno da construção de suas competências e conhecimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a Distância. Formação de tradutores. Complexidade textual. Tradução. Terminologia.

resources. They also helped identify potential problems in the pedagogical flow, pointing out what areas should be emphasized during the students' learning process.

KEYWORDS: Distance Learning. Translation Training. Text Complexity. Translation. Terminology.

1 Introdução

Este artigo relata duas pesquisas sobre recursos de Educação a Distância (EaD) voltados para a formação de tradutores, realizadas com o apoio da Secretaria de Educação a Distância (SEAD) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através dos Editais SEAD 24 e 25 de 2017 e 2018. Com a participação de alunos e de professores de disciplinas regulares de Tradução e Terminologia do curso de Letras-Bacharelado da UFRGS, essas investigações trataram de:

a) apresentar aos estudantes e professores os temas da complexidade textual, da simplificação e da acessibilidade terminológica em meio ao cenário atual da formação para a tradução profissional;

b) demonstrar como esses temas podem ser explorados em contrastes multilíngues considerando a tradução, revisão e adaptação de textos de temática técnica-científica;

c) propor e validar, via testagens, alternativas de atividades didáticas para apoiar a modalidade EaD em meio às atividades presenciais das disciplinas envolvidas.

Os dados coletados indicam os melhores perfis para atividades didáticas associadas aos temas em foco, em termos de recursos de EaD, assim como identificam eventuais problemas para o fluxo pedagógico, distinguindo pontos de maior ou de

menor engajamento dos estudantes em torno da construção de suas competências e conhecimentos.

As duas pesquisas foram propostas nos projetos intitulados: i) *Complexidade textual em contraste inglês-português: bases para a elaboração de atividade EaD para a formação de tradutores na UFRGS*; e, ii) *Complexidade e simplificação textual em contrastes multilíngues: testagem de atividades EaD para a formação de tradutores na UFRGS*. Nas duas oportunidades, tendo sido agraciadas com bolsa mensal para estudante de pós-graduação, buscamos criar bases para recursos educacionais digitais direcionados para o estudo de temas como a Complexidade Textual e Terminológica (CTT), Simplificação Textual e Terminológica (STT) e a Acessibilidade Textual e Terminológica (ATT). O desafio para tais recursos seria, assim, auxiliar professores e graduandos a situar o trinômio CTT, STT e ATT em meio a unidades de ensino regulares presenciais que tratam especificamente dos temas de Terminologia e de Tradução de textos científicos.

Na continuidade, este artigo traz uma apresentação do cenário de Ensino envolvido, dos temas da CTT, STT e ATT e descreve os passos do trabalho para desenvolvimento de recursos de EaD. Ao final, são ponderados os resultados obtidos nos dois projetos e apresentadas perspectivas futuras para o enfoque desses temas em diferentes cenários pedagógicos.

2 Cenário de ensino envolvido

Após apresentar a temática, em sala de aula, propusemos analisar com os alunos a complexidade de textos de cunho técnico-científico, mais especificamente sobre a Doença de Parkinson (DP) – cujo tema já lhes era familiar por terem trabalhado com a tradução de textos de DP em atividades anteriores realizadas com seus professores das disciplinas de Tradução e Terminologia – e, posteriormente, simplificar esses textos,

tornando-os mais acessíveis a um determinado perfil de leitor com nível de letramento e capacidade leitora limitados.

Vale ressaltar que, por envolver duas disciplinas distintas e complementares, Tradução e Terminologia, os dados coletados visavam a criar atividades EaD com perfis interligados, mas ainda assim diferentes. Afinal, em um dado perfil, o enfoque esteve na tradução e, no outro, nas terminologias.

Sendo assim, nas turmas de Tradução, a tarefa proposta foi uma tradução simplificada, do inglês para o português. Essa tarefa envolveu a simplificação das terminologias, mas não esteve limitada a ela, pois outros fatores de complexidade foram analisados durante o processo.

Já nas turmas de Terminologia, a tarefa esteve voltada essencialmente para a simplificação das terminologias em textos técnico-científicos sobre a DP em diferentes línguas, quando pudemos aprofundar a análise do potencial complicador desta métrica e sua aplicabilidade com vistas à simplificação, além de fazer um comparativo sobre como a complexidade terminológica se comporta nos diferentes idiomas envolvidos no contexto das turmas de Terminologia (ambiente multilíngue).

Neste contexto, vale ressaltar que a temática da CTT, STT e ATT pode estar inserida em qualquer área de estudo, pois ela é inerente à linguagem e a linguagem está presente em todas as áreas de conhecimento. O mesmo ocorre com a Tradução e a Terminologia, uma vez que elas estão presentes em toda a área que se queira compartilhar conhecimento. Afinal, sem a tradução o conhecimento ficaria restrito às fronteiras de cada país ou aos falantes de uma mesma língua. Assim, a escolha em trabalhar com essa temática com aprendizes de (1) Tradução e de (2) Terminologia se deve ao fato de enxergarmos o profissional da Tradução como uma ponte para a disseminação de conhecimentos de diferentes áreas em diferentes níveis de acessibilidade. Nesse sentido, pensamos o tradutor como um profissional que tem

papel fundamental na divulgação, multiplicação e mediação do conhecimento científico.

Além disso, o tradutor é um profissional do texto e, como tal, deve se valer dos mais variados recursos linguísticos e extralinguísticos para atingir seus objetivos tradutórios. Dessa forma, vemos a inserção da temática do trinômio CTT, STT e ATT como mais uma porta que se abre ao tradutor ou aprendiz de tradução que queira ampliar seus conhecimentos, agregar valor à profissão e expandir o seu portfólio tradutório.

Vale ainda destacar o nosso entendimento de que este trabalho tem importante relevância social, pois em um país como o Brasil, onde os índices de analfabetismo funcional são alarmantes, é fundamental que se busquem iniciativas para simplificar o acesso ao conhecimento. Note-se que simplificar a mensagem não significa vulgarizar ou nivelar por baixo o conhecimento científico. Finatto (2011) já enfatizava que devemos refutar a ideia de que simplificar significa “nivelar por baixo” ou “vulgarizar” a mensagem:

A simplificação textual e a ideia de uma acessibilidade textual e terminológica são caminhos para implantar ações que democratizem o acesso ao conhecimento, dinamizando e transpondo os resultados das pesquisas produzidas no âmbito da academia para a realidade da população brasileira em geral, ajudando-a no seu processo de amadurecimento linguístico. (FINATTO, 2011, p. 155)

Nesse sentido, acreditamos que simplificar um texto significa torná-lo mais acessível para que os leitores com baixo grau de escolaridade consigam, de fato, compreender o conteúdo desses textos aos quais têm acesso. Portanto, entendemos que a simplificação textual pode ser vista como um mecanismo social e um modo de ajudar o leitor a subir as escadas do letramento, degrau por degrau, à medida que adquire conhecimento, aumentando, inclusive, seu interesse por assuntos científicos e

de outras naturezas, pois é preciso lembrar que sem a compreensão do que se está lendo é muito difícil manter o interesse do leitor na mensagem pretendida.

No que segue, a estrutura deste artigo é a seguinte: a) tratamos da noção de letramento e sua importância para o acesso ao conhecimento; b) apresentamos um quadro das noções teóricas envolvidas, como a tradução intralinguística como forma de simplificação e o trinômio CTT, STT, e ATT, além da importância do entendimento das terminologias para a simplificação textual; c) sintetizamos o todo da pesquisa realizada, seus métodos e processos, apontando nossas conclusões e contribuições para o âmbito dos estudos sobre CTT, STT e ATT para as pesquisa em EAD.

3 Letramento e acessibilidade da informação

Sabe-se que o nível de letramento afeta diretamente a compreensão leitora do indivíduo; portanto, quanto menor o nível de letramento mais difícil será para o leitor compreender informações básicas. Letramento é diferente de alfabetização. Segundo Magda Soares (2008), a alfabetização é o processo de aprendizagem no qual se desenvolve a habilidade de ler e escrever e envolve o aprendizado do alfabeto, dos números, a coordenação motora necessária para escrever. Já o letramento é o saber usar e aplicar essa tecnologia aprendida, é o resultado produzido pela ação de ler e escrever. Portanto, para que um indivíduo possa de fato compreender a informação veiculada em um dado texto, ele precisa muito mais do que saber colocar letras e sílabas juntas para formar palavras, ele precisa produzir um resultado a partir do que foi lido e demonstrar que a informação lida foi bem compreendida.

O Brasil apresenta baixos índices de letramento e altos índices de analfabetismo funcional, sendo assim, para grande parte da população brasileira, as informações disponíveis não são acessíveis ao seu nível de compreensão leitora. Nesse contexto, iniciativas como as que apresentamos aqui visam a facilitar a acessibilidade (leia-se: compreensibilidade) da informação por meio de métodos e processos que possibilitem que a informação seja compreendida por um número maior de pessoas.

A Internet mudou o panorama do acesso à informação. O que antes era lido somente em livros e ambientes especializados, hoje está disponível a quem tiver um *smartphone* e uma conexão *wi-fi*. Para citar alguns dados da realidade do país, uma pesquisa realizada em 2017 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) afirma que 63,6% da população brasileira tem acesso à Internet, seja por meio do computador ou por celular. Em 2013, menos da metade da população tinha acesso à Internet. Mas seria toda essa informação de fato acessível a qualquer um que possua uma conexão de Internet?

Os índices de analfabetismo funcional (quando a pessoa é incapaz de compreender textos simples) no Brasil são alarmantes. Segundo estudo recente (2017), desenvolvido pela ONG Ação Educativa e pelo Instituto Paulo Montenegro, três em cada dez (29%) brasileiros (38 milhões de pessoas), em idades entre 15 a 64 anos, são considerados analfabetos funcionais, ou seja, apresentam muita dificuldade para entender e se expressar por meio de letras e números em situações cotidianas, como fazer contas de uma pequena compra ou identificar as principais informações em um cartaz de vacinação (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, c2017, documento *on-line*).

Ainda, segundo o Inaf (Indicador de Alfabetismo Funcional), somente 8% da população brasileira em idade de trabalho está no nível proficiente Segundo o relatório “Alfabetismo e o Mundo do Trabalho”, resultado de uma pesquisa conduzida pelo IPM (Instituto Paulo Montenegro) e pela ONG Ação Educativa, existem 5 níveis de alfabetismo funcional: analfabeto (4%), rudimentar (23%), elementar (42%), intermediário (23%) e proficiente (8%). (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2016, documento *on-line*)

Como explica Finatto, et al.:

Esses dados sugerem que o acesso ao conhecimento por meio da leitura fica ainda restrito a uma pequena parcela da população brasileira. Essa, além de ter acesso à Internet, teria acesso a uma educação diferenciada e teria passado por uma formação leitora considerada

privilegiada. Ao que parece, mesmo exposta a textos, a livros, seja na Internet ou em suporte físico, apenas uma pequena parcela dos brasileiros consegue interagir qualificadamente com a informação que recebe. Poucos entendem o que leem, por vários motivos. (FINATTO; EVERS; STEFANI, 2016, p. 138)

Esses dados corroboram, portanto, a importância da temática da Acessibilidade Textual, já bastante difundida em países como os Estados Unidos, Inglaterra, entre outros, ser discutida no Brasil e trazida à realidade do país. Sem falar que a população brasileira difere, e muito, em nível de letramento de países considerados desenvolvidos, como os países da América do Norte e europeus. Para fazer uma breve comparação, nos Estados Unidos, 99% da população com mais de 15 anos é alfabetizada e, segundo o Census Bureau, 95% da população americana com 25 anos concluiu o *High School*, equivalente ao nosso Ensino Médio (CENSUS BUREAU, 2018, documento *on-line*). No Brasil, 91,3% da população brasileira é considerada alfabetizada e o dado mais alarmante, que mostra realidades tão díspares, é o percentual de pessoas que concluíram o Ensino Fundamental e Médio. No Brasil, segundo dados do IBGE de 2017, apenas 51% da população brasileira com mais de 25 anos possui Ensino Fundamental completo e somente 26,3% tem Ensino Médio completo (ESTADÃO, 2017, documento *on-line*).

Os números também indicam que para pessoas acima dos 65 anos, a dificuldade de leitura pode ser ainda maior. No Brasil, 49% da população idosa é considerada analfabeta funcional. Sendo que, desse total, 23% dos pesquisados declaram não saber ler e escrever, 4% deles afirmam só saber ler e escrever o próprio nome e 22% dos idosos consideram a leitura e a escrita atividades penosas, seja por deficiência no aprendizado, problemas de saúde, ou ambos os motivos (SOUZA, 2014).

Diante dessa realidade, se considerarmos a temática de nossa pesquisa, complexidade e simplificação textual e terminológica em textos de cunho científico, mais especificamente sobre a Doença de Parkinson (DP), e que os maiores interessados no assunto são indivíduos em uma faixa-etária mais avançada, tornar os textos de

divulgação e informativos mais acessíveis para essa parcela da população é fundamental. A Doença de Parkinson pode ocorrer em pessoas jovens, mas sua incidência é significativamente maior em pessoas com mais de sessenta anos, sendo que 1% da população mundial com mais de 65 anos sofre da doença (dados da OMS). A Doença de Parkinson é a segunda doença neurológica de maior abrangência, somente atrás do Alzheimer. Dessa forma, consideramos que tornar informações como essas acessíveis aos públicos interessados é uma questão de saúde pública e de relevância social. A prevenção das doenças passa pela informação e a informação só será eficaz se for compreendida pelas partes interessadas.

4 Noções teóricas: tradução acessível

Conforme a seção anterior, grande parte da população brasileira precisaria que as informações veiculadas nas diferentes mídias fossem, de alguma forma, adaptadas para que se tornassem mais acessíveis às suas capacidades leitoras. Diante dessa realidade, entendemos que o tradutor pode ter um papel fundamental.

O tradutor sempre foi um multiplicador de conhecimento. Sem ele, conhecimentos produzidos em outros países ficariam restritos ao povo falante de uma determinada língua. O tradutor pode ainda ser visto como um mediador entre aquele que produz o texto original e quem o lê, pois ele não apenas transpõe signos linguísticos, mas precisa considerar uma miríade de variantes tanto nas línguas de partida e de chegada quanto nas culturas do país de origem e no país do público leitor. A tradução estaria, portanto, muito mais próxima de uma adaptação linguística e cultural do que de uma simples transposição de signos.

Diante dessa necessidade de avaliar diferentes fatores linguísticos e extralinguísticos, o tradutor ainda deve ter em mente que sempre traduz para um determinado público, seja ele específico ou mais abrangente. Quando o tradutor

traduz um texto escrito por um especialista e destinado a um público de especialistas, ele tende a manter o mesmo nível de complexidade do texto original.

Mas, e se o público for diferente? E se ele receber a tarefa de traduzir um texto científico para ser publicado em um jornal de grande circulação? Será que o grau de complexidade do texto de chegada deverá ser o mesmo do texto de partida? Se o objetivo for atingir um grande número de leitores, certamente o tradutor precisará fazer adaptações estruturais e lexicais ao texto para que ele fique acessível a um maior número de pessoas, principalmente no que tange o conhecimento técnico na forma de terminologias especializadas. Hoje, com o mercado de tradução em constante expansão e com as diferentes demandas resultantes de um mundo cada vez mais globalizado, o tradutor precisa refletir sobre essas questões e estar preparado para se adaptar às diferentes oportunidades do mercado.

Dessa forma, pensando no papel do tradutor no mundo e de que forma ele estaria inserido, tratamos, primordialmente, além de Terminologia e da Tradução, do trinômio CTT, STT e ATT. Nessa direção, buscamos apoio em teorias já consagradas da Tradução para a construção das noções que compreenderiam a fariam a ponte entre os fundamentos de Tradução e as noções de simplificação. Assim, com o intuito alicerçar o que chamaríamos de tradução simplificada, apoiamo-nos nas definições de Jakobson e das distinções que ele faz entre os diferentes tipos de tradução para estabelecer a simplificação textual como uma forma de tradução.

Jakobson (1959) propõe a diferenciação entre três tipos de tradução. A **tradução intersemiótica** seria aquela que transpõe de um sistema de signos a outro sistema de signos; um exemplo seria a adaptação de um livro para um filme. Já a **tradução interlinguística** seria a tradução como estamos habituados, ou seja, a transposição de uma língua a outra, no qual um dado texto em uma língua X é traduzido para uma

data língua Y¹. Já a **tradução intralinguística** envolveria a reformulação dentro de um mesmo idioma. Neste último caso, temos um texto em uma língua X que, por alguma razão, precisaria ser reformulado e adaptado utilizando-se o mesmo sistema de signos na mesma língua. Esta última definição é o nosso principal objeto de estudo dentro da tradução, pois uma dessas razões para a reformulação do texto por ser a necessidade de simplificá-lo para um dado perfil de leitor.

Se pensarmos em nosso projeto de pesquisa, trabalhamos com dois tipos de tradução: a **tradução interlinguística**, por meio da tradução como normalmente conhecemos, ou seja, o texto em inglês foi passado para o português brasileiro e, posteriormente, a **tradução intralinguística**, apresentada por Jakobson (1959), quando, após o texto já estar na língua-alvo, reformulamos e simplificamos os textos sobre DP traduzidos ao português.

Um processo de tradução apenas já é bastante complexo, quando dois processos são necessários para que o objetivo final seja alcançado, a dificuldade é redobrada. Por esta razão, os testes empíricos realizados neste projeto de pesquisa, por meio das atividades conduzidas em sala de aula, foram fundamentais para se determinar qual seria o melhor processo para atingir nosso objetivo maior: a tradução simplificada. Como veremos na seção “Relato dos experimentos” deste artigo, optamos por iniciar o processo de tradução simplificada pela tradução interlinguística (inglês→português) e então passar à tradução intralinguística (reformulação do texto em português). Esta decisão teve como base as competências tradutórias dos alunos com os quais estávamos trabalhando, e levou-se em consideração que, por ainda serem aprendizes de tradução – especialmente quando se tratavam de turmas em início de curso – estes

¹ Vale mencionar que a definição de Jakobson para a tradução interlinguística é um tanto quanto simplista, pois, como já estabelecemos anteriormente, a tradução, como amplamente conhecemos, envolve muito mais que a transposição de línguas. Contudo, a distinção que ele faz sobre os diferentes tipos de tradução é algo inovador para a sua época e nos serve de base para prosseguirmos em nossas noções de tradução simplificada.

alunos ainda possuíam algumas limitações em suas competências linguísticas e extralinguísticas, principalmente no seu idioma não nativo, o inglês.

Segundo Hurtado Albir (2017), os tradutores precisam ter algumas competências específicas para que sejam capazes de realizar seu trabalho com excelência, ao que chamou de competências tradutórias. Para tanto, não basta o tradutor ter conhecimentos linguísticos. Além de ter a habilidade da transferência, a capacidade de compreensão e de produção de textos, e saber fazer a troca de um código linguístico a outro sem interferências, é preciso também ter conhecimentos extralinguísticos, ou seja, conhecimento da cultura de partida e de chegada da tradução. Em um processo de simplificação e adaptação, ou, como chamamos aqui, de tradução intralinguística, os conhecimentos extralinguísticos têm papel fundamental.

No contexto da tradução intralinguística, traduzir palavra por palavra faz ainda menos sentido. O que mais importa nesse tipo de tradução é conhecer o perfil do público-alvo, sua cultura, seu grau de escolaridade, seu nível de conhecimento técnico etc. E é nessa miríade de habilidades e processos que o tradutor precisa embasar suas escolhas tradutórias. Sendo assim, quanto mais recursos ele tiver, melhor embasado estará para atingir o seu objetivo tradutório maior: uma tradução que transmita a mensagem de forma adequada e condizente com o público que a recebe.

Nesse sentido, entendemos que a temática da CTT, ATT e STT, bem como as ferramentas de análise textual relacionadas, e as métricas de complexidade e medidas (potencialmente) simplificadoras que serão apresentadas a seguir, devem ser consideradas como mais um recurso à disposição dos tradutores. Recurso este que lhes possibilitará conhecer melhor o seu texto de trabalho, buscando a finalidade da tradução e sua função na cultura meta (NORD, 2018), bem como o público-alvo ao qual a tradução se destina.

4.1 O trinômio: CTT, STT e ATT

O trinômio da CTT, STT e ATT aparece aplicado à tradução de textos técnico-científicos e, juntamente com os conceitos de Tradução e Terminologia, norteou nossa pesquisa em busca de identificar e de validar recursos de EaD. Considerando-se que a grande maioria dos alunos já havia estudado noções de Tradução e Terminologia em suas disciplinas regulares, e a temática do trinômio a ser introduzida aos alunos participantes dos projetos, era, em muitos casos, um assunto completamente novo, procuramos dar ênfase ao trinômio antes citado, reunindo os principais conceitos que o perfazem para serem apresentados em sala de aula. Estas noções serão brevemente apresentadas a seguir.

4.2 Complexidade Textual e Terminológica (CTT)

A CTT é sempre algo relativo e tem na figura do leitor ou de um grupo de leitores o seu ponto de referência. Um determinado texto X pode parecer muito complexo para um dado leitor, enquanto pareça trivial para outro, dependendo do seu grau de escolaridade, letramento ou conhecimento especializado sobre o assunto. A CTT é, portanto, uma condição semântica, instaurada pela não familiaridade do leitor-alvo com o assunto e/ou linguagem do texto, bem como uma condição estrutural de um dado texto escrito, mensurável por seus atributos de construção verbal – pelo vocabulário presente no texto e também por sua configuração gramatical. A complexidade de um texto é uma propriedade ou condição do texto e, como tal, pode ser mensurada.

A CTT pode ser mensurada por recursos computacionais ou ferramentas criadas para este fim; contudo, a análise da complexidade de um texto é uma tarefa subjetiva e não pode ser realizada somente pela máquina, sem o olhar humano, que é, em última análise, quem pode dizer o que é complexo para o seu nível de conhecimento.

É importante ainda mencionar que a noção de **CTT** é ampla em função de diferentes e numerosas concepções sobre esse tema e pode envolver um grande número de variantes. Desse modo, para fins destes projetos de pesquisa, selecionamos os principais elementos – que aqui chamaremos de **métricas de complexidade** por serem usadas na mensuração da CTT – que podem colaborar para dificultar a compreensão de leitura de um texto por parte do leitor.

Trabalhar em ambientes de bilinguismo ou multilinguismo com esta temática pode ser um desafio, mas nosso principal objetivo com estes projetos de pesquisa não era fazer um estudo aprofundado sobre cada idioma e suas métricas de complexidade. Por razões de limitações de tempo e logística, não tivemos condições de estabelecer, compilar e verificar métricas de complexidade específicas para cada idioma, mas sim trabalhar com métricas que pudessem ser um denominador comum entre os idiomas e adaptá-las, na medida do possível, à realidade da língua em questão.

Desse modo, partindo do pressuposto de que cada idioma terá suas peculiaridades e que essas métricas poderão diferir, precisávamos encontrar também fórmulas de inteligibilidade adaptadas a cada um dos idiomas de trabalho dos estudantes da disciplina de Terminologia. Vale lembrar que as fórmulas originais Flesch e Flesch-Kincaid foram criadas para o inglês. Foi preciso, portanto, uma adaptação por parte de estudiosos da área da Linguística e da Matemática para que se pudessem obter fórmulas que representassem as diferentes línguas em estudo.

Para citar um exemplo de métrica e sua necessidade de adaptação, temos a métrica de complexidade que considera o tamanho das palavras por meio do número de sílabas. Essa métrica é um dos fundamentos do índice Flesch e Flesch-Kincaid. O critério por trás dessa métrica é que palavras muito longas tendem a ser mais complexas. Devemos observar, contudo, que o que se entende por uma palavra muito longa em português pode não ser considerada uma palavra muito longa em alemão, em termos de número de letras ou sílabas. No entanto, isso não nos impede de

trabalhar com essa métrica tanto no português quanto no alemão, uma vez que cada língua terá seus próprios critérios do que pode ser considerada uma palavra extensa. Por isso a necessidade da adaptação das fórmulas e métricas. A seguir, apresentamos um quadro comparativo com as fórmulas *Flesch Reading Ease* em inglês (original), alemão e português. Vale mencionar que a adaptação do Índice Flesch da língua inglesa para a língua portuguesa foi realizada por Martins, Teresa B. F., Claudete M. Ghiraldelo, Maria das Graças Volpe Nunes e Osvaldo Novais de Oliveira Junior (1996), do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC), da Universidade de São Paulo, em São Carlos.

LEGENDA

Quadro 1 – Fórmulas índice Flesch Reading Ease em inglês, alemão e português.

INGLÊS	ALEMÃO	PORTUGUÊS
$206,835 - (1,015 \times ASL) - 84,6 \times ASW$	$180 - ASL - (58,5 \times ASW)$	$248.835 - [1.015 \times (ASL)] - [84.6 \times (ASW)]$

Fonte: documento *on-line*.

ASL = Average Sentence Length (comprimento médio da frase).

ASW = Average number of Syllables per Word (número médio de sílabas por palavra).

Além das fórmulas de inteligibilidade, apresentamos aos alunos um conjunto de métricas de complexidade utilizadas para mensurar a complexidade de um texto. Este conjunto de métricas foi descrito com base em um material elaborado pelo governo americano intitulado '*Federal Plain English Guidelines*', cujo conteúdo foi traduzido e adaptado para o português o português do Brasil por Asafe Cortina em um projeto do Edital 23 da SEAD/UFRGS. Tais métricas são, no âmbito lexical e estrutural dos textos:

1. o número de palavras por frase (frases muito longas tendem a ser mais complexas);

2. a extensão geral do texto (parágrafos longos podem contribuir para a complexidade);
3. a relação *type-token* (palavras novas versus palavras repetidas – quanto maior o uso de palavras novas, maior o potencial de complexidade, pois maior a chance de o leitor desconhecer o vocabulário empregado);
4. o grau de referência pronominal (quanto mais frequente a substituição de substantivos por pronomes maior a complexidade, pois o leitor tende a perder a referência de quem está realizando a ação ou quem/o que está sofrendo a ação);
5. o uso de terminologia específica sem explicação – não compreensível por um leigo – e um vocabulário erudito/de baixa frequência (incluindo elementos gramaticais, como conectores frasais raros), que não faça parte do léxico do leitor de uma dada língua.
6. uso da voz passiva ao invés da ordem canônica (voz ativa: sujeito + verbo _ objeto);
7. o uso de advérbios longos (principalmente os terminados em -ente: terminantemente etc.).

Todos os elementos supracitados fazem parte da **Complexidade Textual** “interna” de um texto e, nesse sentido, a **CTT**, como condição interna do texto técnico-científico, pode ser mensurada. Como já mencionado, existem índices que medem a complexidade de um dado texto, como o índice Flesch e o índice Flesch-Kincaid. A fórmula Flesch Reading Ease, criada em 1948 nos EUA do pós-guerra, é considerada uma das fórmulas mais antigas e testadas para medir a inteligibilidade (compreensibilidade) de um texto. Seu criador, Rudolph Flesch, defendia o uso do *Plain English*, ou seja, uma linguagem mais clara, simples e acessível à população em geral, independente do seu grau de escolaridade.

A fórmula para o inglês:

$$\text{IFLF} = 206,835 - ((1,015 \times \text{comprimento médio da frase}) + 0,846 \times (\text{número de sílabas por 100 palavras}))$$

O índice tem 7 faixas de dificuldade de leitura, podendo variar de 0 a 100. Quanto maior for o índice, ou seja, mais próximo de 100, mais fácil de ler o texto; quanto mais próximo de 0, mais difícil, como segue:

Quadro 2 – Índice Flesch.

Valor do índice	Leitura do texto
90-100	muito fácil
80-90	fácil
70-80	razoavelmente fácil
60-70	padrão
50-60	razoavelmente difícil
40-50	difícil
0-30	muito difícil

Fonte: Finatto (2011).

A maioria dos índices que se sucederam a ele tem como base a fórmula criada por Rudolph Flesch, como o índice Flesch-Kincaid, que recebe o nome de Rudolph Flesch e de seu criador, J. Peter Kincaid. O índice Flesch-Kincaid foi desenvolvido a pedido da marinha americana e seu diferencial em relação ao índice Flesch Reading Ease é que ele acrescenta o grau de escolaridade que o leitor precisaria, em tese, ter para conseguir compreender determinado texto.

A fórmula:

$$ILFK = ((0,39 \times \text{média de palavras por frase}) + (11,8 \times \text{média de sílabas por palavra})) - 15,59$$

Quadro 3 – Índice Flesch-Kincaid por grau de escolaridade.

Índice	Grau de escolaridade	Observações
90.0–100.0	5 anos de escolaridade	Muito fácil de ler. Fácil de ser compreendido por um aluno com aproximadamente 11 anos de idade.
80.0–90.0	6 anos de escolaridade	Fácil de ler.
70.0–80.0	7 anos de escolaridade	Razoavelmente fácil de ler.
60.0–70.0	de 8 a 9 anos de escolaridade	Linguagem simples. Fácil de ser compreendido por alunos entre 13 a 15 anos de idade.
50.0–60.0	de 10 a 12 anos de escolaridade	Razoavelmente difícil de ler.
30.0–50.0	Alunos universitários	Difícil de ler.
0.0 – 30.0	Graduados em universidades	Bastante difícil de ler. Compreendido somente por graduados em universidades.

Fonte: Finatto (2011).

As métricas de complexidade, as fórmulas de inteligibilidade e as ferramentas computacionais como o Coh-Metrix e Coh-Metrix-Port compõe o “pacote” de análise da complexidade de um dado texto, que pode auxiliar o linguista a medir o grau de complexidade interna do texto e a dificuldade de compreensão leitora de um dado perfil de leitor, com vistas a buscar subsídios para a etapa que virá a seguir: a simplificação do texto e sua potencial acessibilidade textual e terminológica.

4.3 Simplificação Textual e Terminológica (STT)

A **STT** envolve um processo, um conjunto de ações a serem realizadas após a análise da complexidade ou da inteligibilidade de um texto. O texto em questão deve ser reformulado de acordo com o público leitor. Com os dados das análises fornecidos pelas ferramentas tecnológicas, pelas fórmulas de inteligibilidade e por uma análise minuciosa do texto sob o olhar do profissional do texto - seja ele redator, tradutor ou revisor - conforme as métricas citadas anteriormente, conseguimos decidir melhor quais ações devem ser tomadas de modo a simplificar esse texto.

O processo de simplificação de um dado texto, que se apresente originalmente complexo, envolve muitas variantes. Especialmente aqueles de temática técnico-científica, cujos termos especializados precisam ainda ser trabalhados – por meio de explicação ou substituição – sem que a informação técnica ou científica se perca. Se bem-sucedido, o processo de simplificação gera um texto acessível ao leitor e, conseqüentemente, o conhecimento é transmitido de maneira condizente com o grau de letramento do mesmo.

Vale frisar que não existe uma fórmula que garanta o sucesso de uma simplificação textual. Existem testes que podem ser realizados após a simplificação, de modo a se verificar se os índices de inteligibilidade anteriores, pré-simplificação, foram alterados, reduzindo a complexidade do texto de acordo com as métricas aplicadas. Contudo, existem muitas variantes nos perfis de leitores, e somente uma testagem empírica poderá aferir se o resultado da simplificação produziu um texto suficientemente acessível ao leitor em questão. Como explica Finatto e Motta:

A simplificação textual (ST) seria a materialização da AT, pois se trata de um processo. Nele se transforma um texto tido como complexo – para alguém – num texto mais simples, por meio de uma linguagem e de estruturas sintáticas, em tese, mais adequadas ao leitor-alvo. Esse processo poderá ser subjetivo, baseado em impressões ou em conhecimentos diversos do redator, ou poderá ser guiado por uma série de procedimentos e de critérios, previamente estabelecidos e mensurados, de acordo com uma metodologia científica. Aqui, inclusive, podem ser evocadas as “medições” e estatísticas antes citadas. (FINATTO; MOTTA, 2017, p. 329).

Da mesma forma que temos as já mencionadas métricas de complexidade para a análise da complexidade de um texto, para o processo de simplificação apresentamos o que chamaremos aqui de **medidas** (potencialmente) **simplificadoras**. Vale mencionar que utilizamos “potencialmente” entre parênteses, pois essas medidas não

são garantia de simplificação de um texto, devido às diversas variantes que os textos e seus públicos leitores apresentam e representam.

Essas medidas são baseadas nas métricas de complexidade, uma vez que elas funcionariam como uma espécie de “antídoto” para a complexidade. Por exemplo, se durante a análise da complexidade de um dado texto foi detectado que um dos fatores de complexidade é a voz passiva, a medida simplificadora será transformar a voz passiva em voz ativa. Já se um dos fatores de complexidade forem as frases muito longas, a medida simplificadora será buscar estruturar o texto com frases mais curtas, e assim por diante. O mesmo acontece quando o foco da simplificação está na condição semântica do texto. Se o fator de complexidade detectado for um vocabulário erudito e uma alta incidência de termos técnicos, a medida simplificadora será de ordem lexical e terminológica, e buscará substituir esse vocabulário erudito por palavras mais comuns, de uso mais frequente por parte dos leitores em foco, ou explicar as terminologias, no caso de um texto técnico-científico. Dessa forma, com base nas métricas de complexidade, as principais medidas (potencialmente) simplificadoras são:

- X Reduzir o tamanho das frases. Evitar parágrafos longos.
- X Substituir pronomes por substantivos.
- X Eliminar a voz passiva. Ordem canônica: sujeito, verbo, objeto.
- X Utilizar um vocabulário mais “comum”, de maior frequência de uso, com palavras preferencialmente não muito longas.
- X Reduzir termos.
- X Explicar termos.

A Simplificação Textual e Terminológica, também considerada uma tradução intralinguística, como vimos na seção sobre Tradução deste artigo, é, portanto, um

processo que abrange os meios, as ferramentas e as estratégias necessárias e mais adequadas para se chegar ao objetivo final: um texto que seja **acessível** ao perfil de leitor ao qual estamos nos dirigindo.

4.4 Acessibilidade Textual e Terminológica (ATT)

Para finalizar o trinômio, a **ATT** pode ser compreendida como uma qualidade, uma condição do texto e, principalmente, como algo que se deseja promover ou concretizar, de modo que determinada comunidade leitora tenha condições de compreender um dado texto. Finatto explica que:

A Acessibilidade Textual e Terminológica pode ser vista como uma condição desejada, resultante de processos de escrita ou de reescrita que partem de um texto-fonte, ou de uma informação-fonte, em tese, complexos. Essa “complexidade original” estimada e da qual se parte como referência tende a ser, também, multifatorial, podendo ser construída por conteúdos, convenções de escrita, etc. (FINATTO, no prelo).

É preciso frisar que a **ATT**, assim como a **CTT**, terá sempre o leitor como referência, pois um texto acessível a um público X pode não ser acessível a um público Y. A materialização da acessibilidade dependerá, assim, do grau de letramento do leitor ou da comunidade leitora. Quando tratamos de textos especializados, como é o caso dos projetos de pesquisa aqui relatados, além do grau de escolaridade do leitor, há que se considerar o seu letramento científico, ou seja, o seu grau de conhecimento sobre o assunto científico tratado no texto. Por exemplo, um advogado, com grau superior completo, pode não ser letrado em assuntos de saúde. É claro que ele, em tese, terá muito mais recursos para compreender um assunto que não seja de sua área de *expertise* que um leitor com apenas o Ensino Fundamental; contudo, um texto de uma área médica, mesmo que para leitores com alto grau de escolaridade, precisará ser adaptado, caso esses leitores sejam leigos no assunto.

Vale ainda lembrar que a acessibilidade de um texto, assim como a complexidade, é subjetiva e que somente uma testagem empírica poderá confirmar se o texto é realmente acessível a um determinado público. Sem essa testagem podemos apenas inferir e tentar, em teoria, compreender o perfil do leitor, buscando adaptar e reformular o texto de acordo com os dados que possuímos.

4.5 Terminologia

Como já mencionado anteriormente, os projetos de pesquisa em EaD aqui relatados inserem-se nos contextos dos Estudos de Tradução e de Terminologia, pois foram ambientados nas turmas regulares de Tradução e de Terminologia do curso de Letras Tradução/Bacharelado da UFGRS. Os Estudos de Terminologia fazem parte da formação dos futuros tradutores e são fundamentais para aqueles tradutores e aprendizes que pretendam trabalhar com tradução de textos técnico-científicos.

Há muito os estudos das terminologias deixaram de ser exclusividade dos especialistas de cada área e ganharam espaço entre os estudiosos das linguagens, como é o caso dos tradutores. Nesse contexto, as cadeiras de Terminologia no curso de Tradução-Bacharelado da UFRGS vêm para agregar valor e conhecimento à formação do tradutor, e nossa pesquisa procurou apresentar uma nova perspectiva aos Estudos de Terminologia, ampliando o leque de conhecimentos ao introduzir o conceito de léxico e/ou terminologia simplificada e acessível a diferentes públicos-leitores formados por leigos e não somente por especialistas.

Assim, no âmbito da tradução especializada, objeto de estudo de nossa pesquisa, o termo, as terminologias e os Estudos em Terminologia são protagonistas. E na comunicação especializada o termo pode aparecer como um fator determinante na complexidade de um texto, bem como em seu processo de simplificação com vistas à acessibilidade. Contudo, o termo “técnico” aqui não é visto como um elemento isolado, ele está integrado a um ambiente textual e vinculado a um todo de significação que é

o texto (FINATTO, 2014, p. 348). Esta é a Terminologia de perspectiva textual apresentada por Finatto (2004).

Ainda, no centro de nossa pesquisa em Terminologia, estão os personagens que participam dessa comunicação. Como expõe Cabré, a Terminologia diz respeito a uma comunicação profissional e especializada, mas que nem sempre envolve apenas especialistas. Como explica a autora, ela pode ocorrer entre diferentes interlocutores, como entre especialistas, entre especialistas e semiespecialistas e entre especialistas ou semiespecialistas e leigos. Como podemos ver, hoje a comunicação especializada ultrapassa os muros da comunicação entre profissionais de uma mesma área e chega a outras camadas da sociedade, e esse leitor “leigo” ainda pode apresentar diferentes graus de conhecimento. Por isso, o classificamos em semiespecialista, semileigo ou leigo.

Como já mencionado, com o advento da Internet e o fácil acesso aos mais variados tipos de informação por parte da população, as informações de cunho técnico-científico deixaram de ser exclusividade dos ambientes profissionais. O que antes ficava restrito aos profissionais de cada área de conhecimento, hoje chega aos mais variados perfis de leitores. Algumas dessas informações, contudo, são mais do que mera “curiosidade” para leitores com diferentes graus de conhecimento e letramento. Os textos encontrados na Internet, e em outros veículos, podem ser informativos e ter grande relevância social, como é o caso das informações sobre Saúde, assunto dos textos trabalhados em nossos projetos de pesquisa. Informações sobre doenças, como a Doença de Parkinson (DP), e tantas outras, podem ser relevantes para um grande número de pessoas além dos profissionais das áreas de Saúde, como pacientes, familiares e cuidadores, pessoas que não possuem o mesmo conhecimento técnico de um profissional especializado. Por isso a importância de se mostrar aos alunos aprendizes de tradução que o público leitor deve estar no centro de suas decisões tradutórias, inclusive no que tange as terminologias.

4.6 Simplificação lexical e terminológica

A simplificação de um texto pode ser de ordem semântica (lexical/terminológica) ou pode ser de ordem sintática (estrutural). Normalmente, para simplificarmos um dado texto, lançaremos mão dessas duas frentes, pois precisaremos simplificar o vocabulário do texto bem como sua estrutura. Em textos técnico-científicos, a simplificação lexical e terminológica costuma ser fundamental para tornar a mensagem do texto mais acessível ao seu destinatário leigo.

Vale ressaltar que, ao mencionar simplificação lexical, além da terminológica, nem sempre somente o “termo técnico” é fator complicador para a compreensão leitora. Muitas vezes, as palavras “não técnicas”, que fazem parte do léxico geral de uma língua, podem ser tanto ou mais complexas que um termo para o leitor em questão. Palavras de baixa frequência, pouco utilizadas pelos falantes de uma dada língua, ou de conhecimento de um dado perfil de leitores, também podem dificultar a compreensão. É importante ainda frisar que poderíamos optar por não fazer a distinção entre simplificação lexical e simplificação terminológica, uma vez que os termos fazem parte do léxico das línguas. Contudo, optamos pela diferenciação por estarmos trabalhando em ambientes cujo objeto de estudo é o termo em meio a textos técnico-científicos. Esse ambiente é conformado pelas disciplinas regulares de Terminologia do curso de Tradução-Bacharelado da UFRGS.

A simplificação lexical/terminológica consiste, portanto, em analisar o léxico e a terminologia de um texto, avaliar se este é adequado ao grupo de leitores a que se destina e, caso não seja, aplicar medidas simplificadoras que tornem esse vocabulário mais acessível ao público leitor. Como explica Saggion (2017, cap. 2, p. 2), a simplificação lexical tentará ou **modificar o vocabulário** do texto escolhendo palavras que sejam mais adequadas ao leitor-alvo ou **incluirá explicações ou definições** àquele vocabulário que não possa, por qualquer razão, ser substituído.

A **simplificação lexical/terminológica por substituição** visa a substituir palavras complexas por equivalentes, em tese, mais fáceis de ler e compreender. Vejamos alguns exemplos:

Ex. 1: O passeio estava magnífico. → O passeio estava ótimo.

Ex. 2: O paciente está com cálculo renal. → O paciente está com pedras nos rins*. *Termo popular para cálculo renal.

Como expõe Saggion (2017, p. 24), a simplificação lexical lida com duas questões: primeiro, encontrar um sinônimo, dentre um certo número de candidatos, que dê conta do significado; segundo, encontrar um sinônimo que seja mais fácil de compreender que a palavra original. Isso deve ser feito sem alterar-se, significativamente, um significado original do texto. No caso dos termos técnicos, a precisão terminológica muitas vezes primada pelos especialistas deve receber redobrada atenção, pois nem sempre o que parece um sinônimo para um leigo será para o especialista. Dessa forma, como sabemos que nem sempre é possível que o tradutor/redator receba o aval de um especialista em suas escolhas tradutórias, a recomendação é que o redator/tradutor faça o máximo esforço para preservar ou para não “deturpar” o sentido construído pelo especialista. Por esta razão, a simplificação lexical/terminológica não se limita apenas à substituição de palavras, como mostrado no exemplo acima, mas existe também a possibilidade da simplificação por explicação, como veremos a seguir.

A **simplificação por explicação** pode ser um recurso bastante eficaz nos textos técnico-científicos voltados para semileigos ou leigos por dois motivos principais: primeiro, esse recurso pode evitar que se crie uma deturpação no sentido do texto, pois o termo não é suprimido. É claro que a explicação, construída com palavras, em tese, mais simples e acessíveis, também precisa ser precisa para que o conteúdo técnico não seja alterado. Em segundo lugar, este recurso poder ser utilizado quando o

redator/tradutor do texto queira instruir seu leitor. Ele não deseja simplesmente que o leitor seja capaz de compreender o que ele escreve, mas que ele aprenda com o conteúdo. Seguem exemplos:

Ex.: O paciente apresenta **cardiopatía congênita**, ou seja, ele **nasceu** com um **problema na estrutura do coração**.

No exemplo acima, opta-se por explicar o que seria ‘cardiopatía congênita’ ao invés de substituir o termo por outro. Desse modo, o leitor tem a possibilidade de aprender o que quer dizer ‘cardiopatía congênita’ na terminologia médica.

Assim, a partir dessas noções teóricas, apresentamos a temática para os alunos do curso de Tradução-Bacharelado da UFRGS e pudemos realizar testagens empíricas que subsidiassem nosso trabalho de pesquisa. A seguir, relatamos o cenário da pesquisa, seus processos e métodos.

5 Relato dos experimentos com os estudantes

Nosso principal objetivo foi criar bases para a elaboração de recursos educacionais digitais a partir da exposição do tema da acessibilidade/complexidade em sala de aula. Para tanto, a pesquisa foi dividida em 3 etapas: 1. preparação do material de estudo; 2. exposição da temática em sala de aula; 3. exercícios práticos e testagem com os alunos. A seguir, detalhamos cada etapa do processo.

5.1 Primeira fase: a preparação do material de estudo

A primeira fase do projeto foi dedicada à preparação do material de estudo, que incluiu a compilação de um *corpus* e de materiais que pudessem ser utilizados em sala de aula como apoio para a exposição da temática tratada. O *corpus* de estudo teve como ponto de partida um *corpus* textual bilíngue pré-existente, relacionado a estudos em andamento junto ao PPG-LETRAS UFRGS, na área de Terminologia e Tradução, e a

pesquisas em Educação a Distância anteriores a esta realizadas com o apoio da SEAD. O *corpus* de partida consistia de mais de 300 documentos, artigos científicos e textos de popularização para leigos na área de Saúde, em inglês e português, sobre os temas da Doença de Parkinson (DP).

Para o primeiro projeto de pesquisa, ambientado em um cenário bilíngue, português-inglês, nas turmas de Tradução, utilizamos esse *corpus* pré-existente e o incrementamos com novos textos de divulgação da DP, potencialmente para leigos. Posteriormente, selecionamos 50 textos para compor nosso *corpus*-amostra de estudo, a ser utilizado como referência de pesquisa para embasar as decisões tradutórias que os alunos viriam a tomar nas atividades propostas em sala de aula e EaD.

Já na fase da pesquisa que envolveu ambientes multilíngues, tomamos esses textos já compilados em inglês e português como base para buscar textos de mesma temática e formato, como artigos científicos e textos de divulgação sobre a DP, nos outros idiomas de trabalho das aulas de Terminologia, sendo estes idiomas o espanhol, francês, alemão, italiano e japonês, para compor nosso *corpus*-amostra multilíngue. Vale ressaltar que, assim como acontece com o português, a quantidade e qualidade de textos disponíveis sobre a temática na Internet, meio utilizado para a coleta de material, em outros idiomas, não é tão abundante. Em parte, isso se deve ao fato de que grande parte das pesquisas científicas, mesmo que realizadas em países não falantes da língua inglesa, é publicada em inglês. Desse modo, optamos por buscar textos em *sites* de divulgação sobre a doença, na Wikipedia, bem como bulas de remédio, que precisam ser obrigatoriamente fornecidas no idioma do país, para compor nosso *corpus*-amostra de estudo e referência.

A ideia de construir um *corpus*-amostra que representasse a temática da DP bilíngue e, posteriormente, multilíngue teve como principal objetivo proporcionar aos alunos uma fonte de pesquisa confiável, constituída de textos de fontes selecionadas para representar, além da linguagem científica, a linguagem utilizada nos sites e blogs

sobre a doença dirigidos a leigos, uma vez que o nosso objetivo final era que os alunos fossem capazes de transformar um texto escrito por e para um público especializado em um texto simplificado e compreensível por um público leigo.

Para construir nosso *corpus*, nos baseamos nos critérios apresentados por Berber Sardinha (2000). Desse modo, nosso *corpus* acabou sendo composto de textos autênticos, em linguagem natural; os textos foram escritos por falantes nativos; o conteúdo do *corpus* foi escolhido criteriosamente; e considera-se que o *corpus* seja razoavelmente representativo da linguagem com a qual trabalhamos. A meta era que nosso *corpus* fosse uma fonte confiável de consulta, e, para garantir isso, os textos selecionados têm fontes gabaritadas e a autoria/responsabilidade de instituições/associações de saúde ou de profissionais devidamente identificados.

Após a coletânea dos textos, utilizamos a ferramenta *Sketch Engine* para compilar o *corpus*. Esta é uma ferramenta bastante versátil, com vários recursos e com a possibilidade de se utilizar um *corpus* de referência pronto e disponível na própria ferramenta. Segundo Tagnin (2002), um *corpus* de referência serve de termo de comparação para o *corpus* de estudo. Idealmente, este *corpus* deve ter de três a cinco vezes o tamanho do *corpus* de estudo. A compilação do nosso *corpus* de estudo no *Sketch Engine* teve como principal objetivo facilitar a pesquisa por termos especializados, por parte dos professores e pesquisadores envolvidos na pesquisa, que utilizam esta ferramenta, além de ser um meio de armazenar o *corpus* para futuros incrementos à medida que novos textos surjam. A seguir, apresentamos pesquisa realizada em nosso *corpus* reunido em português e posteriormente, uma pesquisa realizada em um *corpus* de referência de francês.

Figura 1 – Tela de pesquisa realizada no Sketch Engine – Doença de Parkinson.

The screenshot shows the Sketch Engine search results for the query 'Doença de Parkinson'. The page title is 'Pesquisa no Sketch Engine – ‘Mal’'. The search results are displayed in a table with columns for file names, KWIC (Key Word In Context) snippets, and file sizes. The KWIC snippets show various contexts related to Parkinson's disease, such as 'no controle dos sintomas associados à doença de Parkinson', 'de vários de nossos pacientes com doença de Parkinson', and 'recebendo o tratamento tradicional para a doença de Parkinson'. The page includes navigation links like 'Page 1 of 12', 'Go', 'Next', and 'Last'. The interface also shows a sidebar with navigation options like 'Home', 'Search', 'Word list', 'Thesaurus', etc.

Fonte: As autoras em <https://www.sketchengine.co.uk/>

Figura 2 – Tela de pesquisa realizada no Sketch Engine – Concordância de Parkinson em francês.

The screenshot shows the Sketch Engine concordance results for the query 'Parkinson' in French. The page title is 'CONCORDANCE French Web 2012 (frTenTen12)'. The search results are displayed in a table with columns for file names, KWIC (Key Word In Context) snippets, and file sizes. The KWIC snippets show various contexts related to Parkinson's disease, such as 'des permethrin sont: asthme et maladies respiratoires, maladie de parkinson', 'administré dans le nez et comme un spray nasal', and 'passer la tondeuse qui me donne l'impression d'avoir le parkinson'. The page includes navigation links like 'CQL [wv2, 177425284913] 26 less than 0.01', 'SUBSCRIBE', and 'KWIC'. The interface also shows a sidebar with navigation options like 'Details', 'Left context', 'KWIC', and 'Right context'.

Fonte: As autoras em <https://www.sketchengine.co.uk/>

Além do *corpus* de estudo e das ferramentas de pesquisa em *corpora*, compilamos um material com os índices Flesch adaptados para cada idioma. Como já mencionado anteriormente, neste artigo, as diferentes línguas possuem diferentes

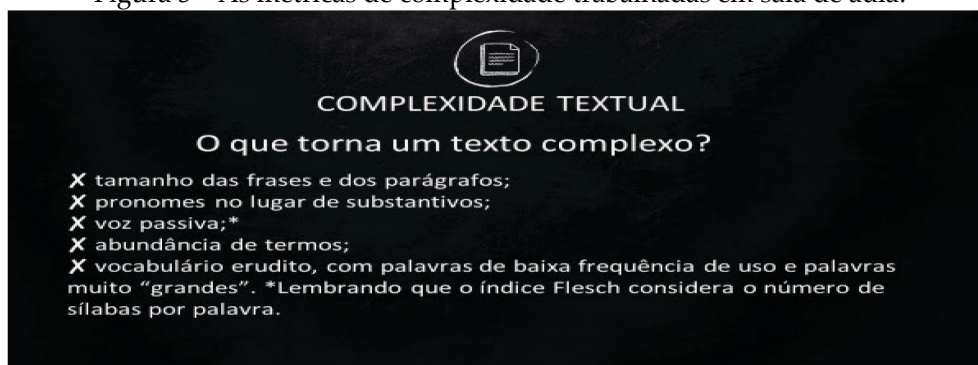
peculiaridades. Sendo assim, o índice Flesch deve ser adaptado para cada idioma. A seguir apresentamos onde essas fórmulas podem ser encontradas.

ITALIANO: <http://xoomer.virgilio.it/roberto-ricci/variabilialeatorie/esperimenti/leggibilita.htm>
 ALEMÃO: <https://fleschindex.de/berechnen.php>
 ESPANHOL: https://www.online-utility.org/english/readability_test_and_improve.jsp
 FRANCÊS: https://www.recherchecliniquepariscentre.fr/?page_id=3169
 PORTUGUÊS: <http://143.107.183.175:22680/>
 INGLÊS: <http://tool.cohmetrix.com/>
 JAPONÊS: <https://hwb.ecc.u-tokyo.ac.jp/current/applications/spreadsheet/machine-readability/>

5.2 Segunda fase: a apresentação da temática nos cenários bilíngue e multilíngue

Após a compilação destes materiais, partimos para a seleção das métricas de complexidade e das medidas (potencialmente) simplificadoras que seriam apresentadas em sala de aula aos alunos. Vale lembrar que, com base no pressuposto de que cada língua tem suas peculiaridades; portanto, uma métrica de complexidade, assim como uma medida simplificadora, pode servir para uma língua e não para outra, procuramos selecionar aquelas métricas e medidas que, em certa medida, poderiam ser adaptadas aos diferentes idiomas de trabalho. Neste contexto, as métricas de complexidade selecionadas foram as seguintes:

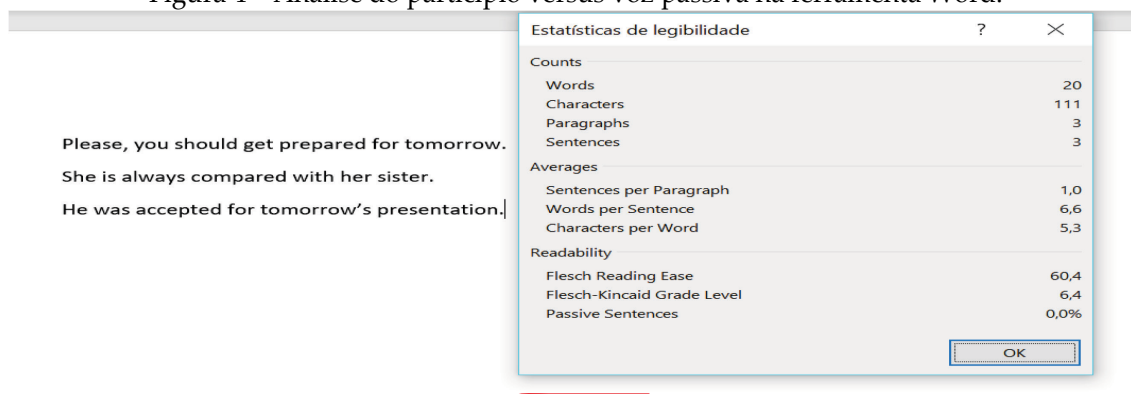
Figura 3 – As métricas de complexidade trabalhadas em sala de aula.



Fonte: as autoras.

Vale ainda salientar que a métrica referente à voz passiva gerou questionamentos por parte de alguns alunos e professores e, portanto, é um item que mereceria um estudo mais aprofundados nos diferentes idiomas. Sabemos que tanto em inglês quanto em português a voz passiva é considerada um potencial complicador textual e é inclusive uma das métricas consideradas na ferramenta de análise de complexidade textual do Word (como podemos ver na figura abaixo), tanto para o inglês quanto para o português. Fomos ainda questionados se essas ferramentas como o Word e o Cohmetrix não confundiriam o particípio com a voz passiva, o que não ocorre. Nos exemplos testados no Word, abaixo, a ferramenta de análise não lê o particípio em inglês como voz passiva.

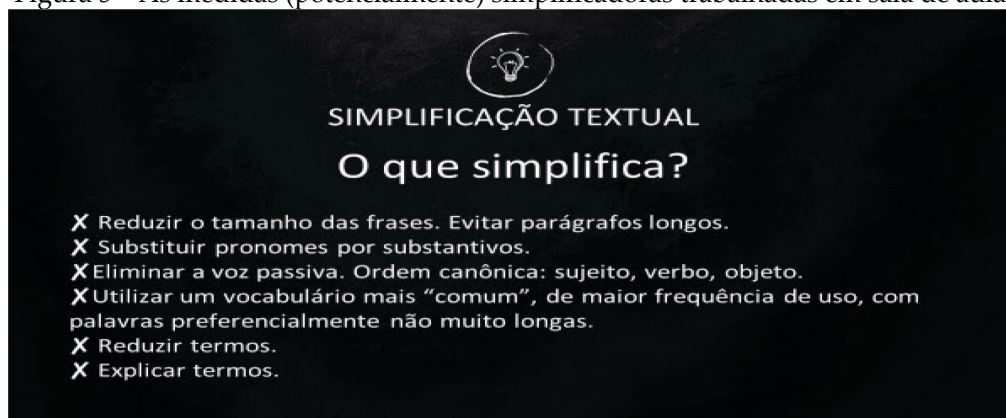
Figura 4 – Análise do particípio versus voz passiva na ferramenta Word.



Fonte: as autoras.

Após a definição das métricas de complexidade que seriam trabalhadas, partimos para as medidas simplificadoras, que, como exposto anteriormente neste artigo, seriam uma espécie de “antídoto” a essas métricas. As medidas simplificadoras foram apresentadas em PowerPoint, como mostra a figura a seguir:

Figura 5 – As medidas (potencialmente) simplificadoras trabalhadas em sala de aula.



Fonte: as autoras.

Assim, após as explanação, na sala de aula presencial, das noções básicas do trinômio CTT, STT e ATT, além de um breve histórico sobre o *Plain Language* e a noção de simplificação como tradução intralinguística, partimos para exercícios práticos que pudessem mensurar o grau de entendimento dos alunos sobre a temática e que nos fornecessem subsídios para a etapa do projeto de pesquisa em que desenharíamos atividades EaD relacionadas ao tema.

5.3 Terceira fase: tarefas em sala de aula e testagem

Após a explanação teórica sobre o trinômio da CTT, STT e ATT, os alunos praticaram os conhecimentos adquiridos com um exercício de simplificação supervisionado e realizado no laboratório da UFRGS. Os resultados da simplificação foram debatidos em grupo, em sala de aula, e os alunos deram suas contribuições, fazendo um breve relato sobre como chegaram aos seus resultados. Foi-lhes solicitado que enviassem a atividade por e-mail para que pudesse ser avaliada e para que recebessem *feedback*.

Vale mencionar que para esta atividade, os alunos ficaram livres para escolher se fariam primeiramente a tradução interlinguística e depois a tradução intralinguística ou vice-versa, pois nosso objetivo era testar qual método funcionaria melhor. Aproximadamente 40% dos alunos optaram por iniciar a tarefa pela

simplificação em inglês, ou seja, pela tradução intralinguística. Observou-se com isso uma diferença no desempenho daqueles que iniciaram pela tradução intralinguística (simplificação) com relação aos alunos que iniciaram pela tradução interlinguística (inglês-português), sendo que o grupo que iniciou a tarefa pela tradução interlinguística apresentou desempenho melhor no resultado final: a tradução simplificada. Esses dados podem ser observados nos quadros comparativos abaixo, que trazem os critérios estabelecidos para avaliação e os respectivos desempenhos dos alunos em percentuais. Além disso, por meio dessa atividade e da tabulação de seus resultados, pudemos verificar quais pontos precisariam ser mais bem trabalhados em sala de aula, como a redução da voz passiva e a substituição dos pronomes por substantivos, cujos índices de aplicação foram baixos (critérios 4 e 5).

A seguir, apresentamos os dois quadros comparativos de desempenho, o primeiro com os alunos que iniciaram a tradução simplificada pela tradução intralinguística (simplificação) e o segundo quadro com os dados dos alunos que iniciaram pela tradução interlinguística (inglês-português). É importante mencionar que nem todos os alunos enviaram o resultado final desta atividade por e-mail; portanto, nossa amostra é com base em 16 alunos, **somente das turmas de Tradução nível III**, sendo que 6 alunos optaram pela tradução intra para iniciar a tarefa e 10 pela tradução inter.

Como podemos ver pelos dados coletados, os alunos que iniciaram a tarefa pela tradução interlinguística (quadro 2), apresentaram resultados melhores que os demais. Estes dados, apesar de não serem conclusivos, nos deram subsídios para inferir que o melhor método de tradução simplificada seria iniciar a tradução pela tradução interlinguística (L1→L2) e somente então passar à tradução intralinguística (simplificação).

Após análise, acreditamos que o fato de todos os alunos participantes do projeto de pesquisa serem falantes nativos do português contribuiu para esses resultados, uma

vez que é natural que tenhamos mais conhecimentos linguísticos e extralinguísticos em nossa língua nativa,, o que deu a eles mais recursos para realizarem uma tarefa nova, a simplificação, melhor em sua língua de maior domínio.

Quadro 4 – Critérios utilizados na avaliação do primeiro exercício de simplificação e percentual dos alunos que atingiram os critérios.

Atividade de Simplificação (iniciou pela tradução intralinguística – simplificação) – com base em 6 alunos	
Conseguiu manter as principais informações do texto – coesão e coerência.	83,33%
Reduziu o número de palavras por frase.	100%
Realizou substituições ou explicações adequadas do vocabulário e terminologias.	66,66%
Reduziu/eliminou a voz passiva.	33,33%
Substituiu pronomes por substantivos.	33,33%
Aumentou o índice Flesch para o nível indicado. (equivalente a um texto fácil de ler).	66,66%

Fonte: as autoras.

Quadro 5 – Critérios utilizados na avaliação do primeiro exercício de simplificação e percentual dos alunos que atingiram os critérios.

Atividade de Simplificação (iniciou pela tradução interlinguística – ing.-port.) – com base em 10 alunos	
Conseguiu manter as principais informações do texto – coesão e coerência.	90,00%
Reduziu o número de palavras por frase.	100%
Realizou substituições ou explicações adequadas do vocabulário e terminologias.	70,00%
Reduziu/eliminou a voz passiva.	70,00%
Substituiu pronomes por substantivos.	60,00%
Aumentou o índice Flesch para o nível indicado (equivalente a um texto fácil de ler).	70,00%

Fonte: as autoras.

A boa aceitação por parte dos alunos quanto à temática da Complexidade, Simplificação e Acessibilidade Textual e os exercícios de simplificação, nos permitiu avançar além das expectativas iniciais, e a Profa. Dra. Rozane Rebechi, responsável pelas turmas de Tradução I e III, sugeriu que o trabalho final da disciplina fosse uma tradução simplificada comentada. Com base no que foi verificado na atividade em sala de aula, para o trabalho final, orientamos os alunos que iniciassem a atividade pela tradução interlinguística, pois desejamos observar se haveria um aumento no desempenho deles, corroborando nossa suposição de que este seria o melhor método para se chegar à tradução simplificada.

TRADUÇÃO SIMPLIFICADA = TRADUÇÃO INTERLINGUÍSTICA
(L1→L2) + TRADUÇÃO INTRALINGUÍSTICA (SIMPLIFICAÇÃO)

5.3.1 O trabalho final

Para o trabalho final, selecionamos dois textos de sites americanos sobre DP. Os textos possuíam graus de complexidade diferentes, pois trabalhamos com turmas de diferentes níveis e aprendizado em tradução, nível iniciante (TRAD I) e nível intermediário (TRAD III). Para a turma TRAD I, selecionamos um texto mais curto e com vocabulário mais simples. Já o texto selecionado para a turma TRAD III, além de mais longo e com vocabulário mais erudito, apresentava dados históricos sobre a doença. A partir desses textos, os alunos precisaram apresentar uma tradução simplificada e recomendou-se que iniciassem o processo pela tradução interlinguística e depois passassem à tradução intralinguística.

Foram criadas diretrizes tanto para a simplificação quanto para a tradução comentada, bem como fornecemos um perfil de leitor que nortearia as escolhas dos alunos quanto à simplificação. Eles deveriam atingir um nível de simplificação, mensurado pelo índice Flesch e/ou Flesch Kincaid que ficasse dentro do grau de escolaridade do leitor. O perfil do leitor era de uma pessoa com apenas o Ensino

Fundamental completo e o texto, portanto, deveria ter um grau de inteligibilidade entre 60-70 (índice Flesch-Kincaid), o que equivale a uma linguagem simples.

Os critérios utilizados para avaliar a atividade, com os respectivos percentuais de alunos que conseguiram atingir esses critérios, encontram-se a seguir:

Critério 1. O tradutor incluiu o índice Flesch nos comentários e o mediu de maneira confiável, com ferramentas como o Word ou o Coh-Metrix-Port, como solicitado em sala de aula e nas diretrizes do trabalho final.

Critério 2. O tradutor conseguiu simplificar o texto, passando de um nível de complexidade de 'muito difícil de ler' para 'padrão', ou próximo a isso, como recomendado nas diretrizes do trabalho.

Critério 3. O tradutor empregou estratégias de simplificação, como redução do número de palavras por frase, redução do tamanho dos parágrafos, redução da voz passiva, eliminação ou substituição de advérbios complexos (terminados em -ente) e substituição de pronomes por substantivos (repetição).

Critério 4. O tradutor conseguiu simplificar o léxico geral do texto e os termos médicos, deixando o texto com uma linguagem mais acessível, de acordo com o perfil de leitor estipulado, sem que o texto perdesse a fluidez e coerência.

Critério 5. O tradutor justificou satisfatoriamente suas escolhas nos comentários do trabalho.

Quadro 6 – Critérios de avaliação trabalho final TRAD III e percentual de alunos que atingiram o objetivo.

Trabalho Final TRAD III	
Critério 1	89%
Critério 2	89%
Critério 3	81,48%
Critério 4	74%
Critério 5	70,37%

Fonte: as autoras.

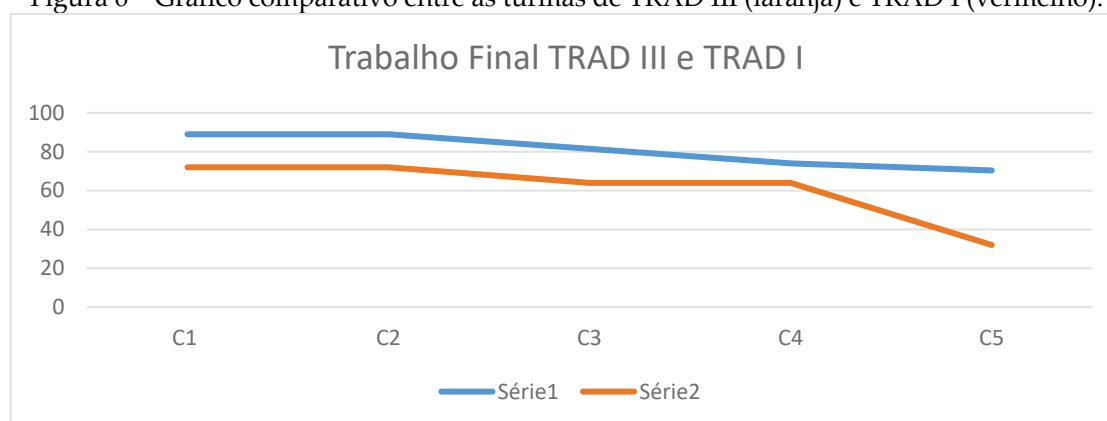
Quadro 7 – Critérios de avaliação trabalho final TRAD I e percentual de alunos que atingiram o objetivo.

Trabalho Final TRAD I	
Critério 1	72%
Critério 2	72%
Critério 3	64%
Critério 4	64%
Critério 5	32%

Fonte: as autoras.

Como os dados nos mostram, a turma TRAD III apresentou um desempenho melhor que a turma TRAD I, mesmo trabalhando com um texto mais complexo que a turma iniciante no curso de Tradução. Esse fato sugere um dado importante para a pesquisa, pois indica que os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso influenciam nos resultados da atividade de simplificação. Portanto, a partir desses dados, trazemos uma nova recomendação para o método da tradução simplificada e os processos que a envolvem: que essa temática seja trabalhada a partir da metade do curso em diante, quando as noções sobre os Estudos de Tradução e Terminologia já estão mais consolidados. O gráfico abaixo traz um comparativo entre as turmas.

Figura 6 – Gráfico comparativo entre as turmas de TRAD III (laranja) e TRAD I (vermelho).



Fonte: as autoras.

5.3.2 O questionário pós-tarefas

Após o final das atividades, elaboramos um questionário *on-line* para saber a opinião dos alunos sobre o projeto e mensurar seu interesse por atividades sobre a temática do trinômio CTT, STT e ATT em EaD. O questionário consistia de 5 perguntas e foi criado na plataforma surveymonkey (www.surveymonkey.com) para que os alunos pudessem responder remotamente. Foram 27 respondentes no total. Considerando que o questionário não era obrigatório, obtivemos uma boa amostragem, com uma adesão de 50% dos alunos.

As perguntas foram as seguintes:

Q1. Você acredita que o tema da Complexidade, Simplificação e Acessibilidade Textual é relevante para a sua formação como tradutor?

Opções de respostas	Respostas	Respondentes
Sim. Por quê?	100%	27
Não. Por quê?	0,00%	0

Q2. Sobre a apresentação do tema da Complexidade Textual, Simplificação e Acessibilidade Textual em sala de aula, você conseguiu entender os conceitos apresentados?

Opções de respostas	Respostas	Respondentes
Sim.	66,66%	18
Mais ou menos, pois fiquei com dúvidas.	33,33%	9
Não.	0,00%	0

Q3. Sobre os exercícios propostos e realizados em sala de aula, qual o grau de dificuldade para realizá-los?

Opções de respostas	Respostas	Respondentes
Muito alto.	0,00%	0
Alto.	25,93%	7
Médio.	74,07%	20
Baixo.	0,00%	0
Muito baixo.	0,00%	0

Q4. A parte prática (exercícios) o ajudou a compreender melhor o tema da Acessibilidade Textual aplicada à tradução?

Opções de respostas	Respostas	Respondentes
Sim, ao fazer os exercícios consegui aplicar os conhecimentos apresentados em aula	62,96%	17
Mais ou menos, os exercícios ajudaram um pouco.	37,04%	10
Não, os exercícios não me ajudaram a compreender melhor o tema.	0,00%	0
Não, não consegui realizar os exercícios por serem muito complexos.	0,00%	0

Q5. Você gostaria de ter acesso a um portal com atividades sobre Acessibilidade Textual onde pudesse praticar mais sobre o tema aplicado à tradução?

Opções de respostas	Respostas	Respondentes
Sim.	88,8%	24
Não. Por quê?	11,2%	3

Com essas perguntas procuramos mensurar a adequação das atividades propostas, bem como o interesse dos alunos por atividades sobre a temática apresentada em uma plataforma digital para Ensino a Distância. Os alunos podiam ainda fazer comentários, que nos deram mais subsídios para a criação de novas atividades com recursos digitais. Os dados demonstram que a aceitação da temática por parte dos alunos, bem como seu interesse por atividades em modo *on-line* é inquestionável.

6. Resultados finais

A partir das testagens empíricas, em sala de aula, pudemos chegar a algumas conclusões que subsidiariam as atividades EaD sobre a temática, bem como a posterior construção de uma proposta de disciplina sobre o tema. Os principais achados são os que seguem:

- a simplificação textual pode ser considerada uma forma de tradução intralinguística;
- o tipo de tradução proposto para os alunos, a tradução simplificada, envolve vários processos de tradução intra e interlinguística;
- os alunos mais avançados no curso, das turmas de Tradução III, apresentaram maiores capacidades linguísticas e extralinguísticas para lidar com os diferentes processos envolvidos na tradução simplificada;
- recomenda-se que essa temática seja trabalhada a partir da metade do curso em diante, quando as noções sobre os Estudos de Tradução e Terminologia já estão mais consolidados;
- o processo de tradução simplificada deve seguir um método, que inicia pela tradução interlinguística e, posteriormente passa à tradução intralinguística. Isso se deve ao fato de que os falantes nativos de uma dada língua costumam ter mais recursos linguísticos e extralinguísticos em sua língua-mãe.

Assim, por meio dos resultados obtidos, consideramos que o projeto de pesquisa foi bastante proveitoso para alicerçar nossas decisões quanto a métodos e melhores práticas nas atividades EaD elaboradas sobre a temática apresentada. Melhorias e ajustes precisaram ser feitos durante o processo, mas, de maneira geral, os alunos, durante as atividades práticas propostas em sala de aula, apresentaram um bom desempenho, corroborando o êxito da divulgação do tema.

Além disso, outros resultados puderam ser observados, não menos importantes. Por meio do questionário pós-tarefa, chegamos ao entendimento de que a temática do trinômio CTT, STT, ATT aplicada à Tradução e Terminologia, além de ter tido boa aceitação por parte dos alunos, vem para agregar conhecimento aos aprendizes de Tradução, quem sabe, até mesmo, abrindo um novo nicho de mercado, onde possam atuar como tradutores e redatores de textos simplificados para diferentes veículos de

informação. Ademais, a boa aceitação do tema por parte desses alunos foi importante para a divulgação da temática de forma mais abrangente e para desconstruir mitos e barreiras que ainda possam envolver o tema. O interesse dos aprendizes demonstrou que a resistência que o meio acadêmico ainda possa ter com relação ao uso de uma linguagem simplificada como forma de disseminação de conhecimento – como se o conhecimento, desse modo, pudesse ser não só popularizado, mas vulgarizado – parece ter sido desconstruída entre os estudantes, que entenderam a pesquisa como necessária e relevante para um país onde os índices de analfabetismo funcional são alarmantes.

Este trabalho foi importante também para desmistificar um dos principais equívocos com relação a esta linha de trabalho: a de que nossa intenção é aplicar fórmulas simples ao texto e que “magicamente” ele seria simplificado de acordo com os padrões esperados. As fórmulas e ferramentas computacionais existem, mas como aliadas do profissional do texto e não para substituí-lo. Pensar no texto como uma fórmula matemática é uma interpretação deveras simplista. A análise humana, o olhar de um profissional do texto, do linguista, nunca será suplantada. As nuances, variantes e subjetividades de um trabalho de simplificação textual só podem ser compreendidas por um profissional capacitado. A simplificação textual é, portanto, um trabalho minucioso, porque não dizer “braçal”, e que deve ser realizado por um profissional preparado para tanto. Nesse sentido, devemos enxergar a simplificação textual, ou a tradução intralinguística, como uma nova oportunidade de trabalho para aqueles que desejem ampliar seus horizontes de atuação profissional.

Os projetos de pesquisa em EaD aqui relatados ainda nos possibilitaram coletar dados importantes para o desenho do que viria a se transformar em uma dissertação de mestrado sobre Tradução Especializada Acessível (TEA). A partir do entendimento de qual seria o melhor processo de tradução simplificada e quais os conhecimentos e noções perfazem essa nova proposta de tradução, pudemos construir a TEA e propor

uma nova disciplina para os cursos de Tradução, no trabalho de dissertação (PARAGUASSU, 2018).

Os desafios ainda são grandes. Por ser uma temática relativamente nova no país e ainda muito pouco desbravada, construir uma pesquisa sobre o tema não é tarefa fácil, pois faltam-nos estudos prévios para nos subsidiar. Contudo, muito já avançamos em nosso grupo, e a pesquisa em EaD sobre como tratar o tema, em sala de aula, é mais uma parte de um esforço coletivo. Seguimos estudando o tema junto ao PPG-LETRAS-UFRGS e, mais recentemente, pudemos contar também com apoio da SEAD-UFRGS, foco de apoio do Edital 26/2019, para desenvolver um curso *on-line*, o que também enriquece o nosso cenário de EaD.

Referências Bibliográficas

ALBIR, A. H. **Traducción y Traductología**: Introducción a la Traductología. Editora Cátedra, nona edición, 2017

Federal Plain Language Guidelines, Plain Language Action and Information Network. Printed in the United States of America, 2018

FINATTO, M. J. B.; MOTA, E.; Terminologia e Acessibilidade: novas demandas e frentes de pesquisa. **GTLex**, Uberlândia, vol. 2, n. 2, p. 315-356, jan./jun. 2017.

FINATTO, M. J. B.; EVERS, A.; STEFANI, M. Letramento científico e simplificação textual: o papel do tradutor no acesso ao conhecimento científico. **Letras**, Santa Maria, v. 26, n. 52, p. 135-158, jan./jun, 2016. DOI <https://doi.org/10.5902/2176148525328>

FINATTO, M. J. Complexidade textual em artigos científicos: contribuições para o estudo do texto científico em português. **Organon**, Porto Alegre, v. 25, n. 50, 2011. DOI <https://doi.org/10.22456/2238-8915.28340>

FINATTO, M. J. B. Termos, textos e textos com termos: novos enfoques dos estudos terminológicos de perspectiva linguística. *In*: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004. v.2, p. 341-358.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Habilidades de Leitura, Escrita e Matemática são limitadas em muitos setores da economia brasileira, podendo restringir produtividade e capacidade de inovação.** 2016. Disponível em: http://download.uol.com.br/educacao/2016_INAF_%20Mundo_do_Trabalho.pdf. Acesso em: 03 set. 2019.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf).** c2017. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/inaf>. Acesso em: 15 set. 2018.

INEP. **Letramento científico.** 2010. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/internacional/pisa/2010/letramento_cientifico.pdf. Acesso em: 25 ago. 2019.

JAKOBSON, R. **Language in Literature.** Printed in the United States of America. The Jakobson Trust, 1986

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à Terminologia:** teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.

NORD, C. **Translating as a Purposeful Activity.** Routledge 2nd edition, 2018

PARAGUASSU, L. B. **Tradução Especializada Acessível (TEA):** revisão do tema e proposta de disciplina para cursos de graduação em Tradução. 2018. 272 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SAGGION, H. **Automatic Text Simplification.** Morgan & Claypool Publishers, 1st edition, 2017. DOI <https://doi.org/10.2200/S00700ED1V01Y201602HLT032>

SARDINHA, T. B. Linguística de corpus: histórico e problemática. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 323-367, 2000. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-44502000000200005>

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação.** Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, 2008 N^o 25.

TAGNIN, S. E. O. Os corpora: instrumentos de autoajuda para o tradutor. **Cadernos de Tradução**, n. 9, p. 191-219, 1o semestre 2002.

Artigo recebido em: 22.08.2019

Artigo aprovado em: 03.10.2019

Onomástica literária: os nomes dos personagens do romance *Lucíola* de José de Alencar

Literary Onomastics: the characters' names of the novel *Lucíola* by José de Alencar

Júlia Sonaglio PEDRASSANI*

Kleber ECKERT**

Maiquel RÖHRIG***

RESUMO: O presente trabalho apresenta uma análise dos nomes dos principais personagens do romance urbano *Lucíola*, de José de Alencar, publicado em 1862, pertencente à segunda geração do Romantismo brasileiro. A pesquisa foi amparada pela Onomástica, mais especificamente, pela Antroponímia – área da Onomástica que estuda os nomes próprios de pessoa. O objetivo é verificar se os nomes dos personagens foram escolhidos aleatoriamente ou se foram escolhidos com base no seu significado etimológico. Para tanto, discutem-se alguns conceitos teóricos da área da Onomástica, bem como de suas ramificações, de modo que foram destacadas questões como o surgimento dos nomes próprios, transformações que eles sofrem ao longo do tempo e relações existentes entre a origem do nome e do significado que ele exprime. Além disso, apresenta-se uma breve contextualização acerca do Romantismo brasileiro e do

ABSTRACT: The present study shows an analysis of the main characters' names in the urban novel *Lucíola*, by José de Alencar, published in 1862, pertaining to the second generation of Brazilian Romanticism. The research was supported by Onomastics, more specifically by Anthroponomastics, an area of Onomastics which studies personal names. The purpose of this paper is to verify if the characters' names were chosen randomly or if they were chosen according to their etymological meaning. For this purpose, some theoretical concepts in the area of Onomastics are discussed, as well as its branches, in order to discuss matters such as the emergence of proper names, the transformations they have been suffering over time and existing relations between the name origin and its meaning. Furthermore, a brief contextualization about Brazilian Romanticism and the novel plot is presented. The analysis of the names has

* Estudante do Curso de Letras do IFRS - Campus Bento Gonçalves. Bolsista de Iniciação Científica. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5435-3835>. juliaspedrassani@gmail.com

** Doutor em Letras pela UCS. Professor do IFRS Campus Bento Gonçalves. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6436-1193>. klebereckert@hotmail.com

*** Doutor em Letras pela UFRGS. Professor do IFRS Campus Bento Gonçalves. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3647-8212>. leuqiam@gmail.com

enredo da obra. A análise dos nomes teve como base a comparação entre as características físicas e comportamentais dos personagens, evidenciadas por trechos retirados do romance, e definições etimológicas e simbólicas encontradas em dicionários de nomes. Após a realização da pesquisa, foi possível notar que há uma relação entre os nomes dos personagens e suas características, o que revela que José de Alencar não escolheu os nomes de maneira fortuita, mas de acordo com a sua etimologia e/ou a sua significação.

PALAVRAS-CHAVE: Antroponímia Literária. Lucíola. Nomes. Romantismo.

as its basis the comparison between the characters' physical and behavior characteristics, revealed by excerpts found in the novel, and etymological and symbolical definitions found in names dictionaries. With this research, it was possible to note that there is a relation between the characters' names and their characteristics, which shows that José de Alencar did not choose the names randomly, but according to their etymology and/or their meaning.

KEYWORDS: Literary Anthroponomastics. Lucíola. Names. Romanticism.

1 Introdução

Este texto faz parte do resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido durante o ano de 2019 no IFRS *Campus* Bento Gonçalves, que teve como tema o estudo dos nomes próprios de pessoa dos romances urbanos de José de Alencar. O recorte escolhido para ser abordado é o romance *Lucíola*, publicado em 1862, que será analisado com base em estudos da Onomástica e, mais precisamente, da Antroponímia Literária.

Tem-se como objetivo analisar os nomes dos personagens da narrativa, levando em conta sua origem etimológica e seu significado, de modo que, ao confrontar tais análises com as características físicas e comportamentais, seja possível evidenciar se as escolhas dos nomes foram feitas aleatoriamente ou se foram motivadas por estudos antroponomásticos. Neste último caso, o significado e a etimologia dos nomes devem ser compatíveis com as características dos personagens. A pesquisa justifica-se pela ausência, até onde foi possível saber, de tais estudos relacionados ao livro em questão, e pela possibilidade de contribuir para o ensino de literatura do período Romântico,

pois, ao ler-se José de Alencar, os leitores terão outra visão dos personagens criados pelo autor, de maneira que consigam realizar uma associação entre os nomes e as características desses personagens.

A metodologia da pesquisa contou com uma revisão bibliográfica acerca da área da Onomástica, que estuda os nomes próprios, e, em seguida, da Antroponímia, que estuda apenas os nomes próprios de pessoa. Dentro deste último campo, encontra-se a Antroponímia Literária, que se dedica ao estudo de nomes de personagens literários. Os conceitos apresentados foram baseados nas contribuições de Vasconcelos (1931), Dauzat (1950), Mexias-Simon e Oliveira (2004), Seabra (2008), Mioranza (2009), Carvalhinhos (2011), Saussure (2012), Sartori (2016), Seide (2016) e Eckert e Röhrig (2018). Além disso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica acerca do período literário em que *Lucíola* está inserido, o Romantismo. Para isso, contou-se com a conceituação de Alencar (1969), Coutinho (1969), Candido (2007) e Bosi (2017).

Em seguida, foi realizada a leitura atenta do livro *Lucíola*, momento em que foram destacados trechos relevantes para a análise, em que constavam informações sobre as características dos personagens. Os trechos eram constituídos por falas, pensamentos do narrador, atitudes perante outros integrantes da narrativa e descrições físicas e morais feitas entre os próprios personagens. Então, consultaram-se dicionários de nomes e sobrenomes, como *Todos os nomes do mundo*, de Oliver (2005); *Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes*, de Guérios (1973); *Presságios o livro dos nomes: Um guia para escolher o melhor nome para empresas, pessoas e marcas*, de Martins (2002); *O étimo dos nomes próprios*, de Andrade (1994); e *O livro dos nomes*, de Obata (1986), para se fazer a comparação entre características encontradas na leitura da obra *Lucíola* e as informações etimológicas e simbólicas desses nomes, verificadas nos dicionários.

A Onomástica é o campo que se dedica ao estudo dos nomes próprios, e divide-se, principalmente, em duas grandes áreas: a Toponímia e a Antroponímia. A primeira

tem como foco os nomes de lugares, como de rios, mares, cidades, ruas, estados etc.; e a segunda preocupa-se apenas com os nomes de pessoas (nomes, sobrenomes, apelidos) e tem como um dos seus campos de estudo a Antroponímia Ficcional, que se dedica aos nomes de personagens de filmes, livros ou novelas, por exemplo. Dentro dessa área menor, encontra-se a Antroponímia Literária, exclusiva dos nomes de personagens de textos literários. A análise de *Lucíola*, nesta pesquisa, enquadra-se neste último campo, por ser um livro ficcional, de grande importância para a literatura brasileira. Quanto ao período literário em que se encontra, destaca-se sua característica nacionalista. *Lucíola*, publicado em 1862, como parte da obra de José de Alencar, é conhecida como uma das principais obras do romance urbano deste autor, pois descreve características da vida citadina do século XIX no Brasil.

Em relação à organização, este artigo está dividido em cinco partes. Na segunda, explicam-se os conceitos relacionados à Onomástica e as suas ramificações. Na terceira parte, encontra-se uma breve contextualização acerca do Romantismo no Brasil, em que se tem como foco o romance urbano de José de Alencar. Essa parte é seguida pelo enredo de *Lucíola*, de modo que o entendimento da análise dos nomes se tornasse mais claro. Por fim, a quinta parte da pesquisa é constituída pela análise Antroponomástica dos nomes dos personagens, ou seja, uma comparação entre o significado etimológico e simbólico de seus nomes, encontrado nos dicionários, e as características físicas e comportamentais verificadas na obra.

2 Onomástica

A Onomástica, de acordo com Vasconcelos (1931), é responsável pelos estudos dos nomes próprios, ou seja, dos signos onomásticos. A Onomástica pode ter seus estudos relacionados a outras ciências, como a Linguística Histórica, por estudar o surgimento e a fixação dos nomes e sobrenomes; e a Etimologia, pois seus estudos

também têm como foco o passado, e, além de procurar a origem das palavras, analisa o contexto histórico e social em que os nomes surgiram (MIORANZA, 2009).

Contudo, mesmo que os signos onomásticos também façam parte do léxico de uma língua, eles possuem traços diferentes dos signos linguísticos, evidenciados por Saussure no *Curso de Linguística Geral*. De acordo com o linguista suíço (2012), os signos linguísticos constituem-se através da união arbitrária de um significado (conceito) e de um significante (imagem acústica). Já os signos onomásticos, de acordo com Sartori (2019), não são arbitrários, mas motivados, pois são constituídos apenas por um significante que aponta diretamente a um indivíduo, de modo a indicá-lo dentro da sua coletividade. Para a autora, a Onomástica se afasta do sistema lexical de uma língua por seu caráter individualizador e identificador, “assim, cada nome próprio assume um papel fundamental na identificação e organização de um sistema administrativo na sociedade” (SARTORI, 2016, p. 128).

A função organizadora e identificadora do nome próprio dentro de um meio social é tão significativa que, para Mioranza, “não resta dúvida que nome e sobrenome representam uma identidade de todo particular e específica de cada um. Tanto é verdade que qualquer ofensa direta ao nome de uma pessoa prova reação imediata de seu portador” (2009, p. 39). Isso acontece porque, ao contrário dos signos linguísticos, o signos onomásticos são formados por um significante que se relaciona diretamente a um indivíduo, identificando-o no interior de um coletivo, “sem a passagem por um significado relativo a um elemento ou <<objeto>>, individual e concreto, isto é, a um <<referente>>” (MARCATO, 2009, p. 19 *apud* SARTORI, 2016, p. 128). Para Seabra, o *nome*, na área da Onomástica, representa um *nomeador* e um *nomeado*, que se unem “a uma representação externa”, com um caráter denominativo (2008, p. 1954).

Dentro dos estudos onomásticos, notam-se, principalmente, dois grandes campos: a Toponímia e a Antroponímia. De acordo com Vasconcelos, a primeira dedica-se aos estudos “dos nomes de sítios, povoações, nações, e bem assim de rios,

montes, vales, etc., - isto é, os nomes geográficos” (1931, p. 03); a segunda dedica-se aos estudos “dos nomes individuais, como o dos sobrenomes e apelidos” (1931, p. 03), portanto, esta é a área na qual este trabalho se fundamenta. Por mais que esses dois grandes campos tenham diferentes objetos de estudo, é possível notar alguns traços semelhantes entre si. Nesse sentido, Carvalhinhos afirma que “o nome próprio tem como função registrar atitudes e posturas sociais de um povo, suas crenças, profissões, região de origem, entre outros aspectos” (2011, p. 2).

De acordo com Dauzat (1950)¹, historicamente, os nomes próprios, tanto de lugares, quanto de pessoas, foram criados a partir de nomes comuns ou adjetivos substantivados; de maneira que os nomes de pessoas têm apelidos metafóricos, que remetem à profissão ou ao lugar em que elas nasceram ou vivem; e os nomes de lugares foram formados a partir dos nomes de pessoas ou das características do próprio lugar. Destarte, o autor postula que existe uma relação de interdependência entre dois campos: cidades são chamadas pelo nome do fundador e as famílias que habitam o lugar são chamadas conforme a localidade.

O campo da Antroponímia estuda “tanto os nomes pessoais ou prenomes, como os nomes familiares ou sobrenomes” (MIORANZA, 2009, p. 27). De acordo com o autor, os sobrenomes italianos, por exemplo, classificados como patronímicos ou derivados de nomes próprios têm sua origem a partir do século VIII, quando “surgiu a primeira fórmula moderna para distinguir um indivíduo de outro, ou seja, citando o nome do pai, como aposto, na expressão latina que foi se consagrando em todos os textos e documentos: *Paulus Filius Philippi*” (MIORANZA, 2009, p. 35), assim o nome mostra que Paulus é filho de Philippi. À vista disso, Mioranza (2009) postula e exemplifica que, na Idade Média, o sistema de criação de sobrenomes estava associado ao lugar de origem do indivíduo, *Paulus de Verona*, ou seja, Paulo que nasceu ou viveu em Verona; à sua posição social, como *Conde*; à sua profissão, como *Ferrarri*, que indica

¹ Tradução realizada pela professora Dr^a Vitalina Maria Frosi, da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

que o indivíduo era um ferreiro; ou à sua característica, como *Grassi*, evidenciando que a pessoa estava acima do peso.

Quanto aos nomes próprios, ou seja, o primeiro nome de um indivíduo, Carvalhinhos (2011) afirma que Guérios cita quatro causas que justificam seu surgimento, sendo elas: a) homenagem a divindades, líderes políticos e personagens históricos relevantes; b) circunstância, data e local de nascimento e características físicas ou morais; c) nomes relativos a profissões; d) nomes curiosos ou excêntricos (2011, p. 04). Além disso, a autora afirma que

Dauzat propõe mais dois elementos nitidamente presentes no ato de nomeação: o fato conservador, que leva à perpetuação de certos nomes de família (isto é, determinado nome passaria a ter 'tradição de família'), e também as influências da moda (CARVALHINHOS, 2011, p. 4).

As causas para o surgimento dos nomes próprios mostram, mais uma vez, o poder de individualização que eles têm. Assim, Dauzat nota que “o nome é ligado inseparavelmente ao ser designado, nele se incorpora” de modo que “o nome exercerá, crê-se, uma influência sobre a criança” (DAUZAT, 1950, p. 4), já que o significado do signo onomástico indica a expectativa dos pais para que a criança tenha as características indicadas pelo seu nome.

Contudo, os signos onomásticos mostram ter sofrido mudanças ao longo do tempo, principalmente no que tange a seu significado. Para Dauzat (1950), os nomes de lugar permanecem fixos, ao contrário dos nomes de pessoa, que mudam mais rápido e até desaparecem, por causa das diversas variações, combinações e até mesmo pela passagem das gerações. Do mesmo modo, Sartori afirma que “o dinamismo da língua faz com que o nome perca, rapidamente, seu significado” (2016, p. 129). Antigamente, os nomes eram escolhidos pelo significado do signo onomástico, de acordo com as crenças e desejos dos pais, de maneira que o significado do nome fosse

uma projeção para a vida da criança, como dito anteriormente. Contudo, Dauzat, ainda em 1950, nota que os nomes tiveram seus sentidos esvaziados em relação à sua forma primitiva.

Diferentemente dos nomes de lugares, os nomes de pessoas sofreram influência dos nomes da moda (DAUZAT, 1950). Atualmente, de acordo com Carvalhinhos (2011), a motivação da escolha dos nomes está associada à sonoridade do signo onomástico ou então é influenciada pela moda, em que os pais escolhem o nome como uma homenagem a um ídolo de futebol, personagem da novela, ou a outras personalidades do momento, o que é “uma maneira de projetar na criança o desejo de sucesso alcançado pelo modelo portador do nome” (CARVALHINHOS, 2011, p. 16).

Existem ainda, dentro dos estudos Antroponímicos, áreas que têm objetos de pesquisa mais específicos, como é o caso da Antroponímia Ficcional e da Antroponímia Literária. De acordo com Seide (2016), a Antroponímia Ficcional é a área que analisa os nomes de “seres literários ou personagens de filmes ou seriados unindo, portanto, pesquisas do âmbito literário com as do âmbito audiovisual, ou seja, os estudos literários com os semióticos” (SEIDE, 2016, p. 1175). A autora também nota a multidisciplinaridade dessa área, por envolver estudos literários e/ou artísticos, que relacionam história, cultura e sociedade.

A Antroponímia Literária, por sua vez, tem como foco, exclusivamente, os nomes de personagens literários. Consoante aos estudos de Eckert e Röhrig (2018), costuma-se considerar a Antroponímia Literária como parte da Antroponímia Ficcional, visto que aquela é mais específica, já que se dedica apenas ao estudo dos nomes de personagens de obras literárias. Desse modo, a presente pesquisa se insere no campo de estudos da Antroponímia Literária, pois tem como objetivo analisar os nomes dos personagens do romance *Lucíola*, de José de Alencar.

Sobre os nomes de personagens, Mexias-Simon e Oliveira (2004) afirmam que eles representam “um recado do autor aos leitores”, pois em alguns casos o nome

“traça o caráter dos personagens, é parte da trama” (MEXIAS-SIMON; OLIVEIRA, 2004, p. 63). De acordo com as autoras, os personagens literários são “arquetípicos, pontas de icebergs, conjuntos de semas, obrigatoriamente portadores de um nome que os aponte” (MEXIAS-SIMON; OLIVEIRA, 2004, p. 64). De acordo com elas, essa relação entre nome e característica de personagens pode ser identificada no próprio signo onomástico, através de maneiras diferentes, que envolvem a fonologia do nome, análise do nome através de elementos já familiarizados na língua, onomatopeias etc. As autoras também evidenciam que a falta ou a omissão do nome são significativas, bem como a mudança de nome de um personagem ao longo da história, caso presente no romance estudado neste trabalho.

3 O Romantismo Brasileiro

O Romantismo brasileiro caracterizou-se por sua função patriótica devido ao momento político pelo qual o país passava. A independência fez com que surgisse a necessidade de criar um imaginário que estabelecesse as características do Brasil e do povo brasileiro. Para Candido (2007, p. 328), “manteve-se durante o Romantismo este senso de dever patriótico, que levava aos escritores não apenas a cantar sua terra, mas a considerar as suas obras como contribuição ao progresso”. Ainda, de acordo com o autor, as influências externas “se prestam à estilização das tendências locais” (CANDIDO, 2007, p. 332). Nesse sentido, Candido (2007, p. 433) também evidencia que o romance brasileiro, desde o início, se dedicou a descrever “os tipos humanos e formas de vida social nas cidades e nos campos”.

Quanto ao conteúdo, Coutinho (1969) destaca onze qualidades que caracterizam o período Romântico. São elas: individualismo e subjetivismo, ilogismo, senso de mistério, escapismo, reformismo, sonho, fé, culto da natureza, retorno ao passado, pitoresco e exagero. Candido (2007), por sua vez, destaca também a verossimilhança das narrativas românticas. De acordo com este autor, elementos

relacionados à sociedade, ao ambiente e à cultura foram levantados pelos românticos para a elaboração de suas obras. Desse modo, as narrativas possuem características realistas, pois fixam literariamente “a paisagem, os costumes e os tipos humanos” (CANDIDO, 2007, p. 434). Para o autor, nas narrativas desse período, há um “ajustamento ideal entre a forma literária e o problema humano que ela exprime” (CANDIDO, 2007, p. 430).

Em relação à forma dessas obras, Candido (2007, p. 429), caracteriza esse gênero como “o mais universal e irregular dos gêneros modernos”. Nesse sentido, Coutinho (1969) destaca que assim como o conteúdo remete à liberdade do indivíduo, a forma romântica também não possui regras e formas fixas. De acordo com Alencar (1969), o romance romântico brasileiro tem como base estrutural três influências: a literatura oral, o teatro e o romance estrangeiro. A primeira influência está relacionada “ao desenvolvimento da intriga, do enredo, e a configuração do tempo dentro da história” (ALENCAR, 1969, p. 276). A segunda diz respeito à presença de um narrador intermediário, que conta o que está acontecendo, como em uma peça de teatro. E a terceira recai sobre o folhetim, pois esse formato faz com que o leitor prenda sua atenção à história e fique com desejo de saber o que vai acontecer em seguida.

Dentre os autores românticos brasileiros, destacam-se Joaquim Manuel de Macedo, autor de *A Moreninha*, e José de Alencar, autor de *Lucíola*. Quanto à obra de José de Alencar, pode-se dividir suas narrativas em três grandes fases: indianista, histórica e urbana. Toma-se como foco seu romance urbano, por ser aquele de que *Lucíola* faz parte. Nessa terceira fase, José de Alencar dedica-se a mostrar como é a vida nacional, evidenciando suas características relacionadas às tradições, aos costumes e à linguagem do brasileiro (ALENCAR, 1969).

Como característica das obras citadinas de José de Alencar, Bosi (2017, p. 135) destaca que ao ler tais narrativas, o leitor consegue “reencontrar a própria e convencional realidade e projetar-se como herói ou heroína em peripécias com que não

se depara a média dos mortais”. O estudioso também nota que os romances urbanos de Alencar envolvem problemas amorosos avaliados “por um padrão aristocrático de juízo moral”, como acontece em *Lucíola*. Contudo, o autor afirma que mesmo que haja problemas, “sempre se salva, no foro do íntimo, a dignidade última dos protagonistas [...]” (BOSI, 2007, p. 147).

Para Heron de Alencar (1969), José de Alencar traz à tona diversos detalhes da vida social em seus romances urbanos, como danças, saraus, protocolos amorosos e outros costumes morais. Nesse sentido, assim como Bosi, Alencar (1969) também nota que o problema das narrativas gira em torno de relacionamentos amorosos, principalmente no que tange “a situação social e familiar da mulher, em face do casamento e do amor” (ALENCAR, 1969, p. 249). O autor afirma, quanto às heroínas de José de Alencar, que elas fogem de casamentos por conveniência, buscando sua intimidade romântica e o amor ideal. Essa atitude pode ser notada como “proclamação dos direitos que tem a mulher ao amor e à liberdade” (ALENCAR, 1969, p. 249). Os problemas morais levantados pelos autores são claramente notados em *Lucíola*, cuja narrativa se desenvolve pelo conflito entre a prostituição da personagem Lúcia e o relacionamento existente entre ela e Paulo.

4 Enredo de *Lucíola*

A narrativa *Lucíola* de José de Alencar foi publicada em 1862 e é dividida em 21 capítulos, além de um trecho inicial intitulado de *Ao Autor*. Nesse trecho, a voz que se manifesta não é a do narrador dos demais capítulos, mas sim de um anônimo identificado apenas por G. M. .G. M. em poucas palavras, explica ao leitor que reuniu as cartas que Paulo havia lhe enviado e feito um livro, que decidiu chamar de *Lucíola*.

Os principais personagens de *Lucíola* são Paulo, jovem advogado que chega à corte do Rio de Janeiro após formar-se em Recife; Lúcia, prostituta mais cobiçada da corte, encontra-se apenas com os homens mais ricos da região; Couto, homem rico e

primeiro amante de Lúcia, que a levou à prostituição quando ela precisava de dinheiro para sustentar sua família doente; Jesuína, cafetina que tira Lúcia das ruas após esta ser abandonada por sua família; e Ana, irmã mais nova de Lúcia, menina doce e inocente.

O romance é narrado em primeira pessoa por Paulo, que conta a sua história de amor com Lúcia. A história, que inicia com o encontro desses personagens, narra aproximadamente os cinco meses em que o casal esteve junto. Os protagonistas se encontram na corte do Rio de Janeiro, quando Lúcia tinha dezenove anos. Paulo se apaixona por sua beleza, mas descobre que ela era a prostituta mais cobiçada da corte. O relacionamento dos personagens sofre influência de três fatores principais: o amor que eles sentem um pelo outro, pois querem estar juntos; a situação financeira dos personagens, pois Paulo não tem dinheiro para sustentar a si mesmo e a Lúcia, que é rica; e a prostituição, que deixa Lúcia infeliz e faz com que Paulo tenha crises de ciúmes. Nesse sentido, os personagens estabelecem um romance conturbado, pois podem estar juntos e felizes e, em seguida, o sentimento de inferioridade e o ciúme de Paulo fazem com que eles se separem.

Contudo, no capítulo dezenove, Lúcia conta a Paulo sua história de vida. Ela havia sido batizada como Maria da Glória e passou a infância com sua família em São Domingos. Dois anos após eles se mudarem para a corte do Rio de Janeiro, seus pais e irmã adoeceram devido a um surto de febre amarela, e ela precisou arranjar dinheiro para o tratamento médico. Couto a encontrou e a prostituiu. No momento em que o pai dela ficou sabendo, a expulsou de casa e ela ficou nas ruas até ser encontrada por Jesuína. Quando a história de Lúcia é revelada a Paulo, a narrativa e o fluxo das ideias de Paulo em relação à protagonista se modificam, de modo que ele a compreenda mais profundamente e a ame com mais ternura. Assim, o romance entre eles transforma-se: perde o caráter sexual e torna-se, gradualmente, idealizado. Lúcia começa a cuidar de sua irmã, Ana, e os três vivem juntos. No final da narrativa, Lúcia percebe que está

grávida, mas sofre um aborto. A personagem fica muito doente e, inicialmente, recusa ajuda médica, pretendendo que seu sofrimento seja uma maneira de penitenciar-se por seus pecados e, assim, purificar sua alma. Quando Paulo a convence a tomar os remédios, eles não produzem efeito. Horas depois, Lúcia morre e deixa Ana aos cuidados de Paulo, que passa a considerá-la sua filha. Paulo, seis anos após a morte de Lúcia, escreve cartas e as envia a G.M., das quais resulta o romance cujos nomes serão analisados a seguir.

5 Análise dos nomes

Lúcia/Maria da Glória: De acordo com Oliver (2005), o nome Lúcio, masculino de Lúcia, deriva do latim *Lucius*. O termo é proveniente de uma raiz latina que originou o termo *lux* (luz) e significa “o luminoso”. Assim, segundo Martins (2002), o nome remete a alguém que traga luz. Além do significado etimológico, Obata (1986) e Andrade (1994) afirmam, quanto à simbologia do nome *Lucius*, que o termo é relacionado ao amanhecer. Para Obata (1986), o nome é uma abreviatura de *prima lucenatus*, que significa “nascido com a manhã” (OBATA, 1986, p. 130) e, consoante Andrade (1994, p. 88), “refere-se a aqueles que nascem pela manhã”. Ao comparar o significado do nome às imagens descritas por Paulo ao tratar-se de Lúcia, pode-se estabelecer uma relação entre as características da personagem e o seu nome, como em: “[...] brilho de seus olhos e do viço da pele fresca e suave, que tinha reflexos luminosos” (ALENCAR, 2017, p. 66), que remete à luminosidade, e em “[...] realce a um desses rostos suaves, puros e diáfanos, que parecem vão desfazer-se ao menor sopro, como os tênues vapores da alvorada (ALENCAR, 2017, p. 15)”, que está relacionado ao nascer do dia.

Outro nome que remete à luz e ao nascer do dia, também derivado do termo latim *lux*, é Lúcifer. Este é o nome dado ao planeta Vênus quando ele aparece como uma estrela durante a manhã, bem como chama-se Lúcifer o principal anjo caído do

céu ao inferno, de acordo com a crença Cristã. Esses pontos também foram evidenciados durante o romance: no terraço de sua casa, ao olhar o céu, Lúcia diz a Paulo: “– Aí está a minha estrela! Olhe, sou eu!” (ALENCAR, 2017, p. 67) e ele explica “disse mostrando-me Lúcifer, que se elevava no oriente límpida e fulgurante” (ALENCAR, 2017, p. 67); e, em uma festa, quando um dos homens sugere que Lúcia troque seu nome para Lúcifer devido a sua personalidade, ela o questiona “– Quem não sabe que eu sou o anjo de luz, que descí do céu ao inferno?” (ALENCAR, 2017, p. 47).

Como dito anteriormente, no capítulo dezenove, Lúcia conta sua história a Paulo, e revela que seu nome verdadeiro é Maria da Glória. De acordo com Mexias-Simon e Oliveira (2004, p. 67), “personagens trocam de nome quando desejam praticar façanhas sem que seus próximos saibam quem as pratica, convivendo com dois nomes”. A troca do nome ocorreu quando sua amiga chamada Lúcia, também cortesã, morre. Maria da Glória passa seu nome à menina para que seus pais, ao lerem o obituário, achassem que ela estava morta. Quanto à origem etimológica e significado do nome, Maria remete à “senhora, excelsa, sublime” (ANDRADE, 1994, p. 92), e Glória, de acordo com Oliver (2005), provém do substantivo glória e é um termo “emprestado a uma das invocações de Nossa Senhora, geralmente dado às meninas nascidas a 15 de agosto, quando a Virgem é cultuada” (OLIVER, 2005, p. 409). A ligação existente entre o nome e as características da personagem pode ser notada em três pontos. O primeiro, é que a protagonista, sob o nome Maria da Glória, eleva-se quanto à sua moralidade e pureza, torna-se uma mulher idealizada, como bem indica o significado do nome Maria. O segundo ponto, é que, ao passar a ser chamada pelo seu verdadeiro nome, a personagem transforma-se, passa a ser mais alegre e positiva, o que pode ser relacionado ao substantivo glória. E o terceiro é a data de aniversário da personagem, nascida no dia 15 de agosto, no mesmo dia em que a santa é cultuada.

Quanto ao seu nome, a protagonista diz: “[...] foi Nossa Senhora, minha madrinha, que mo deu. Nasci a 15 de agosto” (ALENCAR, 2017, p. 142).

Obata (1986, p. 94) complementa a significação de Maria da Glória ao afirmar que “é um nome cristão, alusivo à Páscoa da Ressurreição ou Domingo de Glória”. Logo após contar a Paulo seu verdadeiro nome, ela diz: “amanhã mudo-me. Venha-me buscar ao romper do dia. Desejo... Careço de entrar apoiada ao seu braço na casa onde vou viver minha nova existência” (ALENCAR, 2017, p. 147). Lúcia ressuscita em Maria da Glória, ela começa uma vida nova, pois troca de casa e de companhia, deixa de lado os homens da corte para viver com sua irmã, Ana, e relacionar-se apenas com Paulo. Essa renovação da personagem é compatível com a simbologia da Páscoa.

Paulo: derivado do latim *Paulus*, o nome, de acordo com Obata (1986, p. 158) significa “‘pequeno’, no sentido de ‘humildade’ e não como referência a característica física”. Já Andrade (1994) e Oliver (2005) discordam, ao afirmarem que o nome remete a pequeno, ou à baixa estatura. No romance de José de Alencar, não foram encontradas referências acerca do tamanho físico do personagem. Contudo, pode-se estabelecer relação entre o significado do nome e as características do personagem, ao analisar-se sua personalidade. Paulo tentava se ver como um homem nobre em algumas ocasiões, porém fracassava em atitudes simples, como aconteceu ao tentar falar com Lúcia pela primeira vez, quando o personagem diz ter respondido a ela “alguma palavra que nada exprimia, dessas que se pronunciam às vezes para ter o ar de dizer alguma coisa” (ALENCAR, 2017, p. 17). Além da dificuldade em se relacionar com outras pessoas, Paulo mostra ser um homem dramático e ciumento, inseguro quanto a Lúcia e incapaz de sustentar os luxos dela. Essas características tornam difícil o romance entre os dois protagonistas. Em certa ocasião, após uma briga, Paulo pensa “que miserável animalidade havia em mim naquela noite! Quando essa pobre mulher atingia o sublime do heroísmo e da abnegação, eu descia até a estupidez e a brutalidade!”

(ALENCAR, 2017, p. 96), o que mostra que ele não é um grande homem, mas sim um homem que deixa clara sua inferioridade em relação aos outros personagens da história.

Couto: Conforme Andrade (1994), o nome remete a uma fração de terra privilegiada, onde se encontra defesa, onde a caça é proibida por ser um espaço próprio para pastagem de gado. Nesse sentido, de acordo com o Dicionário Caldas Aulete, chama-se couto o lugar onde “se pode ficar abrigado ou protegido”. Em *Lucíola*, o personagem Couto é um homem rico que deseja Lúcia. Quando ela precisava de dinheiro, durante sua infância, Couto apareceu como uma possibilidade de abrigo na visão inocente de menina: “ele me consolou e disse-me que o acompanhasse à sua casa. A inocência e a dor me cegavam: acompanhei-o” (ALENCAR, 2017, p. 143). Na corte, após uma briga com Paulo, para causar-lhe ciúmes, Lúcia recorre a Couto e eles se encontram à noite, para sair. Mesmo que a personagem tenha aversão por Couto, ela sabe que ele sempre estará presente quando ela o chamar.

Jesuína: De acordo com Obata (1986), o nome é derivado de Jesus, sendo esse também seu significado. Oliver (2005, p.209), quanto ao nome Jesus, afirma que “vem do hebraico e significa Deus é a salvação ou Deus é o auxílio”. Lúcia revela que Jesuína é a personagem que a tira da rua quando ela é expulsa de casa pelos pais, e fica subentendido para o leitor que a mulher era uma cafetina. Durante o período em que Lúcia trabalhou para Jesuína, esta era responsável pela intermediação entre a protagonista e sua família, já que mandava dinheiro e notícias aos pais de Lúcia. No momento em que Lúcia fica doente, conforme os relatos de Paulo, ela fica sob os cuidados de Jesuína, que não sai de perto de seu leito. Jesuína, mesmo que tenha promovido a prostituição da menina, cumpriu o papel de salvação na história, pois esteve junto de Lúcia em momentos de dificuldade.

Ana: Nome que significa “graça, clemência, mercê” (GUÉRIOS, 1973, p. 54), ou “cheia de graça” (OLIVER, 2005, p. 240), ou “que tem compaixão” (OBATA, 1986, p. 27). A irmã de Lúcia aparece no romance como um símbolo de renovação, pois surge quando Lúcia inicia sua vida nova. Conforme pensamento de Paulo, a menina era “linda e mimosa como um anjinho de Rafael” (ALENCAR, 2017, p. 148). É uma menina doce e inocente que representa o que o significado do seu nome propõe.

6 Considerações finais

Ao comparar-se o significado etimológico dos nomes dos principais personagens de *Lucíola* com os trechos do romance que revelam suas características físicas e comportamentais, e ao levar-se em conta a revisão bibliográfica acerca dos campos da Onomástica, pôde-se notar que existe uma relação entre os atributos dos personagens e a origem etimológica e/ou o significado dos seus nomes. Desse modo, é possível afirmar que José de Alencar, na obra *Lucíola*, não escolheu os nomes aleatoriamente, como uma mera etiqueta, mas os escolheu com base em estudos antroponímicos. Nota-se que houve uma preocupação por parte do autor na criação dos personagens e os papéis cumpridos por eles na narrativa.

Ao se perceber a relação entre os nomes e as características de cada personagem, o leitor tem acesso a uma camada mais profunda da obra literária, visto que tem a oportunidade de perceber elementos que se tornam mais evidentes após a análise simbólica e etimológica dos nomes. No caso de *Lucíola*, destacam-se pontos como a renovação da personagem Lúcia ao passar a ser chamada de Maria da Glória, da inferioridade de Paulo e do perfil protetor de Couto, que têm sua personalidade reveladas com mais clareza através da análise Antroponomástica dos seus nomes. Nesse sentido, a pesquisa que resultou no presente artigo também pode contribuir para um ensino de literatura de forma mais eficaz, pois possibilita ao aluno uma compreensão mais ampla da história.

Dadas as reflexões realizadas neste artigo, nota-se a possibilidade de analisar, à luz dos estudos onomásticos, outras obras de José de Alencar, bem como narrativas de outros autores que fazem parte da literatura brasileira. Além disso, obras ficcionais que saem do campo literário, como filmes, novelas e seriados, também podem ser estudados.

Referências bibliográficas

ALENCAR, H. de. José de Alencar e a Ficção Romântica. *In*: COUTINHO, A. (org.). **A literatura no Brasil: Romantismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1969.

ALENCAR, J. M. de. **Lucíola**. Porto Alegre: L&PM, 2017.

ANDRADE, J. de. **O étimo dos nomes próprios**. São Paulo: Thirê, 1994.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 51 ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CARVALHINHOS, P. de J. As origens dos nomes de pessoas. **Domínios de Linguagem**, v. 1, n. 1, 1^o semestre 2007. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11401>. Acesso em: 24 set. 2019

COUTINHO, A. O. Movimento Romântico. *In*: COUTINHO, A. O. (org.). **A literatura no Brasil: Romantismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1969.

DAUZAT, A. **Les nomes de personnes: origine et évolution Prénoms – Noms de famille – Surnoms**, 4 ed. – Paris: Delagrave, 1950.

Dicionário online Caldas Aulete. Disponível em: www.aulete.com.br/couto. Acesso em: 12 fev. 2020.

ECKERT, K.; RÖHRIG, M. Onomástica literária em Graciliano Ramos: os nomes dos personagens de Vidas Secas e de São Bernardo. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n. 3, p. 1277-1294, jun. 2018. DOI <https://doi.org/10.17851/2237-2083.26.3.1277-1294>

GUÉRIOS, R. F. M. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1973.

MARTINS, J. R. **Presságios os livros dos nomes**: Um guia completo para escolher o melhor nome para empresas, pessoas e marcas. São Paulo: Editora Alegro, 2002.

MEXIAS-SIMON, M. L.; OLIVEIRA, A. de M. **O nome do homem**: Reflexões em torno dos nomes próprios. Rio de Janeiro: HP, 2004.

MIORANZA, C. **Filus Quondam**: a origem e o significado dos sobrenomes italianos. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

OBATA, R. **O livro dos nomes**. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

OLIVER, N. **Todos os nomes do mundo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

SARTORI, T. O. Signo linguístico versus signo onomástico: convencionalidade e motivação para falar e nomear. **Revista Científica Ciência em Curso**, v. 4, p. 123-133, 2016.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.

SEABRA, M. C. T. C. de. Referência e Onomástica. *In*: MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (org.). **Múltiplas Perspectivas em Linguística**. Uberlândia: Edufu, 2008, p. 1945-1952.

SEIDE, M. S. Métodos de pesquisa em antroponomástica. **Domínios de Lingu@gem**, v. 10, n. 3, jul./set. 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/32482>. Acesso em: 3 out. 2016. DOI <https://doi.org/10.14393/DL23-v10n3a2016-19>

VASCONCELOS, J. L. **Opúsculos**: Onomatologia. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

Artigo recebido em: 11.03.2020

Artigo aprovado em: 17.04.2020

Periodización y taxonomía de la lexicografía diferencial paraguaya

Periodization and taxonomy of Paraguayan differential lexicography

*Estela Mary PERALTA DE AGUAYO**

RESUMEN: En el presente artículo, se estudian diferentes obras que recogen el léxico distintivo del español hablado en el Paraguay con el objetivo de establecer una periodización y taxonomía inicial de la lexicografía diferencial paraguaya. Se toma como corpus nueve obras. Mediante el análisis metalexigráfico se esboza una línea histórica, que data de 1968 hasta el año 2016, siguiendo el modelo propuesto por Matus (1994), así como la clasificación de la tipología de las obras producidas. Con los resultados obtenidos se perfilan dos vertientes de las producciones: las que tienen como fin ser complementarias del Diccionario de la Real Academia Española, en que se asignan las obras de carácter semasiológico y fraseológico, y la otra según el ceñimiento a la teoría lexicográfica, de la cual se desprenden dos tipologías: la científica, en la que se agrupan las producciones que siguen en cierta medida la teoría lexicográfica y las acientíficas, que reúnen las obras que colectan voces de matiz diferencial, pero teñidas por el humor. Se destaca que las obras en cuestión son productos individuales y que a partir del siglo XXI se percibe una evolución en la confección de los diccionarios.

ABSTRACT: In this article, different works are studied that reflect the distinctive lexicon of Spanish spoken in Paraguay with the aim of establishing an initial periodization and taxonomy of Paraguayan differential lexicography. Nine works are taken as corpus. Through metalexigraphy analysis, a historical line is outlined, dating from 1968 to 2016, following the model proposed by Matus (1994), as well as the classification of the typology of the works produced. With the results obtained two aspects of the productions are formed: those that are intended to be complementary to the Dictionary of the Royal Spanish Academy, in which the works of semasiological and phraseological character are assigned, and the other according to the adhered to the lexicographic theory, from which two typologies are derived: the scientific, in which the productions that follow to some extent the lexicographic theory and the scientific, which bring together works that collect voices of differential nuance, but dyed by humor. It is emphasized that the works in question are individual products and that from the 21st century there is a perceived evolution in the making of dictionaries.

* Doctoranda en Filología Hispánica en la UNED. Máster en Lexicografía Hispánica, por la UNILEÓN/RAE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9108-0514>, estmary@gmail.com

PALABRAS-CLAVE: Metalexicografía. Lexicografía paraguaya. Diccionarios diferenciales. Diccionarios humorísticos.

KEYWORDS: Metalexicography. Paraguayan lexicography. Differential dictionaries. Humorous dictionaries.

1 Introducción

En el Paraguay, el umbral de la lexicografía diferencial se abre partir de la segunda mitad del siglo XX. En 1968, emerge la elaboración de diccionarios monolingües de matriz dialectal o variacional, respecto del español empleado en esta delimitación territorial. Estas obras siguen la finalidad de presentar las particularidades del léxico utilizado por sus hablantes. Estas peculiaridades léxicas se compilan bajo el nombre de glosarios y diccionarios, ya sea bajo el gentilicio paraguayo o con los complementos argumentales “de paraguayismos o “del Paraguay” (PERALTA DE AGUAYO, 2015).

Cabe destacar que los estudios sobre el léxico del español del Paraguay son escasos, al igual que la producción diccionarística que ha sido exigua (PERALTA DE AGUAYO, 2012, p. 207). Al respecto, Pérez (2011) manifiesta que la “lexicografía paraguaya es una de la más descuidada y desfavorecida del continente americano”, por tanto, contar con una línea histórica de las obras existentes y, de esta manera, establecer una taxonomía no es una tarea sencilla.

Este es un importante capítulo de la historia cultural y científica paraguaya que reclama atención, la historia de la lexicografía paraguaya aún no se ha escrito y consideramos que ella debería estar inserta dentro de la lexicografía española.

Este trabajo, en sus fases iniciales aún, no es exhaustivo, tan solo anticipamos ciertos aspectos de un análisis más pormenorizado y holístico. Partimos de la hiperestructura, macroestructura y microestructura de las obras revisadas, en cuanto a la selección del léxico, fuente de materiales y tipos de piezas léxicas recogidas. Igualmente, realizamos un acercamiento a la microestructura de los artículos lexicográficos y los enunciados definatorios. De la mayoría de ellos espulgamos los

artículos de letra A hasta la C, perfilamos una línea histórica y tipológica a partir de las obras analizadas.

Fueron examinadas las producciones que manifiestan en su denominación las palabras, diccionario, vocabulario y glosario que van acompañadas de las siguientes construcciones: paraguayo, del Paraguay, de paraguayismos, lo que nos llevó a catalogarlos como diferenciales, sin embargo, al espulgarlos hemos detectado dos grupos de obras.

Es un análisis desde la perspectiva metalexigráfica, escudriñamos la conformación de las finalidades de las obras, su hiper, macro y microestructura. En primer lugar, asignamos las bases teóricas del análisis, la lexicografía dialectal, la lexicografía acientífica, aspectos metalexigráficos y la periodización lexicográfica.

2 Propuestos teóricos

La lexicografía fue considerada como una ciencia meramente práctica, esto es, una disciplina dedicada al arte de confección de diccionarios. Recién en la década de 1970 se ha establecido como una disciplina científica (HAENSCH, 1991), dependiente de la lingüística aplicada (AZORÍN FERNÁNDEZ, 2003). Casares (1950) afirmaba que la lexicografía se envuelve de modernidad cuando supera la primera etapa, estrictamente literaria y selectiva, y considera que todos los materiales léxicos deben ser analizados de igual manera.

Por tanto, la lexicografía posee dos aristas, una de carácter aplicativo o práctico dedicada a la elaboración de diccionarios y otra de carácter científico o teórico, que se aboca a establecer los delineamientos para la confección de los diccionarios. La vertiente teórica se denomina metalexigráfica.

2.1. Lexicografía dialectal

La lexicografía regional o dialectal es “la que se ocupa de la redacción tanto de diccionarios diferenciales como integrales de la variación diatópica de una lengua, esto es, de la formalización lexicográfica de las variedades espaciales de una lengua en su sentido más amplio” (AHUMADA, 2000, p. 14). El estudio metalexigráfico de los regionalismos se orienta en dos direcciones: a) al análisis de las voces con marca diatópica en los diccionarios regionales y b) al análisis de aquellos repertorios que recogen con técnica lexicográfica las voces diferenciales o comunes y diferenciales de un área lingüística completa.

Tanto la lexicografía diferencial y lexicografía integral se desarrollan en el perímetro de la variación diatópica y toma como referencia el diccionario general. Según Ahumada (2000), los diccionarios de regionalismos se originaron como obra complementaria del diccionario general, especialmente del *Diccionario de la Real Academia de la Lengua Española*, DRAE, el cual a partir de su edición de 2014 ha pasado a denominarse *Diccionario de la lengua española*, con la sigla DLE.

Arnal Purroy (2009, p. 118-127), al examinar los prólogos de diccionarios dialectales elaborados en Aragón, determinó que los autores se plantean diversas finalidades: la científica-descriptiva, mediante la contribución al conocimiento de la variedad dialectal a través de la descripción del léxico particular; la pedagógica-práctica, el léxico dialectal puede ser comprendido por los desconocedores de esa variedad mediante el diccionario; la función documental, a fin de salvaguardar el léxico que desaparece, teniendo en cuenta que las voces dialectales se exponen a la evolución lingüística y la desaparición de actividades, realidades, que si no se registraran podrían caer en el olvido; la función cultural, puesto que una obra dialectal alberga información etnolingüística. Así también, la autora señala que se redactan diccionarios para disfrutar de su lectura, que, si bien no es uno de los fines más difundidos del diccionario dialectal, hay quienes han sugerido el disfrute como meta.

2.2 La lexicografía diferencial científica

El corpus tomado para el análisis incluye aquellas obras de aparente denominación diferencial, que al examinarlas hemos detectado algunas que no se ciñen a la práctica lexicográfica en sí.

Estas obras contienen un léxico diferencial, por lo que, hasta que tengamos un panorama más holístico de toda la producción lexicográfica realizada en el Paraguay, la circunscribiremos en los límites de las producciones diferenciales.

Existen diccionarios que salen de lo común, es decir, aquellos que intencionalmente infringen “las máximas lexicográficas”. Son obras cuyos autores “huyen de la objetividad, presentan la visión personal del autor, utilizan ironías, sarcasmos, metáforas y demás figuras estilísticas, y, sobre todo, se caracterizan por compartir una intencionalidad lúdica” (GONZÁLEZ, 2007, p. 155).

González (2007) designa a estos diccionarios de lectura y los cualifica como obras de la lexicografía acientífica, ya que no siguen la científicidad y el rigor de la teoría lexicográfica. Podríamos decir que ellas exploran el lado lúdico del lenguaje. Un buen número de estos diccionarios esgrimen en sus páginas la burla, la sátira, el sarcasmo y la dualidad intencional, sus páginas envuelven cierto humor.

Las obras no cumplen con el fin del diccionario, esto es, auxiliar al usuario que recurre a él para resolver alguna duda. Asimismo, al ser obras que quebrantan el rigor científico, son meramente subjetivas. Seco (2003) también ha analizado este tipo de obras y se ha referido a ellas como “armas arrojadas ideológicas”, pues trasfieren las creencias religiosas, políticas y morales de sus escritores.

Álvarez de Miranda (1984, p. 163) denomina a estos diccionarios “burlescos”; para el autor son “un tipo muy especial de diccionarios que solo toman de la técnica lexicográfica su más característico rasgo externo, la ordenación alfabética de una serie de entradas con sus correspondientes definiciones, y aun este principio general a veces lo incumplen”.

De igual manera, la condición que rodea a estas producciones es que se surten del “vocabulario político y por el uso de costumbres sociales” y podrían ser catalogados, además de un subgénero lexicográfico, como subgénero menor de la literatura política y costumbrista que simplemente se adapta a la forma de un diccionario (ÁLVAREZ DE MIRANDA, 1984, p. 163).

2.3. Aspectos metalexigráficos

La metalexigráfica es entendida como la parte de la lexicografía que se ocupa del estudio del contenido científico del diccionario, en especial, de “su elaboración material y a las técnicas adoptadas en su realización” (PORTO DAPENA, 2002, p. 24).

2.3.1. Estructura del diccionario

Todo diccionario se organiza siguiendo una estructura mínima, los contenidos y elementos hiperestructura, que se refiere a la estructura global del diccionario que envuelve a la macroestructura y que corresponde a la organización general de la información del diccionario (GELPÍ, 2003, p. 321). La macroestructura se conforma por todas las entradas o nomenclatura del diccionario, estas se organizan con un criterio ordenador y establecido.

La microestructura, según Porto Dapena (2002), corresponde a las informaciones contenidas en el artículo lexicográfico, que se conforma por el lema, la unidad tratada, y las informaciones ofrecidas acerca de esta: gramatical, etimológica, fonética, definición, ejemplos de uso, entre otros.

2.3.2. Elementos del artículo lexicográfico

El artículo lexicográfico se conforma por diversos elementos, en primer lugar el lema, que es la palabra en estudio; la definición, es la información, o sea, la secuencia lingüística de la palabra estudiada (PORTO DAPENA, 2002). Para Martínez de Sousa

(1995, p. 76) la definición lexicográfica o lingüística es aquella que “informa acerca de palabras, no de cosas ni de conceptos”.

Según Porto Dapena (2002), toda definición se compone de dos elementos: el definido o *definiendum*, representado por la entrada del artículo lexicográfico, y el definidor o *definiens*, que es la expresión explicativa o definición.

Porto Dapena (2014) establece dos tipos de definiciones: la ontológica, comúnmente llamada enciclopédica, en la cual se define la cosa mediante el lenguaje; y la definición lingüística, que solo define las palabras.

La definición lingüística, más frecuente en los diccionarios, expone el contenido de la palabra definida; llamada definición conceptual, que se subdivide en designativa o referencial y de significado o parafrástica, así también, puede dar información sobre un aspecto referencial o pragmático de la palabra estudiada, la cual se denomina definición funcional.

Las definiciones conceptuales de significado o parafrásticas se subdividen de dos maneras, según el número de sintagmas definicionales y según el número de palabras del sintagma definicional, estas últimas se subclasifican en sinonímicas y perifrásticas o analíticas.

Las definiciones sinonímicas son aquellas que se definen por medio de un sinónimo del definido y las perifrásticas se estructuran con un enunciado perifrástico, que “constituye un verdadero análisis semántico a estar compuesto por toda la construcción sintáctica” (PORTO DAPENA, 2014, p. 83).

La información gramatical generalmente se introduce por medio de abreviaturas, ella informa sobre la morfología del lema, estas pueden ser categoriales, es decir, las que toman las unidades mayores: sustantivos, adjetivos, verbos, etc., y subcategoriales, las que señalan las unidades menores, la flexión de masculino/femenino para los adjetivos y sustantivos, por ejemplo, así como la transitividad e intransitividad de los verbos.

Las marcas de transición semántica indican una modificación o desplazamiento semántico que un significado de la palabra-entrada puede suponer en relación con otro dentro del artículo correspondiente, pertenecen a este grupo las indicaciones como *figurado, por extensión, metafórico, por antonomasia* (PORTO DAPENA, 2002).

Las marcas pragmáticas, según Porto Dapena (2002), corresponden a las que aluden a una valoración o actitud por parte del hablante cuando emplea la palabra mencionada. Marcas como *despectivo, insultante, peyorativo, eufemístico, irónico, grosero, tabú, enfático*, etc., pertenecen a este grupo y van señaladas mediante abreviaturas.

Asimismo, existen otros tipos de informaciones que se indican en el diccionario, las técnicas que señalan la ciencia o disciplina a la que corresponde la palabra estudiada; las marcas de registro o diafásicas que corresponden a los registros y estilos: *formal, informal, coloquial*, entre otros. Se tienen también marcas de frecuencia: *usado, desusado*, por ejemplo. Así también, las marcas diatópicas o geográficas que indican la zona o lugar en que se utiliza el término.

2.4. Periodización lexicográfica

Matus (1994) diferencia tres etapas en la lexicografía chilena: la precientífica o técnica, de transición y científica o lingüística.

La lexicografía precientífica la reconoce como la lexicografía de aficionado, ya que su práctica no está en manos de lingüistas y se desarrolla siguiendo la metodología lexicográfica. Las producciones de este periodo se caracterizan por ser un producto de autoría, o sea, hecho por una sola persona, de ahí la denominación de lexicografía de autor.

Este periodo se tiñe del carácter prescriptivo e impresionista. Sobre este quehacer por parte del aficionado, Haensch (1991, p. 49) señala que es “fruto de una evolución espontánea, pragmática, rutinaria, en un ambiente precientífico y sin una teoría lingüística coherente que pudiera servirle de base”.

Por su parte, López Morales califica a los autores aficionados de obras puertorriqueñas de la siguiente manera:

[...] lexicógrafos improvisados, trabajadores entusiastas sin formación profesional, alejados completamente del quehacer lingüístico. Su trabajo se reduce a coleccionar indiscriminadamente todo aquello de la expresión que les circunda que les ha parecido típico, interesante, original [...]; su folklorismo lexicográfico desconoce las limitaciones de parámetros diatópicos, diastráticos, diafásicos y diacrónicos, el contraste entre lexemas y unidades léxicas, las diferencias entre los ámbitos de lengua y habla, las divergencias entre definiciones nominales y descriptivas, y otros muchos rasgos que forman parte de las exigencias mínimas de un trabajo serio (LÓPEZ MORALES, 1991, p. 309).

El segundo periodo es denominado de transición porque la lexicografía autoral se abrigó de una mixtura de lingüistas y aficionados, corresponde a productos publicados por academias, académicos o profesores de lengua.

En este modelo productivo, la metodología empleada se torna más rigurosa, se diluyen los sesgos impresionistas y puristas, aunque no se extinguen. Las obras se diseñan siguiendo un patrón descriptivo. Asimismo, se inicia el empleo del método contrastivo, aunque superficialmente, en que se tiene como primacía la intuición. Para Chávez Fajardo (2013, p. 138) “una de las grandes falencias en esta fase es la ausencia, aún, de una delimitación del concepto de americanismo; y, por extensión, del español mismo tratado desde un punto de vista diatópico”.

La etapa científica se concreta con las obras realizadas por la Academias, o equipos lexicográficos. En este período, son lingüistas formados en lexicografía quienes elaboran los diccionarios. Ellos dirigen su producción y aplican los métodos lingüísticos más precisos: método integral y método diferencial-contrastivo.

2.5. Tipología de diccionarios

Medina Guerra (2003, p. 61) afirma que “los distintos tipos de diccionarios se gestan al calor de factores tan diversos como la naturaleza de consulta que ha de solventar la obra, el público al que va dirigida, la organización de los artículos lexicográficos”.

Porto Dapena (2002, p. 43), sostiene que “no existen tipos puros, sino que todo diccionario, según los aspectos bajo los que se considere, puede pertenecer al mismo tiempo a varias clases” y establece una tipología desde las aristas de diccionarios no lingüísticos y lingüísticos; en los primeros están los híbridos: las enciclopedias, los enciclopédicos y terminológicos, los segundos, según conformación.

Haensch (1991) coincide con los autores citados anteriormente en que las clasificaciones pueden ser varias; funda cinco tipos de inventarios lexicográficos: los sintagmáticos (diccionarios de construcción y régimen, de colocaciones o refranes...); los paradigmáticos (diccionarios inversos, de sinónimos o los atlas lingüísticos); los que exploran un subconjunto de unidades léxicas, la cual se divide en tres subtipos diferentes: los que poseen una marca cronológica como los diccionarios de arcaísmos o de neologismos; diatópicos (diccionarios de dialectos que atañen a determinados niveles lingüísticos); repertorio de insultos, de eufemismos, de sociolectos, etc.; diccionarios con una finalidad específica (gramaticales, diacrónicos, escolares o vocabularios fundamentales) y otro tipo de diccionarios (como los de concordancias o los diccionarios biográficos).

En cambio, Martínez de Sousa (1995) plantea una tipificación según ciertos criterios: a) léxico, en que integra a los semasiológicos, generales, de uso, descriptivo, etimológico, entre otros; b) sintagmático, en que están los sintagmáticos, sintácticos (o de sintaxis), los de construcción y régimen, de colocaciones, fraseológicos, de citas, entre otros; y c) el paradigmático.

3. Metodología

Las obras que componen el corpus de análisis son aquellas que se han producido siguiendo las perspectivas de la lexicografía regional o diferencial. Las que tienen como objetivo dar nota de alguna característica del léxico empleado en el Paraguay. Seleccionamos, pues, productos de tinte nacional en que la recopilación del léxico identitario se vuelve objeto de estudio. Se citan a continuación las obras examinadas:

Tabla 1 -- Lista de obras analizadas.

Obra	Autor(es)	Año
<i>Paraguayismos en la lengua española</i>	Julio César Chaves	1968
<i>Glosario de paraguayismos</i>	Luis Lezcano y Julio Lezcano Claude	1985
<i>Los paraguayismos. El español en el habla cotidiana de los paraguayos</i>	Leni Pane	2005
<i>Diccionario de castellano usual del Paraguay</i>	Juan E. Aguiar	2008
<i>Glosario de paraguayismos en Hijo de Hombre de Augusto Roa Bastos</i>	Isabel de Baca y Evelio Espínola	2011
<i>Diccionario del paraguayo Estreñido</i>	Helio Vera	2008
<i>El verdadero diccionario paraguayo (Las palabras no son lo que parecen)</i>	Helio Vera, Caio Scavone y Alcibiades González Delvalle	2009
<i>El Mataburro. Diccionario del habla popular paraguayo</i>	Marcos Ybañez	2011
<i>Modismos paraguayos. Glosario por Natalio y vos</i>	Natalio Rubinsztein	2009

Fuente: elaboración propia.

Para el análisis, se tomaron como muestras las entradas de las letras A hasta la C, salvo *El mataburro. Diccionario del habla popular paraguayo* y el de *Modismos paraguayos*.

Glosario por Natalio y vos, de los cuales se ha seleccionado una sección, ya que las obras poseían una ordenación diferente.

Se observaron los elementos de la hiperestructura (tapa, portada, páginas preliminares y finales); la macroestructura: la nomenclatura, tipos de unidades léxicas colectadas, las fuentes de obtención de las voces colectadas; en la microestructura se examinaron los componentes del artículo y el tipo de definiciones.

4 Resultados

Los resultados se presentan de acuerdo a la obra analizada, se parte de la hiperestructura, macroestructura y microestructura.

4.1 Paraguayismos en la lengua española, Julio César Chaves (1968)

El eje vertebrador de lexicografía diferencial paraguaya es la breve producción de Julio César Chaves, que en palabras del autor fue elaborada “a pedido de la comisión permanente de la Real Academia Española” (CHAVES, p. 4). Chaves destaca en su introducción la carencia de trabajos de esta característica, “No escapó a mi criterio lo difícil de la tarea que se me encomendó y que se emprende por primera vez en el Paraguay, “donde hasta hoy nunca se hizo un recuento de sus voces de sabor vernáculo”. “No hay antecedente ni precedente sobre los cuales apoyarse” (CHAVES, 1969, p. 4).

La obra recoge una selección de aproximadamente 800 vocablos que responden a la época de producción. El vocabulario es sincrónico y descriptivo. La finalidad patentada es contributiva, en su presentación manifiesta: “se hacía necesario y conveniente la presentación de una nómina de paraguayismos [...]” (CHAVES, 1968, p. 4). El autor resalta que esta labor no debe ser realizada por una sola persona, sino por las Universidades, Academias, pero ante la necesidad de dar nota de los paraguayismos existentes se ha ocupado de ello.

La hiperestructura de la obra está compuesta por la tapa, la introducción, vocabulario y bibliografía. Asimismo, no se estipula el procedimiento de identificación de los lemas sentados como entradas.

Las entradas van ordenadas alfabéticamente, se recogen unidades léxicas simples: *abajar, abombado, achurar*, unidades léxicas compuestas, *altoparlante*.

El repertorio se compone del léxico de la fauna: *acutí, apereá*; de la flora: *aguarayvá, apepú, arasá*; extranjerismos, escritos en su forma de origen, como *afiche, attaché*, gentilicios: *asunceño, ña, caacupeño, ña*. Cabe destacar que de las 85 entradas de la letra A, el 10 % son guaranismos, en este apartado son términos de la flora “*ají cumbarí* (fruto de la planta)” y fauna “*acutí, aguará*”.

Las fuentes de obtención de los datos no son explicitadas en el prólogo, no obstante, a través de la bibliografía presentada al final, advertimos fuentes secundarias como diccionarios de americanismos entre ellos el *Diccionario de Americanismos* de Augusto Malaret; diccionarios de países americanos, de Argentina: *Diccionario argentino*, de Tobías Garzón, *Lexicología de Salta* de Juan Carlos Dávalos, *Geomorfonomía argentina, Toponomástica de Neuquén y Zoonimia andina* de Alberto Vúletin. Además de otros diccionarios de Chile, Uruguay, Guatemala; también, de los monográficos *Las voces guaraníes del diccionario académico* y el de *Hispanismos en el guaraní* de Marcos Morínigo.

La microestructura se compone de algunos elementos invariables, cada lema cuenta con la información gramatical y la definición como en: “Adjuntar. v. Enviar adjunto algo” (CHAVES, 1968, p. 5). En la sección estudiada, se observó un bajo número de entradas que posean más de una acepción.

En cuanto a la indicación de las informaciones categoriales, solamente señalan las de los sustantivos, adjetivos, verbos, participios y gerundios, la flexión nominal *aindiado, da*. Asimismo, los verbos se registran en infinitivo, estos son especificados, en cuanto su identidad subcategorial, en los reflejos (denominación del autor) o

pronominales *v. ref.*: “Achurar. *v.* Apoderarse de algo” (CHAVES, 1968, p. 5); “Afiebrarse. *v. ref.* Tener fiebre” (CHAVES, 1968, p. 5).

Se advierte la falta de indicación de la transitividad o intransitividad verbal.

La etimología se señala únicamente en los guaranismos, que van asentados mediante la abreviación *voz. guar.*, delimitada por paréntesis: “Araguyrá (voz guar.) *m.* aragüirá: Pajarillo de la Argentina de lomo rojizo y pecho y copete de hermosísimo color” (CHAVES, p. 7).

El autor ilustra algunos vocablos mediante ejemplificaciones hechas *ad hoc*, inseridas después de la definición, resaltadas tipográficamente mediante letras itálicas: “Altura. *f.* Punto, estado actual de un asunto o negocio, cuando está muy adelantado: *Estando las cosas a estas alturas no es posible retroceder*” (CHAVES, 1968, p. 6).

Con respecto a la tipología definicional, rescatamos definiciones perifrásticas:

Acomodar. *v.* Proporcionar puesto o lugar a una persona (CHAVES, 1968, p. 6).

Definiciones sinónimas:

Acordar. *v.* Conceder, otorgar (CHAVES, 1968, p. 5).

Adulón, *na.* Adj. Adulador (CHAVES, 1968, p. 5).

Algunas definiciones ontológicas:

Arasá (voz. guar). *m.* Arazá: árbol de la familia de las mirtáceas, con copa ancha y frondosa, madera consistente y flexible y fruto amarillo dorado y comestible” (CHAVES, 1968, p. 13).

Los adjetivos son definidos mediante la fórmula: *Dícese del, Dícese del que...*

Sobre la concepción sobre los paraguayismos, a juzgar por las palabras incluidas en el vocabulario, podemos asegurar que los límites no están bien perfilados, pues hallamos voces comunes con países americanos. Chaves (1968, p. 4) en sus líneas introductorias expone:

Se hacía necesario y conveniente la presentación de una nómina de paraguayismos, pues la mayoría de éstos corren por el mundo hispano parlante como simples americanismos o disfrazados de rioplatensismos, argentinismos o correntinismos. Y en la mayoría de los casos con la acepción errada; basta para comprobarlo examinar, aunque solo sea someramente, el monumental *Diccionario de Americanismos*, de Augusto Malaret.

4.2 *Glosario de paraguayismos*, Luis Lezcano y Julio César Lezcano (1988)

Tras exactamente dos décadas Luis Lezcano y su hijo Julio Lezcano Claude, académicos de la Academia Paraguaya de la Lengua Española, presentan un breve recuento de aproximadamente 400 voces, bajo la denominación *Glosario de paraguayismos*. Esta opción denominativa se sustenta en que “La elaboración de un buen diccionario de paraguayismos exige un trabajo sostenido y constante de varias personas. No se puede emprender esa labor individualmente o entre dos personas. De allí que hayamos optado por titular “Glosario de Paraguayismos” (LEZCANO; LEZCANO, 1988, p. 129).

Según sus autores, el objeto del trabajo es describir los paraguayismos existentes, “Acaso sea éste el primer trabajo orgánico de esta índole que se elabora en nuestro país sobre los llamados paraguayismos [...]” (LEZCANO; LEZCANO, 1988, p. 129).

Al igual que la obra precedente, los términos recogidos se registran siguiendo un patrón sincrónico y descriptivo.

Las fuentes primarias de recolección de datos son obras literarias de autores paraguayos, entre ellos: *Los monólogos*, de José Luis Appleyard, 1973; *Ojo por diente*, de Rubén Bareiro Saguier, 1972; *La babosa*, de Gabriel Casaccia, 1960; *El laberinto*, de Augusto Casola, 1962. *Tava-i*, de María Concepción Leyes de Chávez, 1942; *Hijo de hombre*, de Augusto Roa Bastos, 1961; *Los pies sobre el agua*, de Augusto Roa Bastos, publicado en 1968, entre otras.

Lezcano y Lezcano refieren las fuentes secundarias o metalingüísticas a las que recurrieron. Observamos diccionarios, tales como el *Diccionario del habla chilena*, de la Academia Chilena de la Lengua Española, de 1978; *El Breve diccionario de colombianismos*, de la Academia Colombiana de la Lengua Española, de 1975; *Diccionario de anglicismos*, de Ricardo Alfaro, de 1964; *El quíchua en el castellano del Ecuador*, de Justino Cornejo, de 1967; *Panameñismos*, de Baltazar Isaza Calderón (sin año de publicación); *Terminología científica y técnica*, de Luis A. Moscoso Vega, de 1968. *Diccionario de arcaísmos*, de Luis A. Moscoso Vega, de 1975; *Nuevo Diccionario español-guaraní/guaraní-español*, Antonio Ortiz Mayans, de 1980; *Diccionario de la lengua española*, de la RAE, 1970 y el *Diccionario de la lengua española*, de la RAE, de 1984.

Igualmente, consultaron obras relacionadas con el estudio del léxico, como: *Apuntaciones idiomáticas y correcciones del lenguaje*, de Roberto Restrepo, de 1963; *Estudios sobre el vocabulario*, de Pedro Lira Urquieta, de 1973 y la Memoria del Tercer Congreso de Academia de la Lengua Española.

La hiperestructura de la obra se compone por la introducción, nomenclatura y bibliografía, cabe destacar que este glosario aparece como un artículo dentro de la revista *Estudios Paraguayos*.

Con respecto a la macroestructura de la obra, la ordenación de las entradas se realiza alfabéticamente. La nomenclatura se conforma con términos de la flora y la fauna: *a pepú*, *apereá*, *araticú*; guaranismos: *añamemby*, *jangá!*, *aho-poi*, extranjerismos adaptados: *afiche*.

La metodología implementada no es referida en el prólogo del glosario, tampoco se manifiesta la estructuración, no se explicita la tipología de marcaciones, el criterio de selección de entradas ni las abreviaturas empleadas en el cuerpo del trabajo.

Los autores han registrado unidades léxicas simples: *a pepú*, *apereá*, *aplanadora*, *aplazar...*; unidades léxicas compuestas: *batifondo*. Las entradas están escritas en redonda, minúsculas y se resaltan mediante negritas, en caso de que haya más de una

acepción estas se separan por medio de dos barras oblicuas. El número de acepción se indica recién en la segunda: “**buscar** tr. Provocar a una persona promoviéndole pendencia. // 2. Demostrar la mujer interés por un hombre” (LEZCANO; LEZCANO, 1988, p. 138).

En cuanto a la microestructura, los artículos lexicográficos poseen elementos fijos, los lemas, poseen la categoría gramatical y la definición. Las categorizaciones gramaticales van abreviadas, solo se utilizan las marcas subcategoriales: tr (transitivo); intr (intransitivo), ref (reflejo), f (femenino); m (masculino); adj (adjetivo), interj (interjección), pp (participio pasado).

Detectamos el empleo de la marca de transición semántica fig.: “**calavera** m. fig. Hombre mujeriego” (p. 139); las diafásica, vulg (vulgar), “**cajeta** f. vagina”(p. 139); y fam (familiar) “**copión, na** adj. Fam” Se aplica al alumno que recurre al examen de otro para hacer el suyo; por extensión, persona que imita a otra” (p. 145); así como la connotativa (despectivo), “**cachivache** m. despect. Bártulos y enseres inútiles [...]” (LEZCANO; LEZCANO, 1988, p. 138).

Acerca de las definiciones utilizadas, divisamos las perifrásticas:

apurarse tr. Andar de prisa (LEZCANO; LEZCANO, 1988, p. 135).

Además de las sinonímicas:

arrimar tr. Atribuir, culpar (LEZCANO; LEZCANO, 1988, p. 135).

También son utilizadas las definiciones ontológicas:

araticú m. Nombre que en la zona guaraní se da a varias plantas amomáceas. Su fruto es una baya pulposa parecida a la chirimoya” (LEZCANO; LEZCANO, 1988, p. 134).

Se percibe la falta de rigor en cuanto a las definiciones, en las interjecciones, por ejemplo, se incluye una explicación: “**¡angá!** Interj (p. 133). Acompaña a un

sentimiento de conmiseración, hacia alguna persona”. Comúnmente, las interjecciones son definidas mediante definiciones funcionales por tratarse de palabras gramaticales.

Los autores incluyen luego de la definición, acotaciones acerca de si la palabra está registrada o no en el *Diccionario de la Real Academia* (DRAE), o la manera en que está definida en el mencionado diccionario, como en “**acomodo** m. Buena ubicación socioeconómica conseguida por una persona (p. 132). El Dicc. Académico registra el vocablo con la siguiente acepción: “m. Empleo, ocupación o conveniencia” (LEZCANO; LEZCANO, 1988, p. 132).

También, se hace referencia a la inclusión o exclusión en obras de diferentes países americanos, “**abombado**, da. adj. Aturdido, atontado. Esta misma acepción del vocablo trae el *Diccionario del habla chilena*” (LEZCANO; LEZCANO, 1988, p. 132).

La indicación etimológica se brinda en los guaranismos, por medio de la abreviación *guar.*:

añamemby guar. m. Hijo del diablo” y en los extranjerismos se indica la lengua de procedencia más la palabra escrita con la grafía de origen: “champú (del inglés *shampoo*) m. Líquido algo denso y jabonoso utilizado para lavar los cabellos” (LEZCANO; LEZCANO, 1988, p. 133).

En algunos artículos, se incluyen fragmentos de obras literarias que ejemplifican el uso del lema:

apelechado, da. adj. Viejo, desgastado. “Quién va a querer esas imágenes viejas, apelechadas, llenas de termitas” (R. Bareiro Saguier S., *Ojo por diente*, p. 35)” (LEZCANO; LEZCANO, 1988, p. 134).

Se visualiza una tendencia informativa/argumentativa sobre las informaciones omitidas por el DRAE, por ejemplo, con el lema “**abatí** guar. m. Maíz. En ponencia presentada por la Academia Paraguaya de la Lengua durante el III Congreso de

Academias, se sostiene la grafía **avati'**¹ (LEZCANO; LEZCANO, p. 132). Se resalta la propuesta hecha por la Academia Paraguaya de la Lengua Española sobre la grafía de abati y la inclusión de otros guaranismos.

Sobre el concepto de paraguayismo, podemos aseverar, según la tipología de voces recogidas, que se da desde los parámetros de acopiar las palabras utilizadas en la comunidad de habla y que son compartidas por otros países americanos.

4.3 Los paraguayismos. El español en el habla de los paraguayos, Leni Pane (2005)

Luego de diecisiete años de la obra anterior aparece este vocabulario, cuyo objeto es ofrecer una muestra del léxico del español hablado en el Paraguay. La autora ensaya una delimitación de lo que es un paraguayismo:

Se considera —paraguayismo— a la palabra, partícula, el lema o la locución de procedencia tanto española como guaraní, y de otras lenguas que conforman el espectro lingüístico del país, especialmente, si se lo contrasta con el español de otros países de Hispanoamérica o con el de España, y que, por lo general, fuera del Paraguay, plantea alguna dificultad de comprensión rápida para los hispanohablantes hispanoamericanos (PANE, 2005, p. 7).

El vocabulario, que contiene alrededor de 1300 entradas, tiene un carácter diferencial, sincrónico, descriptivo y complementivo del DRAE. La intención complementaria obedece a que, según la autora, ha observado que algunas entradas de la 22.^a edición registraban la marca “Área Guaranítica, y que son seguidas por las marcas de Uruguay y Argentina y eliminada la marca de Paraguay” (PANE, 2005, p. 8).

¹ Destaque del original.

Se registran guaranismos cuyos usos no son habituales dentro del español hablado por los paraguayos. Igualmente, se acopian hispanismos lexicalizados en la lengua guaraní, sin ninguna justificación. El objetivo del vocabulario es la exposición sucinta del español hablado por los paraguayos.

La hiperestructura de la obra está compuesta por la tapa, portada, nota preliminar, nomenclatura y bibliografía. En la sección inicial, incluye una lista de las abreviaturas utilizadas.

La macroestructura se conforma por unidades léxicas simples: *abá, abonado, aceitar*; unidades léxicas compuestas como *asado a la estaca, asado de tira*; unidades léxicas pluriverbales: *al pedo*. El repertorio se compone de elementos no incluidos en los trabajos precedentes, como el registro de los hipocorísticos, los morfemas provenientes del guaraní de uso corriente en el castellano paraguayo.

La fuente obtención de los materiales no es revelada, hallamos en la bibliografía citada una obra literaria: *Follaje en los ojos*, de José María Rivarola. Mientras que como fuentes secundarias se citan dos diccionarios de la República del Uruguay y el DRAE (2001), el *Diccionario castellano-guaraní/guaraní-castellano*, de Antonio Ortiz Mayans, edición de 1995, así como artículos monográficos relativos a los guaranismos en la lengua española, los hispanismos en el guaraní y el bilingüismo paraguayo como la *Enciclopedia Guaraní-Castellano de Ciencias Naturales*, de Carlos Gatti, 1985 y el *Diccionario de la música en el Paraguay*, de Luis Szarán, 1997.

El vocabulario, debido a la mixtura de esta selección de materiales, posee ciertas cualidades de un diccionario bilingüe, pues se registran entradas de la lengua *A* que son definidas con el equivalente en la lengua *B* y viceversa.

Su microestructura resalta por la falta de informaciones gramaticales, teniendo en cuenta que es un “elemento ineludible” de todo artículo lexicográfico, Ahumada (1988). Las definiciones empleadas son las sinonímicas: “CHONGO (m.) Amante. / CHOTO Mutilado” (p. 41), también se deslizan algunas definiciones enciclopédicas:

AVATÍ

(*guar*). Maíz. Existen diversas variedades para distintos usos: pichingá, tipo de maíz que se usa para hacer pororó [...] (PANE, 2005, p. 23).

Se percibe un quebrantamiento del principio de identidad categorial, es decir, verbos definidos mediante sustantivos, “CHULEAR Figuras que realiza el jugador de fútbol, durante el juego, zigzagueando con la pelota en el campo” (PANE, 2005, p. 41).

4.4 Diccionario de castellano usual del Paraguay, Juan Aguiar (2008)

Es el primer producto que incluye en su denominación la voz “diccionario”. Acopia aproximadamente 1800 entradas. La finalidad de la obra es presentar aquellas voces de uso local que presentan diferencias respecto del español peninsular o las que no figuran en el DRAE, cuyo uso es frecuente en territorio paraguayo:

[...] con este trabajo se pretende enriquecer y ampliar este repertorio léxico paraguayo previamente recogido de manera que, con el aporte de los estudiosos de la lexicografía, la Academia Paraguaya de la Lengua Española pueda confeccionar, su propio diccionario académico de habla castellana del Paraguay (AGUIAR, 2008, p. 17).

La hiperestructura de la obra está compuesta por la tapa, que lleva el título de la obra, la autoría y su contenido de la obra; portada, página de gratitud, prólogo, lista de abreviaturas y símbolos, cuerpo del diccionario y bibliografía.

Las fuentes de obtención de los materiales corresponden a obras de la literatura paraguaya: *Yo el supremo*, *Hijo de hombre*, *El trueno entre las hojas*, *El baldío* y *Moriencia*, de Augusto Roa Bastos; *Mancuello y la perdíz* y *Poesía congregada y otros afanes*; de Carlos Villagra Marsal; *Ojo por diente*, de Rubén Bareiro Saguier; *La babosa*, de Gabriel Casaccia; *Los grillos de la duda* y *Acuarelas paraguayas*, de Carlos Zubizarreta; *Vagos sin tierra*, de Renée Ferrer; *El laberinto*, de Augusto Casola; *Paso de hombre* y *Memorias* de Pascual Ruiz, de Francisco Pérez Maricevich; *Yvypóra*, de Juan Rivarola Matto; *Follaje*

en los ojos, de José María Rivarola Matto; *Los monólogos*, de José Luis Appleyard y *Tava-i*, de Concepción Leyes de Chávez.

Las fuentes metalingüísticas son varias, diccionarios dialectales de diferentes países de América, como: Argentina, Bolivia, Costa Rica, Chile, Colombia, El Salvador, Honduras, México, Perú, Uruguay; Diccionarios de americanismos, el DRAE, *Diccionario esencial de la lengua española*, el *Diccionario panhispánico de dudas*, diccionarios de la lengua guaraní; obras precedentes a esta: *Los Paraguayismos en la lengua española*, Chaves (1969), *Glosario de paraguayismos*, Lezcano y Lezcano (1988), *Los paraguayismos*, Pane (2005), obras de referencia como *Las dudas del hispanohablante paraguayo*, Aguiar (2004 y 2005). También, se incluyen ciertas obras del folclore nacional y libros de Historia paraguaya.

Se recogen unidades léxicas simples; *aguatera*, *añares*, unidades léxicas compuestas: *autoparte*, *autorradio* y unidades léxicas pluriverbales: *arrimar por alguien*. La nomenclatura se compone del léxico cotidiano y usual de nuestro país, se distingue por el registro de gentilicios de ciudades, departamentos nacionales: *abaiense*, *acahayense* o *acahaiense*; cultismos: *agendar*, *archivoamiento*, *candidatar*; arcaísmos, *aperitar*, *botamanga*; guaranismos: *carapé*, *caráu*, *carayá*.

Se colecta un alto número de locuciones no registradas en el DRAE 2001, el autor refleja tipográficamente las voces incluidas en el DRAE o la carencia de la marca Par., lo cual lo manifiesta en las secciones preliminares. Las unidades léxicas que no están registradas en el DRAE se ingresan en versales y en minúsculas aquellas que están registradas en él.

La información gramatical va abreviada, pero sin puntos; de los verbos y sustantivos se incluyen únicamente las subcategorías: tr (transitivo), intr (intransitivo), prnl (pronominal); m (masculino), f (femenino), com (común), y las categoriales de adj (adjetivo), adv (adverbio), interj (interjección) y loc (locución).

Asimismo, se emplean las marcas técnicas como zool., bot.; también las diastráticas: pop (popular), vulg (vulgar), cult (culto), diafásicas. espon (espontáneo), connotativas; despect (despectivo), fest (festivo), peyor (peyorativo), irón (irónico), marca diacrónica; obsol (obsolescente), además las marcas de transición semántica; metáf (metafórico), meton (metonimia).

Se presentan ejemplificaciones de uso de las unidades léxicas seleccionadas, que han sido colectadas de la prensa nacional, de la literatura paraguaya y otros de la propia competencia del autor, estas se insertan tras la definición, resaltadas mediante letras itálicas.

CACHETAZO (vocablo no registrado)

1. M. par. Cachetada, bofetada, sopapo. Ej.: *Su esposa le dio un cachetazo, porque otra vez vino borracho* (AGUIAR, 2008, p. 75).

Se observa la aplicación del método contrastivo con diccionarios de algunos países americanos y de manera más específica con el DRAE, así como el Corpus de Referencia del Español Actual, CREA. En cada entrada, como en el ejemplo citado anteriormente, se indica mediante las expresiones: “vocablo no registrado” o locución no registrada, la presencia o no del lema en el diccionario general.

El autor expone la metodología implementada para el registro piezas léxicas compiladas, empero, no se esclarecen aspectos como la especificidad de los límites y consideraciones de uso de las marcas de registro, connotativas, diastráticas, diafásicas, de transición semántica.

El *Diccionario de castellano usual del Paraguay* es el producto más copioso de todas las producciones analizadas, teniendo en cuenta el número de entradas, la contrastividad exhaustiva y la inserción de voces no registradas en las obras que le preceden.

4.5 *Modismos paraguayos. Glosario por Natalio (y vos) (2009)*

Obra escrita por Natalio Rubinsztein, de profesión contador público. El prólogo, redactado por Daniel Nasta, resalta que los modismos recolectados por el autor reflejan la manera de verse del paraguayo en un contexto diferente. El autor inicia el prefacio de la siguiente manera:

¿Qué puede hacer un kurepa auditor, detallista, estructurado y extremadamente puntilloso con el lenguaje, más que tratar de hallar las diferencias o modos distintos en que se expresan ciertas ideas o comentarios (en relación, por ejemplo, con lo que ha traído consigo como bagaje de los modismos de su país)? (RUBINSZTEIN, 2009, p. 11).

La hiperestructura de la obra está compuesta por la tapa, portada, prólogo, prefacio, estructura y contenido y el cuerpo del diccionario. La macroestructura se organiza en secciones, a partir en las cuales los lemas se ordenan alfabéticamente, que se divide en diecisiete secciones, a saber: *algunas acciones* (verbos) en orden alfabético; de árbitros silbato y fútbol; el lueguismo; el “un poco”: expresiones de traslado, tiempos y movimientos; la alusión a la cabeza; la negación; la referencia al papel; la relación de cantidad y tamaño; la utilización corrida de verbos; la utilización del verbo en modo reflexivo y/o pasivo; las relaciones de parentesco, vecindad y/o compañerismo; lo posesivo (en extremo); las preposiciones; los noviazgos y las relaciones “formales” de pareja y el último denominado: algunas expresiones o palabras en orden alfabético.

La microestructura se compone por la entrada y las definiciones, no se indica la categoría gramatical de las voces colectadas, solamente se da nota del uso de estos, a modo de definiciones ontológicas, con acotaciones hechas por el autor, por ejemplo:

Aceitar: Término utilizado para señalar que, mediante la utilización de algún regalo material, se puede agilizar, acelerar mejor un trámite, expediente o proceso. Vulgarmente conocido como coima, es un modo de mejorar el desarrollo y finalización de algo que puede llegar a interesarnos. El seguimiento de un tema, un trámite administrativo, obtener un lugar preferente en el teatro (RUBINSZTEIN, 2009, p. 19).

Apantallar: Utilizar una pantalla de “karanday” o algún otro material para refrescarse con el soplo que produce el movimiento de la pantalla (RUBINSZTEIN, 2009, p. 20).

El material contiene un alto número de unidades léxicas pluriverbales de uso frecuente en el entorno paraguayo, útiles a la hora de conformación de una obra lexicográfica cuidada. Se percibe en cierto modo una caracterización del habla de los paraguayos visto por un foráneo, con ciertos matices de criticismo y otros descriptivos.

Te dije nomás: Frase que constituye un modo de escaparse de una situación que puede ser comprometida. [...] (RUBINSZTEIN, 2009, p. 26).

4.6. El Glosario de paraguayismos en Hijo de Hombre de Augusto Roa Bastos (2011)

Obra de Isabel Baca de Espínola y Ebelio Espínola quiebra la idea completiva del DRAE, cuyos autores, de formación lingüística, provocaron un giro en el quehacer lexicográfico diferencial hasta el primer decenio del siglo XXI.

El prólogo está escrito por Francisco Javier Pérez, integrante de la Academia Venezolana de la Lengua y desde el 2015 secretario de la Asociación de Academias de la Lengua Española, quien expone lo siguiente:

La contribución que el presente glosario hace a la lexicografía del español del Paraguay, quizá lamentándolo, una de las menos favorecidas y descuidadas del continente americano. En este punto, es de destacar no sólo la amplitud de la recolección, sino el aparato explicativo y documental que se impone este “Glosario de paraguayismos” en la idea de constituirse en verdadero aporte para el

conocimiento del español paraguayo y de las relaciones que éste establece con el resto de las variedades dialectales del español de América [...] (PÉREZ, 2011, p. 10).

La fuente de obtención de los materiales lo evidencia el título mismo del trabajo; se realiza una contrastividad más amplia, pues se verifica si el término estudiado se encuentra o no registrado en el DRAE, también se lo coteja con el *Nuevo diccionario de colombianismos*; *Nuevo diccionario de argentinismos*, *Nuevo diccionario de uruguayismos* y el *Diccionario de Americanismos*. Asimismo, incluyen otros diccionarios tanto de americanismos como los de paraguayismos, específicamente el *Glosario de paraguayismos*, Lezcano; Lezcano (1988), *Los paraguayismos. El español en el habla cotidiana de los paraguayos*, Pane (2005); *Diccionario de castellano usual del Paraguay*, Aguiar (2008). *Diccionario del paraguayo estreñado* de Helio Vera (2008), *Diccionario usual del tronismo*, de Alfredo Boccia (2004), *Modismos paraguayos*, de Natalio Rubinsztein (2009).

La hiperestructura de la obra está compuesta por la tapa, portada, prólogo; una sección denominada: cómo se hizo este Glosario; criterios para clasificar una palabra como léxico del español; elaboración del artículo; abreviaturas de fuentes lexicográficas, símbolos y marcas, y el cuerpo del diccionario.

Se registran unidades léxicas simples: *abra*, *adobe*, unidades léxicas compuestas: *guardapolvo*, *banana de oro*; unidades léxicas pluriverbales: *a moquete*.

La microestructura de la obra se rige por una sistematización que se sostiene en todo el trabajo. Los lemas van seguidos de la categorización gramatical, en los que se indican solamente las marcas subcategoriales, m/f para sustantivos, tr/intr para los verbos, la flexión de género se indica mediante overo/a.

Los tipos de enunciados definatorios empleados son los perifrásticos:

<p>abra f Lugar despejado en medio de un bosque, monte o selva. [...] (BACA de ESPÍNOLA; ESPÍNOLA, p.33).</p>
--

También, son frecuente las definiciones sinonímicas:

abatado/a adj. Turbado, intimidado, confundido, apocado, avergonzado. [...] (BACA de ESPÍNOLA; ESPÍNOLA, p. 33).

La tipología definicional de las unidades léxicas pluriverbales son las perifrásticas:

al cohete loc adv, var al cuete. En vano, sin razón ni objetivo. **Contex:** “¡Es **al cohete**, Zurdo! ¡Ese no va a cooperar en tu revolución social -le ha dicho el negrito Noguera!” (p. 171) (GP-, LP-, DRAE+, NDA+, DHA+, NDU+, NDAI+ DA+). Obs. El DRAE y el DA lo marcan como *Py, Ar, Ur, y Bo*; mientras que NDAI como *Ar, Ur, y Bo*, sin *Py*. DRAE, NDA, DHA Y NDH lo registran como coloj. (BACA de ESPÍNOLA; ESPÍNOLA, p. 35).

Los ejemplos citados denotan la conformación de la obra. Así también, se percibe la asignación del uso contextual en la obra robastiana y el registro, o no, de la voz analizada en otros diccionarios. Luego de las marcaciones de contrastividad, se incluyen observaciones acerca de cómo se registran el vocablo entrada en los diccionarios examinados, al igual que explicaciones más detalladas del uso, en varias de ellas hemos advertido la inclusión de acotaciones: “confirmado por los autores y fuentes orales”; “confirmado por los autores”.

4.7 Diccionarios acientíficos paraguayos: los burlescos/humorísticos

En este análisis, a fin de delinear una taxonomía de la diccionarística paraguaya, en principio, tomaremos el adjetivo “acientífico”. En esta clasificación podríamos incluir tres obras paraguayas, la primigenia es el producto salido de las manos de Helio Vera el *Diccionario del paraguayo estreñado*, que, según el autor, surge luego del *Diccionario contrera* y que fue enriquecido con nuevas palabras. El cambio de nombre obedece, según Vera (2008, p. 7), “a algo que exprese mejor la idea de lo nuevo”. Igualmente, explica que tanto esta obra como la anterior se circunscriben en los “dominios de la irreverencia” (VERA, 2008, p. 8). El autor alude al acento “tenazmente

hosco de los personajes de nuestra vida pública, quienes se caracterizan por el ceño fruncido, la voz bronca y reticente a sonreír”. Además, destaca que los paraguayos son irascibles al sentido del humor y, que la ‘argelería’ parece ser nuestra segunda naturaleza. En las acotaciones del autor, se deja entrever su intención humorística, satiriza tanto al hombre público como al común, lo que vislumbra la idiosincrasia del paraguayo en lo que concierne al humor.

En cuanto a la finalidad de la obra, ella “pretende situarse en el territorio del humor como instrumento de **crítica social**”. Igualmente, Vera (2008) subraya que su idea de producción de un diccionario humorístico no le es original, pues ya existieron otros, entre ellos el *Diccionario del diablo*, de Ambrose Bierce; el *Diccionario de lugares comunes*, de Gustavo Flaubert; el *Diccionario humorístico*, de Camilo José Cela, entre otros. Lo cual sirve de base para fundar nuestra clasificación de estas obras como acientíficas. Con palabras suyas, estas obras sirven de referencia para el cultivo de la ironía, la que permite “que la liviandad del espíritu soporte los contratiempos de este mundo”².

La intención de la obra queda patentada en palabras de autor, “proponer una visión parcial y parcialista de la realidad de nuestro tiempo” (VERA, 2008, p. 10).

4.7.1 El humor diccionarístico: construcción del sentido social paraguayo. *Diccionario del paraguayo estreñado*, Helio Vera (2008)

El humor mantiene una estrecha vinculación con la política, es que a través de él esta puede ser ejercida sutilmente, pues el humor esquivo las reacciones contrarias de las personas afectadas.

La crítica social se torna más punzante cuando se efectúa de manera jocosa, porque disfraza la verdadera intención del comentario. Esto se resume en el adagio latino: “*Ridendo dicere verum*”, riendo se dice la verdad. En ciertas ocasiones, las

² Ídem.

personas se valen de las bromas o burlas, o como lo dicen las locuciones adverbiales “entre bromas y veras” y “medio en broma, medio en serio” para expresar la verdad, el humor atenúa la crítica, con sonrisas y risas el efecto en muchas ocasiones es más certero.

En el contexto paraguayo, son muchas las personas que por medio del humor encaran a los políticos, quienes en la modalidad oral parodian sus personalidades a fin de ponerlos en evidencia. Las caricaturas, los chistes gráficos y los cómics se valen del humorismo, cada uno según su estructura y contenido toman a diversos personajes como blancos de las críticas.

La hiperestructura se conforma por la tapa, portada, dedicatoria, prólogo y cuerpo del diccionario. La macroestructura se ordena alfabéticamente, incluye términos de áreas diversas: *abigeo, abogacía, abogado, abogánster, aborto, abstemio...*, así como unidades léxicas compuesta: *arma de fuego*.

La microestructura del diccionario sigue una organización con cierta uniformidad, el lema se introduce en versalitas, las acepciones no se numeran, salvo aquellas que contengan más de una. Igualmente, la categoría gramatical tampoco se indica, sin embargo, se detectan algunas:

AJENO Adj. El dinero que hace rico a funcionarios públicos y a los banqueros (Freddy Secundino) (VERA, 2008, p. 26).

El autor recurre a la polifonía, citando a los autores de las obras leídas, en el ejemplo citado, aparece Freddy Secundino, en otros los ejemplos son firmados por el propio autor y se los indica por medio las letras iniciales de su nombre: HV.

La flexión nominal se indica en *amigola; apolítico/ca*. Se registran locuciones como *arma de fuego, arquero, día del: bache; bife a caballo; bife a lo pobre; cuatro por cuatro*. Las remisiones se sindicán mediante paréntesis: *boludez (46); carilla (5)*.

En cuanto al léxico recopilado, podemos decir que se incluyen unidades léxicas simples, compuestas y pluriverbales. También es notoria la inclusión de guaranismos. Las voces compiladas exponen varios problemas sociales, como la distribución de la riqueza, y se percibe la crítica en las definiciones:

abigeo

Reformador social empeñado en la redistribución de la riqueza rural, concentrada en manos de los estancieros. Gracias a esta febril actividad, parte de esa riqueza es distribuida entre los cuatrerros quienes, después de acumular suficiente dinero, se convierten a su vez en hacendados. Cuando ello ocurre, pasan a ser víctimas de sus antiguos colegas. De esa manera, se asegura el normal funcionamiento de los ciclos generacionales (HV) (VERA, 2008, p. 19).

Aeropuerto

Sitio donde aterrizan y despegan aviones, salvo en que fue construido hace una década en Coronel Oviedo como aeropuerto internacional. Allí no vuela ni una pandorga, y los habitantes de la ciudad todavía se preguntan cuál fue el motivo de su construcción, ya que la ciudad se halla situada a una hora y media de viaje de Asunción en automóvil (HV) (VERA, 2008, p. 24).

Son recurrentes las seudodefinciones, que satirizan hechos cotidianos, como en el ejemplo siguiente, en que se critica de manera recurrente a la compañía proveedora de agua del Paraguay, designada con la sigla ESSAP (Empresa de Servicio Sanitario del Paraguay S. A.).

Agua corriente

Líquido que se distribuye a la población de la capital, y que se obtiene de lo que sobra del enorme volumen que se escapa de las cañerías de la ESSAP hacia los miles de baches, grietas y agujeros que convierten a la ciudad a lo más parecido posible al queso Gruyere (HV) (VERA, 2008, p. 25).

Se percibe también la crítica a la clase política:

Alpinismo

Deporte preferido por la clase política paraguaya. Exige la destreza física de un tigre, la iniciativa de un agente de bolsa de Nueva York, la intuición de un manosanta y la velocidad de un conejo largado a la carrera (HV) (VERA, 2008, p. 28).

De igual manera es frecuente la crítica social y la connotación de diferencias de clases o la inequidad social.

Ayuno

Privación de alimentos sólidos, que el pueblo realiza los días santos y todos los demás del año (HV). // 2. Práctica a la que se entregan los pobres, porque no comen nada, y los ricos, porque comen demasiado (HV) (VERA, 2008, p. 35).

Bife a lo pobre

Tradicional plato de algunos restaurantes tradicionales de Asunción. Incluye un bife, tres huevos, un colchón de papa frita y otros aderezos, y su precio es inaccesible a los pobres (HV) (VERA, 2008, p. 44-45).

Esta obra, si bien posee las cualidades de los diccionarios burlescos, reúne en la nomenclatura una buena proyección del léxico particular del español paraguayo, así como creaciones de uso corriente, que pueden servir de fuente para un diccionario paraguayo, sea diferencial o integral: *abogánster, día del arquero, argel, bife a caballo, bife a lo pobre, boludez, boludo, cachaca, cachique, cepillismo, cepillo, chaé, cháke, chongo, cuatro por cuatro...*

4.7.2 El verdadero diccionario paraguayo (las palabras no son lo que parecen), 2009

Es una obra colectiva de Helio Vera, Caio Scavone y Alcibiades González Delvalle, cuyo prólogo ha sido escrito por la periodista Pepa Kovstianovsky. Los autores se refieren a los posibles usuarios “del bilingüismo en el Paraguay”; pero que el diccionario no es para manejarse bilingüísticamente, sino una recopilación de un “argot” cotidiano de los paraguayos. Al mismo tiempo, subrayan que “los paraguayos

no son bilingües o hablan guaraní o hablamos yopará” (VERA; SCAVONE; DELVALLE, 2009, p. 7).

La conformación de la hiperestructura es sencilla: se compone por la tapa, portada, prólogo y el cuerpo del diccionario. En cuanto a la macroestructura, el número de entradas oscila entre 1000 voces, la ordenación es alfabética y la revisión de las voces compiladas en la letra A hasta la C. Las piezas léxicas recogidas son de uso frecuente en el entorno paraguayo, se registran sustantivos como *abogado*, *abridor*, *acacharrata*, *abundancia*; adjetivos: *abstemio*; abundantes verbos: *acabar*, *aceitar*, adverbio: *agrede* (vulgarismo fonético de adrede); unidades pluriverbales como: *al barrer*, *a lo mejor*, *ángel de la guardia*, *arma contundente*, *asado a la olla*.

En la microestructura, se identifica la ausencia de categoría gramatical. El léxico recogido es de uso frecuente en el Paraguay, un léxico particular, pero con un matiz burlesco y correctivo.

Unidades léxicas simples:

Adicionar: es lo mismo que descuento. En el fútbol da lo mismo decir adiciona 5 minutos o descuenta 5 minutos.

Agraciado: simpático y jovial pero jamás por haber recibido una gracia divina (VERA; SCAVONE; DELVALLE, 2009, p. 11).

Unidades pluriverbales:

A lo mejor: edificante manera de desear lo mejor a alguien. Ejemplo: a lo mejor se accidentó o a lo mejor se murió ya.

Al tanteo: a ojo (VERA; SCAVONE; DELVALLE, 2009, p. 11).

Vulgarismos morfológicos y fonéticos:

Amenazo: estado del tiempo que anuncia posibilidad de lluvia y tormenta.

Ángel de la Guardia: ángel al lado de todo católico que le auxilia en casos de necesidad. (VERA; SCAVONE; DELVALLE, 2009, p. 13).

Coloquialismos:

Argelado: el que no tiene gracia o simpatía (VERA; SCAVONE; DELVALLE, 2009, p. 15).

Subrayamos que la obra recopila un alto número de unidades léxicas de uso frecuente en el territorio paraguayo, lo que la hace una fuente documental de esos usos, que, al retomarlos, siguiendo la teoría lexicográfica, perderían su matiz humorístico.

4.7.3 *El mataburro. Diccionario del habla popular paraguayo, Marcos Ybañez (2011)*

Esta obra es producto híbrido que incluye el término *diccionario* en su denominación, el prólogo fue redactado por David Galeano, quien manifiesta que “[...] Más que un diccionario, creo que es una síntesis de nuestra manera de ser, del *ñande reko*, una lente que nos permite leer e interpretar la sociología y la antropología del Paraguay y del Paraguayo [sic]” (GALEANO, 2011, p. 6). Lo que condice con lo sugerido Álvarez de Miranda (1984), que estas obras son complementarias de la literatura costumbrista, ya que reúnen un aspecto de las costumbres de los paraguayos.

La hiperestructura de la obra está compuesta por la tapa, portada, introducción, agradecimientos especiales, prólogo e índice.

En cuanto a la macroestructura, la obra se organiza por temas y a partir de estos se organizan los lemas: La cultura del *jagua*, el *yacaré* [sic], *Pikys cabezudas al buen pastor*, *Al cuartel para hacerse macho menos*, *Kilombo*, *Kuña ñemokañy*, *Bala perdida o bala kane’õ*; *Mau made in Paraguay*; *Iporã la porte*; *Radio, so’o. El dicen. El jeje*; *Correlí*; *Los hombres nunca lloran... al menos en público*; *Kompái, comái, maína y paíno*; *del cuñadazgo al compadrazo*; *Ta’yra okára*; *el país de los amigos*; *Vai*, *El péichante*; *Ka’uregua ndoikéi*; *De las nacionalidades*; *De las fiestas*; *De las expresiones cotidianas*; *Del amor*; *de la política y la politiquería*; *Carrulím: el carrulím de agosto*; *Del trabajo y las profesiones*; *Del deporte*; *Del país*; *Las ciudades y*

denominaciones; Dichos populares; Diccionario de los pendex [sic] y las yiyis; La cultura del vyrorei o de la joda; Mataburro paragua-Kurepa (Diccionario kureguayo); Yanquiguayo de Nueva York.

Algunos de estos apartados son más bien explicaciones del contexto en que estas expresiones se emplean. Asimismo, la mayoría de los temas se introducen mediante la inserción de los chistes gráficos del humorista paraguayo Melki.

Para este estudio, tomamos el capítulo denominado: *De las expresiones cotidianas*, que recoge un vocabulario ordenado alfabéticamente. Los que corresponden a la letra A, 57 en total, 15 son guaranismos y 16 son locuciones en español y otras en guaraní.

En cuanto a la macroestructura del segmento analizado, podemos decir que se acopian unidades léxicas simples: “**Adular**: erogar por alguien” (p. 37); unidades léxicas compuestas: “arriero porte” (p. 38) y unidades pluriverbales: “**A la bartola**: de cualquier forma, improvisación” (p. 36).

La conformación de la microestructura los artículos es sencilla, entrada y definición, carecen de la información gramatical, tampoco se incluyen ejemplos, los enunciados definitorios son breves, se utilizan las definiciones perifrásticas:

<p>Aceitar: estimular con plata algún trámite para ganarle a la burocracia (YBAÑEZ, p. 37).</p>
--

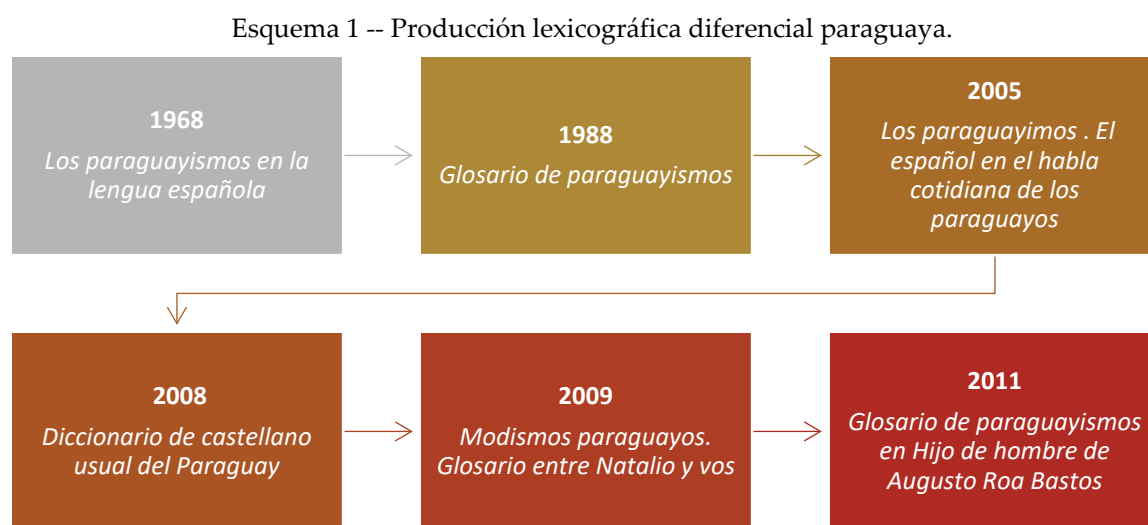
Asimismo, son recurrentes las definiciones sinonímicas:

<p>Al pucho: al punto, exacto (YBAÑEZ, p. 37). Al santo botón: disparate, hacer de balde (YBAÑEZ, p. 37).</p>

5 Análisis de los datos

Mediante la revisión de cada obra se esboza un perfil histórico de las obras propiamente diferenciales. En segundo lugar, se establece una tipología siguiendo la finalidad de la obra y el seguimiento de la teoría lexicográfica.

5.1. Línea histórica de producción lexicográfica diferencial paraguaya: periodización



Fuente: elaboración propia.

Tras haber expuesto una parte de las obras de matiz diferencial producidas en territorio paraguayo, intentamos realizar una periodización. En el esquema 1, hemos ubicado, a modo de línea del tiempo, la producción detectada. A diferencia de países como Chile o Argentina, en el Paraguay no se produjeron obras de diversas tipologías. Tomando como referencia la periodización hecha por Matus (1994), ninguna de las producciones analizadas se ajusta a los productos de la primera cohorte, pues no existen trabajos de orden prescriptivo y crítico.

Se cuentan con producciones de la segunda clasificación, de transición, mas con la diferencia de que siguen siendo producto de un de autor, las obras se gestaron recién en el siglo XX, fueron elaboradas por académicos de la Academia local, siguen los delineamientos de la lexicografía teórica, no obstante, al ser un producto autoral albergan las deficiencias de la precientífica, pues las obras carecen de una sistematización de la práctica lexicográfica ejecutada, la falta de rigurosidad en la contrastividad de las voces en un punto característico.

Ubicamos en este apartado las obras *Paraguayismos en la lengua española*, Chaves (1968); el *Glosario de paraguayismos*, Lezcano; Lezcano (1985); *Los paraguayismos. El español en el habla cotidiana de los paraguayos*, Pane (2005) y el *Diccionario del castellano usual del Paraguay*, Aguiar (2008).

La etapa científica empieza a manifestarse con el *Glosario de paraguayismos en Hijo de Hombre de Augusto Roa Bastos*, Baca de Espínola; Espínola (2011), por la técnica lexicográfica y el método contrastivo implementados. No obstante, resulta exigua, ya que solo toma una fuente de estudio y aún no ha sido un producto corporativo.

5.2 Taxonomía de la lexicografía diferencial paraguaya

Tras la presentación de las cualidades intrínsecas de cada una de las obras en cuestión se podría esbozar una tipología, aunque las múltiples perspectivas de la taxonomía de los diccionarios son complejas.

Como señalamos, tan solo realizamos aproximaciones, debido a la dificultad que encierra realizar un taxón de productos lexicográficos; nos atrevemos a clasificar desde dos aspectos: la finalidad en contribución al DRAE y el ceñimiento a la teoría lexicográfica.

5.2.1 Clasificación según la finalidad de contribución al DLE

Tabla 2. Clasificación de las obras según su finalidad de contribución al DRAE.

Complementaria	No complementaria
<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Los paraguayismos en la lengua española</i> 2. <i>Glosario de paraguayismos</i> 3. <i>Los paraguayismos. El español en el habla cotidiana de los paraguayos</i> 4. <i>Diccionario de castellano actual del Paraguay</i> 	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Glosario de paraguayismos de Hijo de hombre de Augusto Roa Bastos</i> 2. <i>Modismos Paraguayos. Glosario por Natalio y vos</i>

Fuente: Elaboración propia.

5.2.2 Clasificación de obras según el ceñimiento a la teoría lexicográfica

Esta clasificación se organiza en dos secciones: científica, que reúne aquellas obras que siguen, en mayor o menor medida, los lineamientos de la lexicografía teórica, y acientífica, que comprende obras concebidas a modo de diccionarios, siguiendo la ordenación alfabética, entradas por lemas, pero sin ceñirse a las convenciones lexicográficas.

Tabla 3. Clasificación de obras según el ceñimiento a la teoría lexicográfica.

Científica	Acientífica
<p>Descriptivos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Los paraguayismos en la lengua española</i> 2. <i>Glosario de paraguayismos</i> 3. <i>Los paraguayismos. El español en el habla cotidiana de los paraguayos</i> 4. <i>Diccionario de castellano usual del Paraguay</i> 5. <i>Glosario de paraguayismos en Hijo de Hombre de Augusto Roa Bastos</i> <p>Fraseológico</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Modismos paraguayos. Glosario por Natalio y vos</i> 	<p>Humorísticos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Diccionario del paraguayo estreñado</i> 2. <i>El verdadero diccionario paraguayo</i> 3. <i>El mataburro. Diccionario del habla popular paraguayo</i>

Fuente: elaboración propia

6 Consideraciones finales

La lexicografía diferencial del español paraguayo apenas ha iniciado su andadura, cuenta con 50 años de existencia y persisten los trabajos autorales o la lexicografía de autor.

La hiperestructura de las obras son análogas en cuanto a los elementos que la conforman, de las nueve obras examinadas todas asignan el título y el autor correspondiente, tan solo el diccionario de Aguiar (2008) incluye la información sobre

el contenido de la obra. La macroestructura también es bastante similar, se han colectado unidades léxicas simples, compuestas y pluriverbales.

Las obras producidas por académicos de la Academia Paraguaya de la Lengua Española (CHAVES, 1968; LEZCANO; LEZCANO, 1988; PANE, 2005; AGUIAR, 2008) han tenido como fin complementar al *Diccionario de la Real Academia Española*, así también sus obras se ajustan a la teoría lexicográfica. Se percibe una evolución en la recogida de los materiales; en los procesos definitorios y en la marcación.

Las demás obras han tenido por objeto dar cuenta de las peculiaridades del léxico particular del español paraguayo.

El producto de Baca de Espínola; Espínola (2011) evidencia un progreso respecto de la metodología implementada. El aporte a la fraseología diferencial lo hace Rubinsztein (2009) mediante el registro de unidades léxicas pluriverbales.

Otro resultado importante es la producción de obras de carácter humorístico, las cuales se encuadran dentro de la lexicografía científica, porque se organizan a modo de diccionarios, sin embargo han dejado entrever el léxico particular que mediante el humor concreta una crítica social.

En principio, nos arriesgamos a catalogar las obras desde su finalidad respecto del *Diccionario de la lengua española*, DLE, en complementaria y no complementaria. Desde la perspectiva de la utilización de la teoría lexicográfica en científica y científica. Siguiendo la tipología propuesta por Matus (1994), tendríamos obras de transición, puesto que son productos elaborados por académicos, y científicas, a pesar de que aún no se perfilan como un producto corporativo.

El diccionario, según sus distintas concepciones y modalidades, se constituye en una práctica social, de utilización pública que sirve tanto para las escuelas como investigadores; las obras analizadas aquí, a pesar de que algunos no se rijan por los patrones de la confección diccionarística, contribuyen para el mantenimiento de la lengua en su carácter metamórfico.

Referencias bibliográficas

ACADEMIA PARAGUAYA DE LA LENGUA ESPAÑOLA, APARLE (1973). Guaranismos en la lengua española. **Revista de la Academia Paraguaya de la Lengua Española**. Vol. 1. Edición facsimilar, p. 13, 2010.

AGUIAR, J. E. **Diccionario de Castellano usual del Paraguay**. Asunción: AGR Servicios Gráficos S.A., 2008.

AHUMADA, I. Información gramatical implícita en los diccionarios. *In: Thesaurus Tomo XLIII*, 1988. Disponible en: https://cvc.cervantes.es/lengua/thesaurus/pdf/43/TH_43_001_081_0.pdf. Recuperado en: 15/8/16.

AHUMADA, I. Presentación. *In: AHUMADA, I. (ed.). Vocabularios dialectales. Revisión crítica y perspectivas*. II Seminario de Lexicografía Hispánica, Jaén, Universidad de Jaén, p. 9-11, 1996.

AHUMADA, I. **Estudios de lexicografía regional del español**. Universidad Nacional a Distancia. Centro asociado a la Provincia de Jaén, Jaén, 2000.

ÁLVAREZ DE MIRANDA, P. Algunos diccionarios burlescos de la primera mitad del siglo XIX (1811 - 1855). *In: Edición digital a partir Romanticismo 2: Acti del III Congresso sul romanticismo spagnolo e ispanoamericano (12-14 aprile 1982): il linguaggio romantico*. Genova, Facoltà di Magistero dell 'Università di Genova, Istituto di Lingue e Letterature Straniere, Centro di Studi sul Romanticismo Iberico, 1984 pp. 155-167. Disponible en: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/algunos-diccionarios-burlescos-de-la-primer-mitad-del-siglo-xix-1811-1855/>

ARNAL PURROY, M.^a L. ¿Para qué y para quién hacemos los diccionarios diferenciales? **Archivo de Filología Aragonesa (AFA)** 65, p. 113-137, 2009.

AZORÍN FERNÁNDEZ, D. La lexicografía como disciplina lingüística. *In: MEDINA GUERRA, A. Lexicografía española*. Madrid: Ariel, p. 31-52, 2003.

BACA DE ESPÍNOLA. I.; ESPÍNOLA B. E. **Glosario de Paraguayismos en hijo de hombre de Augusto Roa Bastos**. Asunción: CEADUC. Biblioteca de Estudios Paraguayos. Vol. 95, 2011.

CASARES, J. **Introducción a la lexicografía moderna**. Madrid: CSIC. 3.^a ed. [1950], 1992.

CHAVES, J. C. **Paraguayismos en la lengua española**. Madrid. Imp. Aguirre, 1968.

CHÁVEZ FAJARDO, S. El tratamiento de los afijos en un diccionario normativo. El caso del Diccionario de chilenismos y de otras voces y locuciones viciosas de Manuel Antonio Román (1901-1918). **Revista argentina de historiografía lingüística**, v, 2, 137-157, 2013. Disponible en: www.rahl.com.ar/index.php/rahl/article/download/70/106

GALEANO, D. Prólogo. **El mataburro. Diccionario del habla popular paraguayo**. Asunción: Serie Ateneo de la Lengua Guaraní, 2011. p. 5-6.

GELPÍ ARROYO, C. El estado actual de la lexicografía. *In*: GUERRA, A. M. (coord.). **Lexicografía española**. Barcelona: Ariel, 2003. p. 307-327.

GONZÁLEZ, J. A. La lexicografía acientífica: algunas notas sobre los otros diccionarios. *In*: CAMPOS SOUTO, M.; COTELO GARCÍA, R.; PÉREZ PASCUAL, J. I. (ed.). **Historia de la lexicografía española**. A Coruña, Universidade da Coruña, Servizo de Publicacións, 2007. p. 77-86.

HAENSCH, G. **La lexicografía del español de América. El español de América hacia el siglo XXI**. Tomo 1. Santa Fe de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1998. p. 41-78.

LEZCANO, L.; LEZCANO, J. Glosario de paraguayismos. **Estudios paraguayos**. Asunción, Ceaduc, p. 129-169, 1998.

LÓPEZ MORALES, H. Lexicografía puertorriqueña del siglo XX: triunfos y fracasos. **Anuario de Letras XXIX**. p. 293-322, 1991.

MARTINEZ DE SOUSA, J. **Diccionario de lexicografía práctica**. Barcelona: Bibliograf, 1995.

MATUS, A. Períodos de la lexicografía diferencial del español de Chile. *In*: **Memoria. X Congreso de la Asociación de Academias de la Lengua Española**. Madrid: Espasa, 1994. p. 177-187.

MEDINA GUERRA, A. **Lexicografía española**, Madrid: Ariel, 2003.

PANE, L. **Los Paraguayismos**. Asunción: Arandurã Editorial, 2005.

PERALTA DE AGUAYO, E. Lexicografía diferencial paraguaya: desafíos que zanjar. **Revista Científica de la UCSA**, vol. 2, N.º1, junio, p. 119-127, 2015.

PERALTA DE AGUAYO, E. Diccionario diferencial del Paraguay: reflejo de la vida y espejo de la cultura nacional. *In*: RODRIGUES, J. M. (coord.). **Ciudadanía democrática y multilingüismo**: La construcción de la identidad lingüística del Mercosur. Asunción: Ceaduc, 2012. p. 199-222.

PÉREZ, F. Prólogo del Glosario de Paraguayismos en hijo de hombre de Augusto Roa Bastos. **Biblioteca de Estudios Paraguayos**, vol, 95, p. 10, 2011.

PORTO DAPENA, Á. **La definición lexicográfica**. Madrid: Arco/Libros, 2014.

PORTO DAPENA, Á. **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid: Arco/Libros, 2002.

RUBINSZTEIN, N. **Modismos paraguayos. Glosario por Natalio y vos**. Asunción: Criterio ediciones, 2009.

SECO, M. **Estudios de lexicografía española**. Madrid: Gredos, 2003.

VERA, H. **Diccionario del paraguayó estreñido**. Asunción: Servilibro, 2008.

VERA, H.; SCAVONE, C.; DELVALLE, A. **El verdadero diccionario paraguayó (Las palabras no son lo que parecen)**. Asunción: Servilibro, 2008.

YBAÑEZ, M. **El mataburro. Diccionario del habla popular paraguayó**. Asunción: Serie Ateneo de la Lengua Guaraní, 2011.

Artigo recebido em: 29.10.2019

Artigo aprovado em: 21.04.2020